

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TRAJETÓRIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÕES E
RETERRORIZAÇÕES – ESTUDO DE CASO: COMUNIDADE
QUILOMBOLA DA FAMÍLIA FIDÉLIX – PORTO ALEGRE/RS.**

TAÍS DE MEDEIROS SILVA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CLÁUDIA LUÍSA ZEFERINO PIRES

PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2015.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TRAJETÓRIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÕES E
RETERRORIZAÇÕES – ESTUDO DE CASO: COMUNIDADE
QUILOMBOLA DA FAMÍLIA FIDÉLIX – PORTO ALEGRE/RS.**

TAÍS DE MEDEIROS SILVA

ORIENTADORA: Prof. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (PPG em Geografia/UFRGS)
Profa. Dra. Ana Regina de Moraes Soster (FFCH/PUCRS)
Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (PPG em
Geografia/UFRGS)**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia como
requisito para a obtenção do título de Mestre
em Geografia.**

Área de concentração: Análise Territorial.

PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2015.

CIP - Catalogação na Publicação

de Medeiros Silva, Taís
Trajetórias de desterritorializações e
reterritorializações - Estudo de caso: Comunidade
Quilombola da Família Fidélis - Porto Alegre/RS / Taís
de Medeiros Silva. -- 2015.
186 f.

Orientadora: Cláudia Luísa Zeferino Pires.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2015.

1. Desterritorialização. 2. Reterritorialização. 3.
Identidade Quilombola. 4. Quilombo da Família
Fidélis. 5. Porto Alegre. I. Luísa Zeferino Pires,
Cláudia, orient. II. Título.

TAÍS DE MEDEIROS SILVA

**TRAJETÓRIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÕES E
RETERRORIZAÇÕES – ESTUDO DE CASO: COMUNIDADE
QUILOMBOLA DA FAMÍLIA FIDÉLIX – PORTO ALEGRE/RS.**

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia como requisito para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Aprovado em 05 de novembro de 2015.

Profa. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (PPG em Geografia/UFRGS)

Profa. Dra. Ana Regina de Moraes Soster (FFCH/PUCRS)

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (PPG em Geografia/UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, todos seus professores e funcionários, pela grande oportunidade que me foi dada. Foram dois anos de extraordinário aprendizado.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Cláudia Luísa Zeferino Pires, por todo auxílio e dedicação que sempre teve comigo, foi um enorme prazer ser sua orientanda e sua aluna. Obrigada também pelo incentivo durante toda etapa deste trabalho.

À minha mãe, Dona Maria Isabel, e minhas irmãs Mônica e Sabrina, pelo incentivo, pelos conselhos e por estarem sempre ao meu lado, vocês me enlouquecem e me tranquilizam. Também agradeço aos meus pequenos sobrinhos, Murilo e Danilo, pelas incontáveis brincadeiras e gostosas risadas. Obrigada André por sempre ter alguma brincadeira, piada, uma dança, uma música ou mesmo comentário que façam todos rir. Não existem palavras que expressem a importância de vocês são na minha vida.

Ao Diego, namorado e/ou marido, como preferir, por aguentar minhas inconstâncias e minhas muitas manias. Obrigada pelas risadas, pelas brigas e reconciliações, agradeço sua sinceridade, por assistir futebol comigo e rir dos meus comentários, mas principalmente, agradeço por estes dez loucos anos que estamos juntos.

Agradeço também aos meus sogros, Ana e Vanderlei, vocês são como pais para mim, me sinto a nora mais sortuda do mundo.

Obrigada minhas amigas/irmãs Cata, Paola e Tia Clair por anos de uma incrível amizade. Obrigada Cris, Maíra e Val por formarmos esse grupo maravilhosamente estranho e o melhor de todos. Élder, tu és o meu coraçãozinho.

Agradeço imensamente a todos na Comunidade Quilombola da Família Fidélis, que me receberam de braços abertos, sempre dispostos a contar suas histórias e dividir o seu dia a dia comigo.

Por último agradeço a meu pai, são oito anos de muitas saudades e onde estiver sei que está orgulhoso do caminho que estou trilhando.

RESUMO

Esta pesquisa traz a trajetória, memória e a identidade étnica coletiva dos moradores do Quilombo da Família Fidélis, em Porto Alegre/RS, buscando as marcas de sua ancestralidade desterritorializadas em Santana do Livramento e reterritorializadas em Porto Alegre devido a procura de melhores condições de vida. Busca-se, desta maneira, caracterizar este espaço atualmente, trazer a sua situação e a de seus moradores, revelar os caminhos percorridos por eles, a percepção que têm do território que habitam e as redes de sociabilidade criadas entre os indivíduos, tanto em Porto Alegre quanto em Santana do Livramento. Procura-se também apresentar a importância do estudo geográfico de caráter cultural e territorial, demonstrando um possível campo de estudo a partir da análise do território e da territorialidade do quilombo da Família Fidélis, apresentando a relevância do território enquanto base da identidade cultural deste grupo. O estudo foi dividido em pesquisa bibliográfica, para a aquisição de dados sobre a constituição das cidades de Santana do Livramento e Porto Alegre. Após foi realizado a pesquisa de campo que buscou obter dados descritivos através do contato direto do pesquisador com o seu objeto de estudo, para entender e interpretar o fenômeno por intermédio da relação com os moradores da comunidade, articulando a história do espaço com as memórias dos sujeitos. Relacionando então os dados levantados com este lugar, onde existe uma visível segregação social, em meio a uma área de classe média na zona central da cidade. Desta forma foram abordadas as lutas contra as tentativas de remoção e regularização de seu território, onde as políticas quilombolas foram seu mais contundente ato de resistência antes às contradições sociais.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. Desterritorialização. Reterritorialização. Identidade quilombola. Quilombo da Família Fidélis. Porto Alegre. Santana do Livramento.

ABSTRACT

This research brings the history, memory and collective ethnic identity of the residents of the Fidelix Family Quilombo, in Porto Alegre / RS, seeking the marks of their ancestry dispossessed in Santana do Livramento and reterritorialized in Porto Alegre in order to find better living conditions. So that it is possible to characterize this space today, present their situation and that of its residents, reveal the paths taken by them, their perception of the territory they inhabit, and the social networks created between individuals, both in Porto Alegre and in Santana do Livramento. It also seeks to present the importance of the geographical study with cultural and territorial character, demonstrating a possible field of study from the analysis of the territory and territoriality of the Fidelix Family Quilombo, showing the relevance of territory as the basis of the cultural identity of this group. This study is divided in literature review, for the acquisition of data on the constitution of the cities of Santana do Livramento and Porto Alegre. A field research was conducted which sought to obtain descriptive data through direct contact of the researcher with the object of study, to understand and interpret the phenomenon through the relationship with community residents, articulating the history of space with the memories of the subjects. The data collected was then related to this place, where there is a visible social segregation in the midst of a middle class area downtown. Thus, the struggles against the attempts of removal and regularization of their territory were addressed, where the quilombolas policies were their most striking act of resistance to the social contradictions.

Keywords: Territory. Territoriality. Deterritorialization. Reterritorialization. Quilombo of Fidelix Family. Quilombola identity. Porto Alegre. Santana do Livramento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da cidade de Porto Alegre/RS.....	16
Figura 2 - Porto Alegre em 1906.....	18
Figura 3 - Principais rotas de do tráfico negreiro no Brasil.....	54
Figura 4 - Mapa com a localização de Santana do Livramento/RS.....	60
Figura 5 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul, com a Região da Campanha.....	63
Figura 6 – Mapa com a localização dos Rios Ibicuí e Quaraí.....	66
Figura 7 - Mapa dos distritos de Santana do Livramento/RS.....	71
Figura 8 - Imagem de satélite que destaca o 3º Distrito de Santana do Livramento/RS.	72
Figura 9 - Estâncias na região de Madureira em Santana do Livramento/RS.....	73
Figura 10 - Estâncias na região de Madureira em Santana do Livramento/RS.....	73
Figura 11 - O espaço do antigo Rincão dos Negros - Santana do Livramento/RS.....	74
Figura 12 - Localização do antigo Rincão dos Negros - Santana do Livramento/RS.	75
Figura 13 - Porto Alegre 1837, Capital da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul	77
Figura 14 - Imagem da divisão entre três sesmarias.....	78
Figura 15 - Planta da cidade de Porto Alegre/RS em 1772.....	80
Figura 16 - Planta da Cidade de Porto Alegre em 1881.....	84
Figura 17 - Mapa de Porto Alegre em 1928 e a divisão dos bairros.....	84
Figura 18 - Cidade de Porto Alegre/RS.....	89
Figura 19 - Evolução da população negra em Porto Alegre/RS.....	90
Figura 20 - Localização do bairro Cidade Baixa – Porto alegre/RS.....	91
Figura 21 - Solar da Baronesa - Cidade Baixa, Porto Alegre/RS.....	94
Figura 22 - Bairro Cidade Baixa em 1888 – Porto Alegre/RS.....	96
Figura 23 - Rua da Margem, atual Rua João Alfredo e o Arroio Dilúvio (1940).....	97
Figura 24 - Localização do bairro Azenha – Porto Alegre/RS.....	98
Figura 25 - Ponte da Azenha em diferentes períodos.....	100
Figura 26 - Rua Azenha com a Avenida Oscar Pereira - de Porto Alegre/RS.	101
Figura 27 - Imagem com a localização dos cinco cemitérios do bairro Azenha.....	102
Figura 28 - Rua Azenha com a Avenida Oscar Pereira em 1900.....	103
Figura 29 - Canalização do Arroio Dilúvio entre as Avenidas Azenha e Ipiranga.....	104
Figura 30 - Bairro Azenha em 1955 – Porto Alegre/RS.....	104
Figura 31 - Avenida Azenha, Porto Alegre/RS.....	105

Figura 32 - Mapas das Macrozonas de Porto Alegre/RS... ..	112
Figura 33 - Planta da área do Quilombo da Família Fidélix (INCRA)	115
Figura 34 - Imagem de satélite da área do Quilombo da Família Fidélix (INCRA.	116
Figura 35 - Placa da Rua Oto Ernest Meier – Porto Alegre/RS	117
Figura 36 - Passagem Antônio F. Rocha – Porto Alegre/RS	117
Figura 37 - Passagem Antônio F. Rocha – Porto Alegre/RS	117
Figura 38 - Vista da Rua Oto Ernest Meier – Porto Alegre/RS	118
Figura 39 - Vista da entrada de parte do terreno no Quilombo da Família Fidélix.....	119
Figura 40 - Vista da entrada de parte do terreno no Quilombo da Família Fidélix.....	119
Figura 41 - Parte do terreno do Quilombo da Família Fidélix	119
Figura 42 - Casa de Hamilton Lemos com condomínios ao fundo	120
Figura 43 - Espaço da Associação comunitária e onde residem três moradores.....	121
Figura 44 - Sérgio Fidélix, seu pai Jakes Fidélix e Hamilton Corrêa Lemos.....	122
Figura 45 - Parte do terreno do Quilombo da Família Fidélix	123
Figura 46 - Parte do terreno do Quilombo da Família Fidélix	123
Figura 47 - Vista dos condomínios e do Hospital Porto Alegre.....	124
Figura 48 - Vista dos condomínios e do Hospital Porto Alegre.....	124
Figura 49 - Mapa do percurso realizado em Madureira – Santana do Livramento/RS	131
Figura 50 - Área da antiga Estação Ferroviária de Madureira	133
Figura 51 - Casa da família Fidélix, na Rua Santa Sofia dos Santos Fidélix	134
Figura 52 - Placa em homenagem à família Fidélix.....	134
Figura 53 - João Pedro, Sérgio Fidélix, Hamilton Corrêa e Bernabé Santiago.....	135
Figura 54 - Cemitério localizado nas proximidades do Rincão dos Negros	136
Figura 55 - Sepulturas no cemitério do antigo Rincão dos Negros	137
Figura 56 - Sepultura com identificação no cemitério do antigo Rincão dos Negros..	137
Figura 57 - Sepultura com identificação no cemitério do antigo Rincão dos Negros..	137
Figura 58 - Sepultura sem identificação no antigo cemitério do Rincão dos Negros ..	138
Figura 59 - Clube Farroupilha, no centro de Santana do Livramento/RS	139
Figura 60 - Diretoria do Clube Farroupilha na década de 40	139
Figura 61 - Partes das instalações do Frigorífico Armour.....	141
Figura 62 - Moradia dos funcionários do Frigorífico Armour	141
Figura 63 - Casas de lata no bairro Progresso – Santana do Livramento/RS.....	141
Figura 64 - Casas de lata no bairro Progresso – Santana do Livramento/RS.....	141

Figura 65 - Fases do processo para titulação das terras quilombolas 158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Procedência dos escravos africanos do Rio Grande do Sul entre 1802 e 1803.....	55
Quadro 2 - População de Santana do Livramento agrupada por cor ou raça.	69
Quadro 3 - População do Rio Grande do Sul agrupada por cor ou raça.....	70
Quadro 4 - População de Porto Alegre, 1780 e 1802	81
Quadro 5 - Principais grupos imigrantes ingressos no Rio Grande do Sul (1824-1914)	83
Quadro 6 - Porto Alegre e suas diferentes funções desde 1680 até o período atual.....	88
Quadro 7 - Situação Demográfica de Porto Alegre – Censos 1980/1991/2000/2010.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Escolaridade dos filhos de moradores responsáveis pela família	125
Gráfico 3 - Ocupação do responsável pela família do sexo masculino	126
Gráfico 4 - Ocupação do responsável pela família do sexo feminino.	126

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Questionário para as entrevistas com os moradores.....	183
Anexo B - Termo de consentimento.....	185
Anexo C - Notificação recebida em 1993 para a desocupação da área.....	186
Anexo D - Notificação recebida em 2003 para a desocupação da área.....	187

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	22
3 TERRITÓRIOS NEGROS.....	53
3.1 Brasil e Rio Grande do Sul.....	53
3.2 Santana do Livramento.....	59
3.2.1 Madureira e Rincão dos Negros.....	71
3.3 Porto Alegre.....	77
3.3.1 Cidade Baixa.....	91
3.3.2 Azenha.....	98
4 QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX NA CIDADE.....	110
4.1 Caracterização do espaço nas representações do PDDUA.....	110
5 QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX: SUAS MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS.....	128
5.1 Trajetórias - Santana do Livramento à Porto Alegre.....	128
5.2 Emergência da territorialidade quilombola: reterritorialização e resistência..	144
5.3 Identidades territoriais quilombolas.....	148
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
7 REFERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
8 ANEXOS.....	182

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização das cidades brasileiras, a partir do século XIX, gerou muitas transformações no cotidiano da sociedade. Verifica-se uma passagem, de forma gradual, do modelo territorial rural ao urbano, principalmente na segunda metade do século XX, quando o processo de industrialização do país já está bastante avançado e necessitando de mão-de-obra nas cidades. Por esta razão, observa-se um processo de migração do campo para a cidade, constituindo então o contingente necessário para o trabalho assalariado nas fábricas e nos serviços. Consequentemente, surgem novas demandas urbanas por transportes, equipamentos, serviços e infraestruturas coletivas, demandas estas que ocorrem de maneira tão rápida que as cidades não conseguem suprir as necessidades de toda a sua população.

Organiza-se, então, uma cidade industrial e especulativa, que acaba por criar territórios excludentes, que separam as classes de maior poder aquisitivo das camadas populares¹, gerando sítios de invasões, loteamentos ilegais, favelas e cortiços. Decorrente deste processo de evolução das cidades criam-se estes espaços segregados, caracterizados pelo distanciamento socioespacial com o entorno, decorrente da forma de produção do espaço e do uso do território. Carlos (1992) informa que a segregação social se concretiza no território através da segregação espacial nas cidades, pois a utilização do espaço urbano ocorre através de conflitos, a sociedade anseia por condições melhores de vida e o capital deseja a valorização do espaço.

Esta problemática urbana não se reduz somente a cidade, ela se traduz também ao homem, à sua vida, às suas lutas e ao seu mundo, demonstrando sua heterogeneidade e singularidades. Dentro deste ambiente urbano, fragmentado e caótico, se inserem comunidades socialmente segregadas, que são vestígios de antigas e atuais formas de dominação e controle, onde a cidade emerge como um cenário em que seus traços modernos, configurações recentes decorrentes da dinâmica urbana, convivem lado a lado com suas diferentes feições e trajetórias, que não são conhecidas pela maior parte da população.

¹ De acordo com Nicolaci da Costa (1987, apud Dauster, 1991, p. 2) “conceito de camadas populares abrange setores ditos de baixa renda de uma sociedade complexa. As camadas populares são aquelas formadas por todos os setores de uma sociedade complexa que não detêm o capital cultural e linguístico tido como legítimo - aquele detido pela classe média -, o que faz com que sua inserção no mercado de trabalho seja precária e sua renda baixa”.

É neste sentido que o desenvolvimento desta pesquisa está centrado em trazer a trajetória e a memória dos moradores do Quilombo da Família Fidélix desde Santana do Livramento/RS até sua fixação em Porto Alegre/RS, localizada oficialmente no bairro Azenha, destacado em vermelho na figura 1, e como se deu a construção da identidade territorial quilombola dos mesmos. Isto porque este espaço se insere neste processo de construção e reconstrução urbana que se verificou, neste caso, nas cidades de Porto Alegre e Santana do Livramento, a partir, principalmente, no início do século XX.

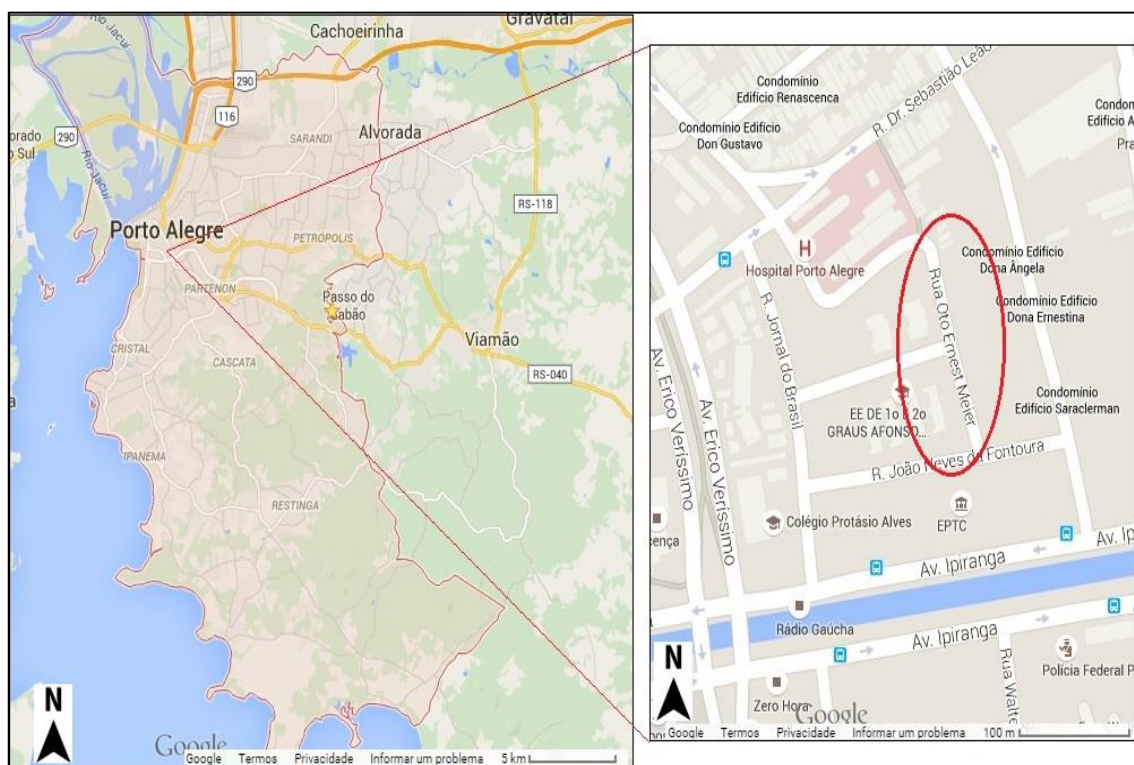


Figura 1. Mapa da cidade de Porto Alegre/RS, destacando-se (em vermelho) a área onde o Quilombo da Família Fidélix está localizado.

Fonte. Google Maps. Acessado em: 15/10/2014.

A motivação para esta pesquisa surgiu, inicialmente, a partir do Trabalho de conclusão de curso, chamado "*Rua Luiz Guaranha – Porto Alegre/RS: ainda um resquício do Arraial da Baronesa?*" e que procurou saber se era possível então encontrar atualmente na Rua Luiz Guaranha, localização do Quilombo do Areal, a identificação de um território que era anteriormente conhecido como Arraial/Areal da Baronesa. Através deste trabalho manteve-se o interesse sobre o tema da luta pelos direitos dos quilombolas, que possui uma dimensão secular de resistência, baseada em homens e mulheres negros que buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente. Também na luta pelos direitos

quilombolas que se somam às lutas da população negra de modo geral, como uma forte bandeira dos movimentos negros organizados durante o século XX e XXI.

Quanto ao objetivo principal fez-se, primeiramente, o seguinte questionamento: é possível encontrar neste quilombo urbano, marcas de sua ancestralidade desterritorializadas em Santana do Livramento e reterritorializadas em Porto Alegre? Isto porque, para Reyes e Borba (2008), estas marcas precisam ser significativas no sentido de que os habitantes da cidade se reconheçam através delas como algo que valoriza a cultura local e que constitui uma identidade forte. Este foi o ponto de partida para buscar, através da trajetória desta comunidade, caracterizar este espaço atualmente, trazendo a sua situação em relação à cidade e a de seus moradores, buscando revelar, através das trajetórias de vidas, baseadas em constantes desterritorializações e reterritorializações, as constantes lutas enfrentadas pelo direito de permanência no território que habitam, lutas estas forjadas através de redes de parentesco, compadrio e sociabilidade existentes entre os sujeitos, tanto em Porto Alegre quanto em Santana do Livramento e que formaram um sentimento comunitário neste quilombo.

A pesquisa aqui proposta tem como tema central a formação do Quilombo da Família Fidélis, buscando trazer como se deu a construção de uma identidade quilombola na comunidade, que se viu forçada a retirar-se de sua cidade de origem, Santana do Livramento, e buscar melhores condições de vida em Porto Alegre. Para isso será importante o entendimento de conceitos como território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, já que através destes é possível tratar também questões como a migração forçada e os espaços segregados, tanto em áreas rurais quanto na cidade, possibilitando para a formação da identidade dos sujeitos que atualmente compreende este quilombo.

Faz-se necessário trazer a trajetória de formação do Quilombo da Família Fidélis em Porto Alegre, mostrando as características de desenvolvimento inicial, o tipo de ocupação que caracterizava a região no período em que chegaram, na década de 1980, e assim inserir estas questões na fisionomia da Rua Oto Ernest Meier atualmente. Assim é possível relacionar as materialidades e imaterialidades presentes e a identificação que seus moradores têm com este passado, tanto de Santana do Livramento quanto de Porto Alegre.

da região da Campanha Gaúcha e também das cidades de Santana do Livramento e Porto Alegre, e por consequência dos bairros Cidade Baixa e Azenha. Passando então a pesquisa aos territórios negros destas duas cidades e, mais especificamente, em Madureira e Rincão dos Negros em Santana do Livramento e Ilhota e Areal da Baronesa em Porto Alegre, chegando então à Rua Oto Ernest Meier para compreender os questionamentos da pesquisa.

Nessa perspectiva relacionamos os conceitos de cidade, espaço urbano, território, territorialidade, identidade, desterritorialização, reterritorialização e segregação com o porquê da vinda dos primeiros moradores a Porto Alegre, suas trajetórias e memórias trazidas da cidade de origem. Buscando o entendimento sobre o quilombo e a segregação existente na sua rua principal, seguindo o processo de seu desenvolvimento e as interações sociais, econômicas e culturais no presente.

Para este entendimento buscou-se a construção teórica, sendo esta uma tarefa difícil, que somente pode ser realizada através do estabelecimento de uma discussão na direção do campo conceitual da ciência geográfica, discussão esta que acontece com a identificação do objeto de estudo e com os conceitos trabalhados na Geografia. Grande parte destes conceitos, entendidos também como categorias de análise, importantes para a realização de estudos científicos, surgem da necessidade de compreensão do complexo mundo atual. Para este estudo escolheu-se os referenciais acerca de cidade, espaço urbano, território, territorialidade, identidade, desterritorialização, reterritorialização e segregação, trabalhados por autores que serão vistos ao longo desta dissertação.

Dividiu-se a pesquisa em quatro capítulos onde, no primeiro momento, traz-se o referencial teórico – metodológico e os instrumentos de pesquisa utilizados para conduzir o trabalho investigativo. Aqui são abordadas questões como a discussão sobre os conceitos de significativa importância neste trabalho investigativo, pois são os instrumentos fundamentais para a compreensão da realidade humana na pesquisa realizada, tais quais: a cidade, a segregação socioespacial, território e territorialidade, assim como a ressemantização do termo quilombo ao longo dos anos no Brasil. Também foram essências durante a pesquisa trabalhar-se com os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, pois eles auxiliam no entendimento de como ocorreu a construção da identidade territorial quilombola destes moradores da comunidade. Outro aspecto tratado foi o método de pesquisa aplicado, neste caso

o qualitativo, que contribuiu na coleta dos dados através do contato direto do pesquisador com o seu objeto de estudo, buscando-se entender e interpretar o fenômeno pesquisado através da relação com moradores da comunidade.

No terceiro capítulo buscaram-se, de maneira sucinta, por não ser este o foco de análise, dados históricos do Estado do Rio Grande do Sul, para compreender melhor o contexto de Santana do Livramento e Porto Alegre. O objetivo é identificar elementos que contribuíram para caracterizar a configuração urbana da cidade como um todo e relacionar com a constituição da Rua Oto Ernest Meier, na cidade de Porto Alegre, espaço onde está inserido o quilombo da Família Fidélis, objeto deste estudo.

Ainda neste mesmo capítulo, aliado a estes dados históricos, trataremos os territórios negros, primeiramente e de forma mais breve, no Brasil e Rio Grande do Sul. Depois trataremos destes territórios na cidade de Santana do Livramento, mais especificamente nas áreas rurais de Madureira e no antigo Rincão dos Negros. Após trabalharmos com Porto Alegre e os bairros Azenha e Cidade Baixa, espaço atual onde os moradores do Quilombo da Família Fidélis se fixaram e que, no século XIX, eram conhecidas como Areal da Baronesa e Ilhota, áreas que concentravam, principalmente, populações negras e de baixo poder aquisitivo, estes primeiros podiam ser escravos fugitivos ou livres. Relatando-se como chegaram ao Brasil e Rio Grande do Sul, posteriormente, nas cidades de Santana do Livramento e Porto Alegre, o motivo de sua fixação nestas áreas específicas, quais as condições de vida e como faziam para sobreviver ante a urbanização crescente que ocorria nos bairros onde estava fixado o Areal da Baronesa e a Ilhota.

No quarto capítulo será caracterizado o Quilombo da Família Fidélis, trazendo de forma sucinta o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, que divide o território desta cidade em macrozonas segundo suas características mais marcantes e inserindo esta rua em sua macrozona. A seguir é traçado um perfil atual da Rua Luiz Guaranha, com a sua localização, tamanho, número de residências e famílias, administração da área, as características de suas habitações e também do seu entorno.

Por último, no quinto capítulo, foi trabalhado a trajetória da comunidade de Santana do Livramento à Porto Alegre, como era a vida destes moradores na cidade de origem e por qual

razão se deslocaram. O que aconteceu ao chegarem à capital do Estado, quais as dificuldades encontraram, porque decidiram ocupar o espaço onde estão atualmente, como resistiram ao intenso processo de urbanização da região central do município e qual a razão que os fizeram entrar com o processo de auto-reconhecimento como remanescente de quilombolas. E a partir do contexto histórico deste quilombo urbano buscar entender como se deu a construção de uma identidade territorial quilombola nesta comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A discussão sobre os conceitos geográficos apresenta significativa importância, pois estes são os instrumentos fundamentais para a compreensão da realidade humana dentro desta ciência. Conforme Moreira (2010, p. 108) "a ciência é uma forma de representação que vê e organiza o mundo através do conceito, restringindo a relação entre a imagem e a fala a esse nível de representação", sendo que, dentro da ideia deste mesmo autor (2010), o conceito vem de nossa relação lógica com mundo e nos permite uma racionalização e a construção do conhecimento. A construção deste conhecimento permite uma melhor compreensão do planeta em que vivemos, palco de nossas realizações e, sendo este mundo um palco, aguça a curiosidade a respeito dos lugares onde se desenrolam as relações humanas, assim como as do homem com a natureza. Sobre este tema, Lisboa diz que:

A discussão conceitual no interior da ciência geográfica sempre apresentou importância significativa, já que estes são entendidos como instrumentos fundamentais para compreender a realidade humana. Os principais conceitos que estiveram presentes desde a formalização da Geografia como disciplina científica, ainda hoje se mantêm como bases para o conhecimento geográfico. (...) Cabe salientar que o estudo dos conceitos geográficos não deve ocorrer sem associação às situações da realidade e das vivências humanas, sem as quais perde todo o sentido. A abordagem direta dos conceitos, associados aos conteúdos estudados na Geografia, torna-os instrumentos para a efetiva aprendizagem e permite compreender mais efetivamente a sociedade. (LISBOA, 2007, p. 23).

Este debate conceitual terá como base a Geografia Crítica e a Geografia Cultural. Na primeira, surgida em meados da década de 1970, verificou-se um movimento de renovação da Geografia que foi centrada em estudos marxistas fundamentada no materialismo histórico e na dialética², cujo objetivo era combater e desmistificar o caráter aparentemente imparcial e oculto da geografia clássica e da geografia moderna e os seus respectivos apoios aos interesses político-ideológico vigente através das classes dominantes e a consequente reprodução das

² RODRIGUES, I. S.; SOARES, J. J. Op cit., p. 12. "Assim sendo, o materialismo histórico e dialético se funda na premissa de que parte da ciência positiva da história, os indivíduos humanos reais, sua ação e condição de vida, isto é, toda história humana é a existência de indivíduos humanos viventes que, por sua vez, se distinguem pelo que produzem, pelos seus meios de vida, que modificam historicamente e socialmente à natureza. O que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção, que somados com o intercâmbio (relações de produção) geram os modos de produção (relações de produção e forças produtivas) que se relacionam dialeticamente (forma e conteúdo), ora se negando, ora se afirmando e desta forma produzindo algo novo (tese+antítese=síntese), que é a negação total do velho ou parcial, de modo a conter resquícios do mesmo, tal movimento/processo é movido pelas contradições inerentes ao modo de produção".

injustiças estruturais (BRITO e PESSOA, 2009); a segunda é centrada na fenomenologia³ e no existencialismo, onde a fenomenologia pode ser definida como um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância (BUTTIMER, 1982). Abrão comenta que:

Nas perspectivas críticas do pensamento geográfico, espaço e território estão intrínsecos, e assim, expressam-se como produto do processo histórico, social e ao mesmo tempo, condição para o devir. A partir da década de 1990, os estudos sobre espaço e território recebem contribuições da Geografia cultural num momento em que surge a necessidade de compreender que as realidades sociais são influenciadas por elementos histórico-culturais de grupos responsáveis pela apropriação e construção de determinado espaço geográfico, aspecto este, relevante para a compreensão das dinâmicas dos locais em que se destacam os sentimentos, as intuições, os ideais, os anseios, as experiências e os símbolos de vida cotidiana como elementos territorializantes. (ABRÃO, 2010, p. 47).

Dentro deste contexto, para trazer a discussão teórica sobre a trajetória, memória e a identidade étnica coletiva dos moradores do Quilombo da Família Fidélis - Porto Alegre/RS, inicialmente, será importante a contribuição de autores como Carlos (1992), Sposito (1994 e 2006) e Castro (2009 e 2010), para tratar a cidade. O que esta significa? Como se dá sua formação, em termos históricos? Aspectos importantes para que possamos realizar uma reflexão para além da imagem, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais através dos tempos, que constroem e reconstroem a cidade, dando-lhe dinamismo. Desta forma buscando a real dimensão deste termo e trazendo a heterogeneidade das cidades e seus diferentes modos de vida. Nas palavras de Carlos,

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória. (Carlos, 1992, p. 26).

Neste sentido será possível discorrer sobre a organização do espaço da cidade, tratar a diferença de cidade e urbano, das relações e práticas sociais, dos usos e disputas de usos do espaço que geram uma produção urbana desigual e contraditória. Sobre este tema, Corrêa (1995) comenta que o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre

³ De acordo com Buttimer (1982, p. 176 e 177) a fenomenologia visa transpor o dualismo entre os modos subjetivo e objetivo de compreensão da experiência, esforçando-se em desvendar o diálogo entre os indivíduos e a subjetividade do seu mundo. A diferença em relação aos métodos convencionais de investigação, centra-se na distinção entre comportamento e experiência, ou seja, na crítica fenomenológica de duas questões: a relação do corpo e da mente e a relação da pessoa e o mundo. “A pessoa (corpo, mente, emoção, vontade) e mundo estão engajados nos processos e padrões observáveis no comportamento evidente”.

si, como um complexo jogo de quebra-cabeças que não possui limites rigorosos entre suas peças, o autor define a organização espacial da cidade como um espaço altamente fragmentado.

Dentro deste espaço foi delimitado o território a ser estudado, caracterizando-o e analisando-o para que fosse possível compreender seu desenvolvimento, que neste trabalho é aplicado à cidade de Santana do Livramento e também a caracterização da cidade de Porto alegre. Estas características foram trabalhadas de maneira mais específica sobre os territórios negros destas duas cidades. Para executar esta delimitação, quanto ao entendimento de cidades e do conceito de território, autores como Pesavento (1994 e 1999), Macedo (1968 e 1993), Souza e Müller (1997), Soster (2001) e Terra (2002) oferecem uma importante contribuição. O debate também será realizado com o suporte de autores como Raffestin (1993), Haesbaert (1997, 2002 e 2005), Heidrich (2000) e Souza (2010), trazendo então, um histórico sobre a ocupação destes territórios com o auxílio deste conceito em si.

Abordaremos também o entendimento da denominação quilombo, pois nos últimos anos temos presenciado a introdução cotidiana da palavra quilombo, falando-se dos remanescentes de quilombo e dos quilombolas e, se tratando da Comunidade Quilombola da Família Fidélix o objeto de estudo desta pesquisa, devemos saber que quando falamos de quilombos primeiramente devemos entender o significado desta palavra e também a ressignificação que teve ao longo dos anos. Quanto a etimologia desta palavra, segundo Munanga (1995), possui raiz africana originária dos povos de línguas Bantu - kilombo - de grupos como Lunda, Ovimbundu, Mbundu, Kongo, Imbangala e outros, cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. O mesmo autor (1995) informa que a palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas inimigas. Já de acordo com Silva:

A origem histórico-linguística da palavra quilombo vem de territórios africanos. (...) Pela cultura africana quilombo significa lugar cercado e fortificado, possivelmente por isso os escravos brasileiros formaram seus quilombos em lugares afastados e de difícil acesso. (...) Na visão histórico-tradicional, quilombo seria um esconderijo dos escravos negros fugidos no mato (...) na visão do rei de Portugal no ano de 1740, todo agrupamento de negros fugidos, que passavam de cinco, mesmo não tendo nenhuma construção erguida era considerada um quilombo e por consequência deveria ser destruído, elucidando o temor que se tinha desses agrupamentos. (...) A visão antropológica traz como critério de identificação dos quilombos, toda comunidade

negra rural, onde seus moradores são descendentes de escravos, vivem do modo de subsistência e cultivam um forte vínculo com o passado através de manifestações culturais. (...) Já a vertente sociológica considera os quilombos como sociedades alternativas ou mesmo paralelas de trabalho livre dentro do sistema escravista colonial. (...) O objetivo desses agrupamentos, muitas vezes próximos, era o de manter o branco à distância (SILVA, 2008, p. 4 e 5).

Temos então, dentro desta visão histórica, umas das primeiras definições de quilombo, através das legislações coloniais e imperiais, como locais de encontro de escravos, onde estes se reuniam para comer, descansar, praticar religião, trocar ou esconder mercadorias roubadas. Estas formações são vistas como foco de desordem em pleno centro da capital imperial e deviam ser vigiadas ou assaltadas ao longo de todo o século XVIII e XIX. Percebe-se neste primeiro momento que esta denominação serve como um instrumento repressivo (ARRUTI, 1997).

No Brasil Colonial, no sistema escravista em vigor, a palavra quilombo adquire um conceito de aldeia habitada por negros que eram escravos ou escravas que neste estavam refugiados, podendo também servir de designação de uma área administrada por negros fugitivos (SOMMER, 2011). Para Munanga (1995) estes quilombos brasileiros seriam adaptações dos quilombos africanos, espaços reconstituídos pelos negros como forma de se opor a estrutura escravista no país e implantando-se então outra estrutura sócio-política, que trouxesse mais autonomia a estes indivíduos. As práticas produtivas, historicamente, desenvolvidas nestes quilombos, algumas mantidas até os dias de hoje, eram alternativas ao sistema econômico oficial da escravidão e da pós-escravidão.

Sommer (2011) afirma ser consenso que grande parte das formações quilombolas ocorre nos períodos em que o tráfico negreiro era mais intenso, assim como em locais onde havia uma maior concentração escravista. São estes quilombos uma maneira com que os escravos reafirmavam sua cultura e o estilo de vida africanos, um fenômeno de rebeldia frente aos padrões de vida impostos pela sociedade, assim como uma maneira de restaurar seus antigos valores.

Quanto a população dos quilombos, esta era heterogênea, contando não somente com negros, mas também grupos indígenas, onde predominavam as atividades agrícolas, a caça e a pesca. A terra possuía limites bem definidos e a propriedade era de uso comum. Segundo Alfonsin:

A apropriação do excedente era feita pela coletividade, não por grupos ou indivíduos. Como em todas as economias de baixo nível técnico, não podia haver produção de mais valia. Produzindo-se apenas valor de uso, não havia mercadoria e tampouco dinheiro. (ALFONSIN, 1988, p. 159).

Formava-se desta forma uma sociedade econômica, social e política muito bem organizada, à margem da sociedade escravista vigente, onde os quilombos exerciam domínio sobre seu território, com uma economia complexa, voltada para a policultura, artesanato, trocas comerciais e outras (MAESTRI FILHO, 1984). De acordo com este mesmo autor (1984), estas comunidades quilombolas não estavam completamente à parte da sociedade escravista, existiam ligações entre ambas, podendo estas ser de caráter comercial clandestina, com contrabandistas e fazendeiros, ataques a viajantes ou uma rede de informações que saiam das senzalas e chegavam aos quilombos, assim como relações afetivas entre escravos e quilombolas.

Mas, destes escravos africanos que no Brasil chegaram para servir de mão-de-obra às atividades agrícolas e mineradoras, pouco se comentava na história oficial sobre suas atitudes de resistência cotidiana, como suicídios, rebeliões, saques, fugas e as formações dos próprios quilombos, demonstrando, de acordo com Fiabani (2012), que os negros sempre lutaram para poder afirmar sua condição humana. Após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, conforme já mencionado, a população negra não recebeu qualquer tipo de regulação legal que os incluísse na sociedade, não existindo uma política que regularizasse as posses das terras que habitavam. Fiabani (2012), conclui que:

As sequelas da escravidão ultrapassaram a data da abolição. Porém, restringiu sobretudo essa sequela aos domínios culturais e psicológicos: com efeito, a abolição da escravatura nas várias partes de toda-a-América não havia libertado o negro da pesada cadeia de preconceitos seculares. A alma continuava presa aos grilhões do seu complexo de inferioridade coletivo. (FIABANI, p.67, 2012).

Quanto à significação do termo quilombo, a questão é colocada em evidência a partir dos anos 1930 e 1940, com a produção de trabalhos acadêmicos e científicos, desde este passado colonial até sua situação contemporânea, produzindo-se pesquisas que revisavam o que já fora produzido e discutido até aquele momento sobre a escravidão e a resistência negra no Brasil.

Surge então a figura do Quilombo dos Palmares⁴ e a ideia de que quilombo se refere a um lugar de isolamento dos escravos fugitivos (SAHR, 2011). Ramos (1942) informa:

Palmares foi a primeira grande epopeia que o negro escreveu em terras do Brasil. Não foi um simples quilombo como os outros. Palmares passou à história brasileira como uma grande tentativa negra de organização de Estado. Um Estado com tradições africanas dentro do Brasil. Foi desesperada reação à desagregação cultural que o africano sofreu com o regime de escravidão. (RAMOS, p. 65, 1942).

Este quilombo, segundo o mesmo autor (1942), ganha o título de cidade que, administrada por um rei, eleito pelo grupo, justifica o desejo do negro pela volta a suas origens africanas, por não se acostumar a cultura do branco. Ramos, de acordo com Fiabani (2012), possui uma visão evolucionista de caráter cultural, abandonando teorias raciais presentes anteriormente. Nesta visão mais culturalista, Bastide (1979) informa que é possível abordar as comunidades quilombolas brasileiras sobre o ponto de vista religioso produzido no período colonial, devendo ser entendido como uma forma de resistência cultural. Mas esta resistência cultural vista unilateralmente, cria distorções à realidade, pois cria situações complexas de entendimento dos demais pontos de vista, social e político. Já pensar no quilombo somente como uma forma de resistência econômica e não levar em consideração que este é também uma forma de resistência de toda a civilização africana, também é ter uma visão unilateral da questão. Isso porque a cultura nunca está separada da constituição das comunidades quilombolas, fazendo com que os indivíduos que ali habitam fiquem ao lado de seus ancestrais no cotidiano, cultivem suas memórias e alimentem uma identidade ainda não cristalizada.

A partir dos anos 50, a bibliografia produzida no Brasil sobre as comunidades quilombolas serviu como um meio de afirmação política do Movimento Negro, onde a alma guerreira e a independência em relação à economia nacional fazem com que as comunidades quilombolas sejam exemplos da tradição de resistência negra no país, sendo um eco na luta por igualdade racial. Mas é necessário notar que a forma como este movimento se apropriou do significado de quilombo nos anos 1970 e 1980 não foram homogêneas, esta era pensada como referência a contemporaneidade e a historicidade quilombola, repercutindo nos avanços e nas contradições que existem atualmente na classificação das comunidades quilombolas como remanescentes (SAHR, 2011).

⁴ Quilombo que estava localizado na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado de Alagoas, no Nordeste brasileiro.

Nota-se que estas duas maneiras de abordar o quilombo, observadas anteriormente, uma de ordem econômica e política e outra de ordem cultural, eram as mais utilizadas pelos pesquisadores, demonstrando que este conceito foi sempre ressemantizado segundo a abordagem e intenção de cada pesquisador, sendo descrito segundo a situação específica da comunidade estudada, pelas políticas fundiárias e através do reconhecimento de direitos de grupos étnicos específicos.

Segundo Marques e Gomes (2013), "a questão do direito de grupos quilombolas à sua territorialidade permaneceu não tematizado no espaço público geral desde a abolição da escravidão (1888) até a Constituição Federal de 1988". Será, conforme Sahr (2011), a Constituição Brasileira de 1988 um marco fundamental na história da mudança de classificação e tratamento às comunidades quilombolas. O artigo 68 das Disposições Transitórias menciona que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Estes atos jurídicos, de acordo com Arruti (2006, p. 66), ecoaram "no plano do imaginário social, da historiografia, dos estudos antropológicos e sociológicos sobre populações camponesas e no plano de políticas locais, estaduais e federais que envolvem tais populações". É então a partir desta constituição que o conceito de comunidades quilombolas passa por diversas reformulações, que determinam o que denominamos atualmente como remanescentes de quilombos, que, segundo decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003 considera:

Remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003).

Este novo marco jurídico da Constituição de 1988, conforme Souza (2008) será determinante também para que se estabeleça e se organize o movimento quilombola em nível nacional, pois, a partir da construção de sua identidade étnica, poderá reivindicar o seu direito à terra⁵.

⁵ SOUZA, B. O. Quilombos e o direito à terra. Ano 5 . Edição 44 - 08/06/2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=982:catid=28&Itemid=23. Acessado em: 30/03/2015.

Atualmente, o termo se refere as terras habitadas por negros e originados de doações de antigos senhores, de fazendas que foram abandonadas com escravos, terras de igrejas e também terras doadas a ex-escravos (CARRIL, 1997). O que antes era sinônimo de fuga e/ou resistência, hoje significa a ancestralidade negra de determinada comunidade, que compartilha um mesmo território e uma mesma cultura, sendo então um conceito mais dinâmico e plástico.

Arruti (2006) informa que, quanto a ressemantização, mas recente do conceito de quilombo é fundamentada em torno de três paradigmas: remanescentes, terras de uso comum e etnicidade. Remanescente surge como uma forma de dar ênfase as comunidades em si e a maneira como se organizam, e não somente buscar estas reminiscências através de documentos, restos de senzalas e locais emblemáticos, revelando-se então a organização política do grupo na busca de seus direitos e reivindicações. Neste caso o termo coloca na definição destas comunidades uma historicidade vinculada às ideias de memória e também de direitos. Este reconhecimento deriva dos conflitos fundiários em que estas comunidades estão envolvidas e não do desejo de memorial de se firmarem como uma continuidade das antigas resistências escravas e africanas dos quilombos históricos, mas sabem estes grupos que a evocação desta memória de um passado negro faz sentido no discurso jurídico e acadêmico, auxiliando na argumentação para afirmação de seus direitos. A regularização de suas terras é apenas o início do processo que os levará as condições de uma vida mais digna.

O termo terras de uso comum visa derrubar as antigas teorias que relacionam os quilombos a lugares de fuga e isolamento, possibilitando a ampliação deste conceito, pois é possível relacioná-lo agora as periferias urbanas e as favelas, dando destaque a capacidade organizacional dos grupos e a busca pelos seus direitos. A comunidade se apropria do conceito e reelabora suas memórias, como uma maneira de garantir sua sobrevivência no presente e no futuro, ressemantizando-o segundo suas perspectivas, sonhos e realidade (SAHR, 2011).

Já etnicidade, segundo esta mesma autora (2011), é uma alternativa a abordagem racial, concebendo o quilombo como um resultado de movimentos rebeldes negros que acabam se tornando sociedades isoladas, onde sua identidade é definida por possuir uma referência histórica comum, a partir de suas vivências e valores compartilhados. Os critérios deste termo são mais subjetivos e contextuais, onde o próprio grupo se percebe e define sua identidade quilombola, o que possibilita a adoção da auto-atribuição ou auto-definição, primeiro passo

para ingressar na proposta de regularização fundiária. Desta forma a comunidade pode decidir sobre sua sorte, já que o pertencimento ou não de seus membros são decididos coletivamente. Sobre este tema Nascimento (2013) cita que:

Tanto no passado quanto no presente, o conceito de quilombo não alcança uma representação fidedigna se não passar pelos sujeitos que o compõem. As várias formas de formação de quilombos, antes e depois da abolição da escravatura, e as transformações que estes sofreram ao longo do tempo são base para um grande número análise e reflexão sobre a elaboração de um novo conceito de quilombo e sobre o que realmente poderia representar um quilombo nos dias atuais, com preocupações referentes à amplitude que o conceito pode conter para não deixar de atender a essas possíveis variações de grupos quilombolas que a lei deve abranger. (NASCIMENTO, 2013, p. 6).

Portanto, ainda de acordo com Nascimento (2013), a criação deste novo conceito de quilombo deve passar pelos sujeitos e na sua auto-identificação como quilombolas, já que o texto constitucional não evoca apenas a identidade histórica desta população, podendo ser assumida e acionada pela forma da lei, mas também lhes dá garantia de titulação territorial, condicionada pela relação identitária desses sujeitos com passado e com o referido território. No quilombo atual, os grupos ganham uma capacidade de ação ao se apropriarem deste termo para reafirmar a sua luta pelo direito a terra e a condições dignas de existência, desta forma, o passado da luta de seus ancestrais se confunde com a luta que enfrentam nos dias de hoje. Nascimento (2013, p. 98), informa que “em sintonia com essa capacidade de ação, o novo conceito de quilombo reflete a nova realidade social que se faz presente, na qual o sujeito se autodefine e exige, na diferença, o direito de igualdade, uma garantia constitucional”. Desta maneira, conforme Sahr (2011), ser um quilombola significa compartilhar uma mesma existência, um modo de vida, em que as perspectivas culturais, religiosas, ambientais, econômicas, históricas, geográficas e sociológicas estão todas integradas. O significado atual de quilombo e quilombola segue como pauta de diversos debates e estudos devido a uma grande dificuldade na elaboração definitiva acerca deste conceito. Conforme Sommer:

Atualmente, o quilombo pode ser visto a partir da dimensão global atribuída ao fenômeno, ou seja, a todas as coletividades descendentes d afro-brasileiros identificadas através da existência de vínculos sócio-históricos e cuja historicidade traduz-se na demanda social por reconhecimento e regularização fundiária. (...) Os negros (...) desde muito inseridos territorialmente, enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar cujo espaço pudesse ser organizado conforme condições, valores e práticas culturais. (SOMMER, 2011, p. 92).

Por esta razão, como a desqualificação da população negra, os lugares que habitavam foram sendo ou abandonados pelo poder público ou solicitados por grupos de maior poder junto ao Estado, a identidade cultural destes quilombos está relacionada hoje a compreensão de sua trajetória histórica, estratégias de sobrevivência e autodeterminação (SOMMER, 2011).

Conforme observado anteriormente, na constituição de 1988, mais precisamente no artigo 68, é reconhecido aos remanescentes de comunidades quilombolas “que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. A constituição também deve assegurar proteção de qualquer manifestação cultural afro-brasileira, tombar documentações e sítios que detenham as reminiscências dos antigos quilombos. Já a portaria do INCRA⁶ nº 307 de 1995 determina que as comunidades quilombolas inseridas em áreas públicas federais devem ter suas respectivas áreas medidas e demarcadas, assim como tituladas. A portaria da Fundação Cultural Palmares⁷ do ano 2000 é quem estabelece as normas que irão reger os trabalhos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, levantamento cartorial e titulação das terras que são atualmente ocupadas por quaisquer comunidades remanescentes de quilombos. O que irá configurar as demandas sociais destes atuais quilombos, através desta constituição, não é a existência propriamente dita de vínculos com os antigos cativos, mas o espírito coletivo da comunidade negra tradicional, as redes de parentesco, o esforço na manutenção das unidades familiares em um mesmo território e as redes comunitárias de autoproteção (SOMMER, 2011).

Através do desaparecimento e modificações dos espaços das cidades, principalmente a partir do século XX, a identidade cultural negra também se modificava, já que a grande parte desta população vivia em núcleos irregulares da cidade, sendo então removida para terras em áreas rurais ou para zonas mais periféricas, devido ao intenso processo de crescimento do núcleo urbano da capital gaúcha e também da população durante as décadas de 1960 a 1970. Fato este que atinge não somente a população negra, mas os demais habitantes de baixa renda, que construíam suas casas em áreas insalubres, sem assistência do poder público. No caso do Quilombo da Família Fidélis, o assentamento irregular onde se fixaram está localizada na região central de Porto Alegre, onde os primeiros moradores, vindos de Santana do Livramento,

⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁷ Criada no dia 22 de agosto de 1988 pelo Governo Federal e vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), esta foi a primeira instituição pública voltada à promoção e preservação da arte e cultura afro-brasileira.

passam a ocupar os espaços vazios deixados pela remoção de uma vila conhecida como Ilhota, que será mencionada novamente mais adiante.

Será o resgate da identidade e memória dos remanescentes de quilombos que permitirá a busca pelas características específicas de cada um destes espaços, assim como padrões espaciais que possam justificar a herança histórica comum à África, sendo possível sistematizar os processos de territorialização e a formação de territórios negros dentro das cidades. E para entender este processo, primeiramente, devemos compreender o significado dos conceitos de território e de territorialidade que, como podemos perceber, estão intimamente ligados aos quilombos, mais especificamente à comunidade quilombola da Família Fidélis. Será possível então, através da interpretação destes conceitos, entender aspectos que envolvem tanto a segregação social deste espaço quanto os aspectos simbólicos que dizem respeito ao processo de identificação de territórios quilombolas.

O conceito de território, segundo Haesbaert (2002) é amplamente utilizado não somente na Geografia, mas também nas ciências naturais e ciências sociais como, por exemplo, a Ciência Política e a Antropologia. Dentro da ciência biológica, por exemplo, este termo se refere a área de influência e domínio de uma espécie animal, já na geografia, remete a uma visão onde o aspecto humano seria o fator predominante, relacionado então este conceito às sociedades humanas. Haesbaert (2004) comenta que o conceito de território se transformando ao longo da história devido as diferentes questões priorizadas por cada área de conhecimento, tendo então diferentes abordagens, sendo transformado e moldado de acordo com o contexto analisado.

Primeiramente, é necessário que se destaque seu sentido etimológico, que valoriza sua base material, já que a palavra território é derivada do termo latim terra e corresponde ao termo *territorium*. Designa um pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa e, segundo alguns dicionários como o Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine e o Dicionário de Inglês Oxford, significa terra-territorium e terreo-territor, ou seja, terra e terror, também significa um lugar de onde as pessoas são expulsas ou advertidas para não entrar. Desta maneira, o que se propagou a respeito do território está relacionado a estes dois sentidos: diz respeito à terra (materialidade) e aos sentimentos que o território inspira (HAESBAERT 2004).

No campo geográfico este debate tem sua raiz no que foi chamado de Geografia Clássica, relacionada à ideia de território nacional, ou mesmo vinculada à natureza, que é um elemento fundamental do conceito de espaço vital trazido por Ratzel. Este autor considerava o território como um espaço concreto, apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que administra este espaço através de leis e onde todos serão unidos por laços comuns, como por exemplo, a linguagem ou seus hábitos culturais. Neste sentido o território seria a base do Estado e a condição de sua existência, pois nele encontramos os recursos naturais que sustentam a sociedade. Assim, o poder político acaba se apresentando como uma força máxima, onde todos os demais poderes são a ele subordinados. Raffestin (1993, p. 143 e 144) comenta que “o território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (...) o território é a prisão que os homens constroem para si”. E quando estamos tratando de território devemos também levar em consideração as escalas, onde Souza informa:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81).

No caso da Comunidade Quilombola da Família Fidélis, tratamos da “escala mais acanhada”, nos dizeres de Souza (1995, p. 81), podemos também chamá-lo de um microterritório⁸ localizada na Rua Oto Ernest Meier, no bairro Azenha. Será realizada então uma descrição deste microterritório, primeiramente a partir de sua materialidade, para que possamos entender porque autores como Raffestin (1993), trabalham este conceito dando-lhe uma ênfase político-administrativa, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação, um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política, um espaço regulado e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

⁸ DENEZ, C. C. Op cit., p. 12 e 13. Sobre macro e a microterritorialidade Denez comenta que “a macroterritorialidade pode ser representada pela estrutura territorial que exerce poder de forma macro, como as instituições tradicionais, Estado e empresas transnacionais, as estruturas dominantes e conservadoras. Já as microterritorialidades se expressam em grupos que confrontam a autoridade e dominação, caracterizados por possíveis grupos excluídos que constroem uma identidade em torno de suas necessidades, ou grupos que possuem uma área de atuação que está em processo de expansão, confrontando territorialidades maiores ou resistindo à expansão sobre suas áreas de existência e atuação”.

Raffestin (1993) busca uma discussão teórico-metodológica sobre o território e procura compreender a dimensão geopolítica do espaço. Critica Ratzel por este dizer que o Estado é o único detentor do poder, pois, para este autor (1993), o Estado somente detém o poder superior, existindo outros inferiores que interagem com ele e não podem ser marginalizadas na análise do território, já que existe um poder político desde o momento em que uma organização luta contra uma desordem. Para exercer sua dominação, o Estado recortaria o espaço em malhas, buscando a que lhe seja mais adequada, não se podendo perder de vista que ele não é a única organização que constrói os territórios e produzem estas malhas. Outras organizações, de acordo com Raffestin (1993, p.39), como mercados e lojas (econômico) ou as igrejas (simbólico), também “criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto”.

Apreendemos então ser este um conceito amplo, não abarcando somente o material, mas, neste caso, também o social, e por esta razão que Haesbaert (2004) comenta que a leitura deste conceito pode ser feita através de diferentes perspectivas, por exemplo, a materialista, a idealista, a relacional e a integradora, cada uma delas procurará discutir este tema, mostrando que a utilização do conceito ocorre em razão das discussões que se pretende levantar com o mesmo. A perspectiva materialista aponta que a ligação material entre território e natureza é explícita, ou seja, a natureza é uma fonte de recursos. A perspectiva idealista se refere ao espaço investido de valores além do material, são também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Na perspectiva relacional espaço é visto completamente inserido dentro das relações social-históricas, concebendo o território como movimento, fluidez, conexão e também de temporalidade. E por último, na perspectiva integradora, o espaço natural, econômico, político e cultural estão integrados.

Percebe-se que, segundo Haesbaert (2004) o conceito de território possui quatro noções básicas, a política, a econômica, cultural e a naturalista. A primeira referindo-se as relações de poder em geral, onde um espaço é delimitado e controlado através do exercício do poder. A segunda dá destaque as dimensões espaciais das relações econômicas, onde o território será a fonte de recursos. A terceira fala do aspecto simbólico-cultural de um espaço, sua característica mais subjetiva e sendo este um produto de apropriação de um grupo. A última baseia a noção de território na relação entre a sociedade e a natureza, especialmente ao comportamento ‘natural’ dos homens com seu ambiente físico.

Neste sentido, Saquet (2004), comenta que o processo de produção e apropriação do território possui sua origem tanto em fatores econômicos como políticos ou culturais, abordados de maneira diferente por estudiosos que, direta ou indiretamente, possuem suas próprias posições, privilegiando os aspectos políticos e econômicos, ou econômicos e culturais, ou ainda, aspectos culturais e políticos, dependendo de seus pontos de vista. A priorização de uma destas vertentes possibilita a utilização do conceito segundo a intenção do pesquisador, mas não devem tomadas isoladamente, acarretando em uma visão parcial do território, já que, por exemplo, trabalhando-se com comunidades quilombolas, o aspecto simbólico é importante, entretanto é necessário que se analise também as dimensões políticas, materiais e tradicionais envolvidas.

Por esta razão notamos o território como sendo, nas palavras de Haesbaert (2005) “sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica”. O território está, de acordo com este autor (2004) mergulhado em relações de dominação e apropriação sociedade-espço, desdobrando-se ao longo de um *continuum* que vai de uma dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à uma apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

Partindo então da releitura do território através desta apropriação mais subjetiva, Haesbaert (1997, p. 40) afirma que o “território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Esta reflexão atual sobre território juntamente com a dimensão vivida, segundo Saquet (2007), é trazida por Claude Raffestin, quando este amplia a compreensão das formas de poder e das formas de territorialização. Também é comentada, de acordo com Claval (1999), por Robert Sack, quando este explica que territorializar significa controlar e/ou restringir acessos e ações, estendendo a territorialização para diversas escalas. O surgimento e a difusão do horizonte humanista-cultural na Geografia, que inclui a matrizes socioculturais na compreensão de dinâmicas acabam humanizando o espaço.

Devido a estas diferentes concepções, a abordagem integradora seja, talvez, a mais indicada para compreender o território a partir da concepção deste como um híbrido entre a sociedade e a natureza, entre a política, economia, cultura, materialidade e ideias. Prevalece a concepção de território enquanto relação de poder, porém estamos nos referindo às diversas

relações de poder, que são de ordem política, econômica, material e simbólica. O território é o suporte onde interagem os macropoderes institucionalizados atuantes nele, as vezes vinculados ao Estado, e também os micropoderes, que são realizados cotidianamente por grupos locais⁹. Por esta razão o território seria este elemento integrador entre as diversas formas e escalas de poder, que são capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2004).

Para Santos (1999), devido a estas múltiplas relações de poder que ocorrem no/a partir do cotidiano, o território deve ser considerado como uma categoria de análise a partir do seu uso, e não o território em si. É o acontecer social que se realiza no cotidiano que irá configurar o território. Território este que será a dimensão das relações de poder, ou da intencionalidade da apropriação/dominação do espaço, que impõe fronteiras múltiplas ou flexíveis (AZEVEDO, 2013).

Diante deste entendimento do significado de território é possível também que tratemos a questão das migrações que, nas palavras de Milton Santos (2012), é “a ausência de direito a um entorno permanente [...] o número dos que vivem fora do lugar onde nasceram aumenta de ano para ano”. Estas migrações estão inseridas em um processo histórico ocorrido principalmente, segundo Silva (1997), entre as de 1950 e 1960, pois, verificou-se um processo de concentração da terra e constituição de um capital monopolista, assim como a modernização da agricultura, gerando um grande volume de pequenos proprietários de terras que perdem suas propriedades. Também provocadas pelo jogo do mercado, ligadas ao consumo e a falta de acesso a bens e serviços que são essenciais aos seres humanos. Abordar esta questão é importante devido ao fato de que, na comunidade da Família Fidélis, os primeiros moradores são originários de Santana do Livramento, município onde não existiam muitas oportunidades de empregos, principalmente para a população negra da cidade.

⁹ ALVES, F. R. J. Op cit., p. 237 "(...) o Estado é o núcleo central e exclusivo de poder para Ratzel (assim como foi para vários outros geógrafos políticos de sua época. Raffestin em sua obra Por uma Geografia do Poder incorpora as considerações de Foucault para analisar o poder, rompendo também com a ideia estadocêntrica do poder, uma vez que ele reconhece, assim como Foucault, que o poder se manifesta nas relações sociais criando um campo de forças. Raffestin (1993), ao pensar o poder a partir de Foucault, estabelece uma dicotomia entre o 'Poder' e o 'poder', sendo que o primeiro se refere à soberania do Estado, ao aparato jurídico-formal das leis ou a unidade global de dominação, enquanto que o segundo está “presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem”³⁴. Este seria então o chamado 'micropoder', atribuído frequentemente à Foucault, e aquele seria o 'macropoder' do Estado, tão discutido e debatido pelas teorias políticas, uma vez que o Estado foi por muito tempo o grande ator privilegiado nas discussões acerca do poder”.

Versando-se sobre as migrações, é importante tecer considerações quanto a desterritorialização e a reterritorialização, onde Haesbaert cita que:

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. (...) A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra. (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Este processo de desterritorialização no movimento migratório acontece com a saída do lugar-natal, espaço da infância, juventude ou idade adulta, responsáveis pela nossa formação enquanto pessoa e sob os quais estaria edificada nossa identidade. Por isso, a desestabilização desta ligação essencial do ser com o lugar poderia causar um abalo na segurança existencial e na identidade territorial do migrante, destinado a enfrentar um desencaixe espacial. Isso poderia torna-lo suscetível à angústia e ansiedade, impondo a necessidade de enraizar-se no lugar de destino (MELO, 2005).

Torna-se imperativo, então, ponderar-se sobre a sobrevivência destes migrantes nos espaços que ocupam hoje e, assim, tentar compreender o processo de inclusão e/ou exclusão sociais desta população no sistema econômico vigente. A partir desta reflexão buscam-se as implicações do processo de desterritorialização e reterritorialização, neste caso a Comunidade Quilombola da Família Fidélix, seja nas esferas sociais e econômicas, seja nas políticas ou culturais. Para efetuar este tipo de análise, precisamos recorrer a autores como Heidrich (2000), quando este comenta sobre as relações da sociedade com o espaço que, segundo o mesmo:

[a] diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir de sua delimitação, quer dizer: por sua apropriação como território, em parte determinada pela necessidade de domínio e posse de recursos naturais – para a conquista das condições de sobrevivência – e, por outra parte, por sua ocupação física como habitat. (Heidrich, 2000, p. 24).

Este aspecto de apropriação, domínio e posse no espaço urbano é um dos aspectos geradores da segregação socioespacial, uma vez que a cidade é área de atuação dos agentes de produção do espaço, que irá refletir, na sua arquitetura e organização, o padrão de

desenvolvimento da sociedade e suas relações. De acordo com Carlos (1992), a segregação social se concretiza no território através da segregação espacial nas cidades, pois a utilização do espaço urbano ocorre através de conflitos, a sociedade anseia por condições melhores de vida e o capital deseja a valorização do espaço.

Diante destes aspectos citados no parágrafo anterior será necessário, ao longo do trabalho, trazer a constituição das cidades de Santana do Livramento e Porto Alegre, pois Sack (1986, p. 216) comenta que “para haver um território é preciso haver uma delimitação de área, um controle e uma forma de poder, e os resultados de controle e poder dependem de quem está controlando”. Ações estas que podem ser claramente identificadas na constituição de qualquer território ao redor do globo, desde os primeiros agrupamentos humanos até as sociedades atuais, pois sempre existirá um pequeno grupo de pessoas ou empresas que detêm o poder e o controle sobre os demais. De acordo com Singer:

A constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. Ambos os aspectos do fato urbano são analiticamente separáveis mas, na realidade, sem ser intrinsecamente interligados. A cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto do espaço. (SINGER, 1977 apud SPOSITO, 1994, p. 17).

Dentro desta ideia será possível considerar a cidade como espaço urbano, possibilitando uma análise geográfica de Porto Alegre, espaço que foi resultado de diversas transformações produzidas pelas relações que se estabeleceram ao longo de sua história e atenderam as necessidades surgidas até então, conforme visto nos capítulos anteriores. Procurou-se, então, verificar os conjuntos de usos das terras porto-alegrenses no decorrer de sua formação, pois desde o princípio foram selecionadas as áreas que melhores condições e mais recursos teriam a oferecer na constituição dos primeiros povoados. Nascendo assim uma hierarquia entre estes primeiros povoados, determinada pela sua função e importância dentro da rede urbana que se amplia, baseada nestas relações que estão se desenvolvendo.

A partir do crescimento e das diversas transformações físicas ocorridas, com um período intenso de construções, desenvolvimento do comércio, aumento do número de moradores e a criação dos bairros, faz-se necessário organizar a cidade, atendendo esta crescente expansão. Dá-se assim a expansão da malha urbana, definindo, ao longo dos anos, a sua centralidade ante as demais cidades e as diferentes funções que desenvolve ao longo das diferentes fases por qual passa. Silva comente que:

Porto Alegre passa por um movimento de expansão horizontal, tendência necessária a equacionar os resultados deste crescimento, com a demanda de serviços e necessidades sociais, que estão diretamente relacionadas às adequações envolvendo reorganização espacial, fluxos e urbanização. Neste contexto, são tomadas diversas medidas visando regularizar, criar e melhorar a urbanização da cidade de um modo geral (...). (SILVA, 2009, p. 14).

Neste sentido precisamos lembrar, de acordo com Sack (1986, p. 216), da “ideia de que territórios são construídos socialmente”, os seus efeitos e resultados irão depender de quem está controlando quem e quais são os propósitos. Este mesmo autor (1986, p. 20) afirma ainda que, “assim, território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir pessoas”. Tendo isto em mente torna-se possível trabalhar com espaços segregados dentro da cidade, pois sendo este desenvolvimento desigual, haverá áreas que não despertam o interesse daqueles que detém o poder. Santos afirma:

O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está (...). Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou dinheiro. (SANTOS, 2011, p. 190).

A segregação e as condições de acessibilidade a serviços e equipamentos urbanos passam a ser diferenciadas, dependentes da classe social e da capacidade de consumo de cada ator. Este processo ocorre em qualquer urbanização capitalista e as relações entre os diferentes grupos sociais têm um reflexo sobre este processo de urbanização, manifestando-se igualmente no homem. Será esta segregação que as populações de menor poder aquisitivo, a exemplo dos migrantes, se deparam ao chegar à cidade, sendo então compelidos a se instalar em regiões marginais. Mas, como no caso do Quilombo da Família Fidélis, encontramos estas margens dentro de regiões centrais, que resistem a qualquer empenho à homogeneização do espaço urbano e tornam mais evidentes estas imensas contradições e desigualdade social.

Com base neste histórico dos moradores do Quilombo da Família Fidélis, desde Santana do Livramento até sua chegada em Porto Alegre, suas trajetórias e as lutas travadas ao longo dos anos, que trabalharemos também com o conceito de territorialidade e também a construção da identidade destes indivíduos.

Pensando-se então no território a partir de relações de poder e de suas formas espaciais constrói-se a ideia de territorialidade, conceito chave para que possamos entender o processo

de territorialização por que passam atualmente as comunidades remanescentes de quilombos. Isto porque a própria territorialidade pode ser observada como uma característica intrínseca da existência do território, traduzida como uma forma de apropriação/dominação do espaço pela sociedade, que utiliza a terra e se organiza no espaço a partir de um sistema de ações e objetos (HAESBAERT, 2004). Segundo este autor (2004, p. 79), precisamos entender o território “a partir da concepção de espaço como um híbrido (...) entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação espaço-tempo”.

Quanto ao conceito citada anteriormente, Sack (1986) diferencia uma territorialidade animal, que é motivada por instintos e uma humana, que, de acordo com o mesmo autor (1986, p. 19), é “uma tentativa por um indivíduo ou um grupo de afetar, influencia ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. A eficácia disto dependerá de três fatores: uma forma de classificação por área, uma forma de comunicação e uma tentativa de afirmação do controle do acesso sobre o que está dentro, ou sobre o que está fora por parte de quem está dentro da área, enfatizando desta forma os vínculos do território com as relações sociais. Sack (1986, p. 26) diz que a “territorialidade é a primeira forma espacial que o poder assume”. Estes três fatores acabam se relacionando através da sua existência em todas as sociedades, sendo observados em diferentes contextos históricos e por esta razão que surge a importância da inserção da geografia como ciência de interpretação e estudo das territorialidades humanas, visando à formação, interpretação e divulgação deste conceito, considerada por Sack (1986) como a mais importante no plano terrestre.

Em outra perspectiva, sobre territorialidade, Raffestin (1993) comenta que esta pode ser definida como um conjunto de relações que desenvolve uma coletividade, existindo assim, um indivíduo que a ela pertence, com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos. Esta concepção deriva do entendimento do território como posterior ao espaço, fruto da apropriação deste último por parte de um coletivo que visa se organizar espacialmente induzido por ações e comportamentos que geram a produção de sistemas territoriais.

Contextualizando esta territorialidade na comunidade do Quilombo da Família Fidélis, seus primeiros moradores, originários de Santana do Livramento, chegam à Porto Alegre em

busca de melhores condições de vida na década de 80. Estes vivem em uma área anteriormente conhecida como Ilhota, lugar que concentrava, conforme mencionado anteriormente, a população de baixa renda da cidade no final século XIX até meados do século XX, principalmente ex-escravos e imigrantes provenientes de áreas rurais do Rio Grande do Sul.

O espaço que ocupam atualmente fazia parte de vazios resultantes da desapropriação da antiga Ilhota, não recebendo qualquer tipo de assistência do poder público, carecendo de serviços básicos como luz e água. Resistem então, ao longo dos anos, a planos de remodelamento e desfavelização da área central de Porto Alegre, assim como as lutas contra tentativas de tomada do terreno para construção de novos empreendimentos. Lutas estas que culminaram no reconhecimento dos moradores como uma comunidade remanescente de quilombo, sendo esta uma estratégia de resistência ao processo de reurbanização que ocorre nas grandes cidades, gerando uma divisão espacial e uma forte diferenciação social com a área que se desenvolveu ao seu entorno. Seria então a partir deste histórico da comunidade e do espaço que habitam atualmente que possibilita o entendimento desta territorialidade, que, de acordo com Sack (1986, p. 76), é “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”.

A territorialidade então seria uma característica intrínseca da existência de um território, onde esta territorialidade será traduzida na maneira como ocorre a apropriação e/ou dominação do espaço pela sociedade, que utiliza a terra e se organiza no espaço a partir de um sistema de ações e objetos (SANTOS, 2006). Este território passa a existir no momento em que acontece a apropriação e/ou dominação deste espaço e este território existe porque há a territorialidade, que possui também uma dimensão simbólica estabelecida entre a sociedade e o espaço.

Haesbaert (2005, p. 10) comenta que a territorialidade “enquanto imagem ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado”. No caso do Quilombo da Família Fidélis, esta territorialidade ocorre primeiramente no campo da memória que trazem de Santana do Livramento e da própria história da antiga Ilhota e seus moradores, depois como uma prática discursiva e uma estratégia de sobrevivência ao ambiente urbano segregador de Porto Alegre.

Dentro deste contexto histórico admite-se o território a partir das relações sociais e da conjuntura ao qual está inserido, podendo este ser concebido pelas relações de poder, desde o poder material ao simbólico, estando ele presente em todo o processo histórico, contendo uma variabilidade de manifestações, sendo constituinte da reprodução social. Quanto a este tema Haesbaert afirma que:

Cada grupo social, classe ou instituição pode 'territorializar-se' através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com 'seus' espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo das territorialidades. (HAESBAERT, 2004, p. 96).

Desta maneira, ao se territorializar o grupo acaba por definir a sua identidade, pois este lugar é o seu mundo, onde o território será considerado, de acordo com Saquet (2009, p. 81) um “produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade (...) significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas”. Ainda segundo Saquet:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de um grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar. (...) A apropriação e construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente, geram os territórios. (SAQUET, 2009, p. 88).

Estas identidades foram criadas através da luta desta comunidade em garantir o seu território, que possui um significado de coletivo e de acolhimento, pois neste espaço que mantém seus vínculos, desde Santana do Livramento, sejam estes com o passado ou com o presente. Este grupo social está unido por interesses semelhantes, às vezes com origens comuns e em um território comum, decorrentes destes laços de pertencimento, de solidariedade e suas interações mediadas neste espaço. Nas palavras de Henriques:

Não é possível esquecer que a identidade é estruturalmente etnocêntrica: o indivíduo é o que é ou o que pretende ser devido à sua integração num grupo, instalado num território próprio, que se define não só pela sua estrutura específica, mas pela diferença que o separa do Outro. O território define-se por isso pela relação que sustenta com a história, e que se exprime não só na presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais e de marcadores, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, os outros provindo do imaginário do indivíduo e da sua sociedade. Um homem define a sua identidade por meio de alguns suportes: primeiro pelo facto de pertencer a uma família, a qual está integrada num

clã, numa comunidade, numa nação. Esta aparente dependência do indivíduo e da família em relação às unidades superiores, não deve contudo enganar-nos: é a soma das pequenas identidades que autoriza a construção global da identidade, a qual está historicamente ligada a um território. (Henriques, p. 5, 2003).

Desta forma moldou-se este território e imprimiram-se as marcas de todas as suas decisões e intervenções sobre o mesmo, e quanto a estas marcas, Reyes e Borba (2008) afirmam que a sociedade precisa sentir-se reconhecida e representada por um projeto coletivo, que é a construção de uma marca social coletiva no território, sendo que esta ideia de marca deve ser significativa para que os habitantes da cidade se reconheçam através dela como sendo algo que valorize a cultura local e que possa constituir uma identidade, são estas que conferem a este grupo um forte sentimento de pertencimento. No caso do Quilombo da Família Fidélis, estas marcas, que os identificam e que, em alguma medida, os diferenciam de outro, advém tanto da segregação territorial e social, que acabou gerando um espaço urbano caracterizado por um distanciamento socioespacial com o entorno, onde este foi gerado pelo próprio processo de urbanização brasileira, quanto pela identificação destes enquanto parte da história da população negra da cidade de Porto Alegre.

Sobre o distanciamento socioespacial, Silva e Zanata Jr (2008, p. 118) comentam que a “proximidade espacial entre as áreas habitadas por ricos e pobres (o asfalto e a favela) constitui um elemento importante na estruturação do espaço urbano de muitas cidades brasileiras”. Estes mesmos autores comentam ainda que:

Sem negar a importância e a correção de tais interpretações, observa-se, no entanto, que as cidades brasileiras, em maior ou menor grau, tendem a apresentar situações de relativa proximidade espacial entre populações marcadamente desiguais em termos de seu posicionamento na estrutura social. Seja pela capacidade de resistência das populações pobres aos processos de remoção e periferação, seja pelos limites da reprodução do modelo de deslocamento das classes altas para áreas habitadas unicamente por seus “iguais” (como no caso dos subúrbios de diversas cidades norte-americanas), entre outros processos, produziu-se um espaço urbano que não é totalmente apreendido pelo argumento da segregação socioespacial. (SILVA e ZANATA, 2008, p. 118).

Sobre este mesmo tema Ribeiro (2008, p.15) afirma que esta proximidade “não garante a interação entre grupos sociais localizados em posições distantes do espaço social, mas aproximados pela geografia”. Aplicando este argumento ao contexto da Rua Oto Ernest Meier, marcado por grandes desigualdades, nota-se que existe uma grande distância social com o espaço do entorno, que gera uma barreira nas relações entre a comunidade e os grupos de posições distintas no espaço social. Heidrich comenta:

Enquanto a política local interessa às elites como uma possibilidade de adequação da cidade à globalização, às classes populares interessa a consolidação de um espaço de garantia do emprego e da qualidade de vida. A solidariedade existente em função da convivência dos grupos no mesmo território se torna relativa pelo uso de novas tecnologias e pela fragmentação do espaço. O consumo, a habitação, o lazer, entre outras práticas cotidianas, se consolidam como maneiras completamente segmentadas de realização, não apenas localmente segregadas, mas como uma diacronia local-global. De um lado os lugares tornam-se pontos articulados em âmbito global e, de outro, a solidariedade territorial-local é cada vez mais seletiva. (HEIDRICH, 1998, p. 15-17).

Nota-se, desta forma, um processo de fragmentação do tecido social, decorrente de uma distância estrutural entre a comunidade da Rua Oto Ernest Meier e o restante dos moradores dos bairros Azenha e Cidade Baixa, pois, apesar da proximidade espacial, estes diferentes segmentos estão separados por esta desigualdade brasileira. Heidrich (2006, p. 7) afirma ainda que “as situações de pobreza, de exclusão e de informalidade constituem produtos da globalização, da vinculação da vida ao mercado em sua forma plena e extrema”. Isto porque, a pobreza sempre existiu, mas a intensa urbanização das cidades intensifica esta pobreza, devido ao modelo socioeconômico e a estrutura física, fazendo com que os habitantes de baixa renda possuam menos condições de acessibilidade à serviços e equipamentos urbanos, que são espacialmente distribuídos de maneira diferenciada. Fatores como a especulação imobiliária, os vazios urbanos, a carência de serviços, acabaram por intensificar estas problemáticas, gerando a segregação urbana decorrente da forma de produção do espaço e do uso do território.

Entendendo-se que esta marginalização social se materializa no território através desta segregação espacial nas cidades, pois o uso do espaço urbano se dá em conflitos, a sociedade deseja condições melhores de vida e o capital a valorização do espaço. Foi então a reconfiguração territorial dos bairros Azenha e Cidade Baixa, manifestada na elitização crescente do entorno da comunidade, que acabou por descaracterizar o que foi a antiga Ilhota, onde se concentravam as populações pobres e negras que deviam ser removidas para locais “invisíveis” da cidade, distantes das regiões centrais. Estas ações vêm se incluir nas próprias formas de gestão do espaço do município e na garantia da multiplicidade urbana em face à homogeneização de certas áreas. Bonnemaïson e Cambrézy (1996)¹⁰ afirmam que o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser, esquecendo este princípio espiritual e não material seria sujeitar-se a não compreender a violência de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo atual.

¹⁰ Apud Haesbaert, 2004 p. 72-73.

Os dois autores citados acima são importantes quando se procura falar da perspectiva idealista do território, onde o foco será o simbólico-cultural, utilizando mais o conceito de territorialidade do que o de território. Revela-se desta forma um forte conteúdo simbólico, cuja força traduz-se na construção identitária, ou seja, o sentido de pertencer ao território. Heidrich explana que:

Quando se faz parte de um determinado agrupamento humano, ao mesmo tempo se vivencia as relações com o espaço ocupado por esse grupo. Permanecer numa determinada área de modo continuado e repetido e compreender uma história da qual se participa, constrói uma experiência que liga o indivíduo ao grupo e a seu respectivo espaço de convivência e uso. Significa que as pessoas possuem sentimento de pertencimento, uma crença entre os sujeitos de que têm origem comum, que faz sentido intervir na sociedade e no território do qual fazemos parte. (HEIDRICH, 2010, p. 5).

Existe na comunidade um forte sentimento de pertencimento ao território, laços calcados nas memórias afetivas trazidas de Santana do Livramento e nas experiências dos moradores, ao seu modo diferenciado de habitar a rua e de usufruir deste espaço urbano em Porto Alegre. O reconhecimento desta área como um remanescente de quilombolas acabou por agregar um novo elemento nas práticas deste grupo, pois além de assegurar o direito de permanência desta comunidade, de maioria pobre e negra, se mantém a imagem de contradições sociais na região central de Porto Alegre. Foi a partir desta resistência pela regularização de seu território ao longo de vários anos que se construiu esta identidade como cidadãos que são orgulhosos de suas diferenças e pode-se dizer que, de acordo com esta história, o lugar pertence aos moradores. Sahr afirma que:

A longa história do conceito de território é impensável sem considerar os códigos geopolíticos do Estado-Nação, onde se parte do pressuposto de que através da territorialização se define uma “identidade”. Dessa forma, percebe-se que a aplicação do conceito território, no caso dos quilombolas brasileiros, mais do que uma política da inclusão social, mostra-se principalmente como política de inclusão desses ao Estado. (Sahr, 2011, p. 56).

Percebemos então que é a partir desta ideia de territorialidade que compreenderemos esta relação entre o território e a identidade deste grupo étnico, que de acordo com Haesbaert (2004, p. 89) “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais”. No caso das comunidades quilombolas a territorialidade será acionada de maneira estratégica para a construção ou consolidação tanto de um território e quanto de suas

identidades, fenômeno que é evidenciado nos processos de regularização e titulação de seus territórios. O mesmo autor (2007, p. 44) comenta ainda que “os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns”. Bittencourt Junior comenta:

Os segmentos negros da população da população (...) afirmaram Territórios Negros Urbanos por meio de atividades do trabalho, das manifestações religiosas e lúdicas e da resistência cultural e política. De modo a ser vivenciado um constante devir negro, com o qual os negros consagram lógicas culturais próprias nos referidos territórios, a partir de uma memória coletiva de matriz africana. (...) Num misto de ações de estratégias de subsistência e de resistência, de significativa produção e reinvenção cultural. (Bittencourt Junior, 2010, p. 130).

Nestes territórios negros serão consolidados, os indivíduos construirão suas singularidades e reforçarão seu poder de inventividade cultural, promovendo sua organização social e impulsionando a força política e, assim, reinventando uma cidadania diferente da oficial. Surgindo a força de uma memória emanada de uma origem de matriz africana, estabelecendo delimitações sociais urbanas contemporâneas, onde o passado é colocado sobre o presente. Por esta razão, a noção de território coloca de maneira precípua a questão da identidade, já que se refere a demarcação de um espaço na diferença com outros (BITTENCOURT JUNIOR, 2011). Sodré afirma:

Território é, assim, o lugar marcado de um jogo, que se estende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamentos com o real. Articulando mobilidade e regras na base de um a ‘fazer de conta’, de um artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada da ligação entre o homem e o mundo, capaz de combinar ‘as ideias de limites, de liberdade e de invenção’. (Sodré, 1988, p. 23).

A partir deste contexto, o território mostrará todos os movimentos da sociedade, permitindo uma análise social baseada em seu uso, a partir do momento em que este é pensado justamente com aqueles que se utilizam dele. Para Bittencourt apud Santos (2011, p. 140) “o mundo se constitui para os outros, uma vez que é o lugar que dá conta do mundo”.

O Território Negro Urbano será um espaço de construção de singularidades socioculturais de matriz afro-brasileira, que é afirmativo e também um objeto histórico de exclusão social em razão da expropriação estrutural dos direitos sociais, civis e específicos fundamentais dos negros brasileiros, exigindo-se uma constante resistência. Por isto que este

território urbano é um espaço vivido¹¹, uma obra coletiva e construída por um determinado grupo social, que incorporam seus próprios valores, neste território está referida sua história de exclusão social e inúmeras injustiças, assim como a construção de suas singularidades e a elaboração de um repertório cultural negro de origens africanas (BITTENCOURT JUNIOR, 2011).

Por conta desta gama de dados pesquisados, a escolha dos procedimentos que serão utilizados na descrição e explicação de determinado fenômeno é de extrema importância, pois serão estes procedimentos que permitirão a delimitação de um problema, por meio de observações e, posteriormente, a interpretação com base nas relações encontradas, fundamentando-se em teorias existentes, com o objetivo de entender a natureza deste fenômeno. Por esta razão a escolha metodológica de uma pesquisa irá depender da avaliação cuidadosa de alguns aspectos fundamentais como a natureza do fenômeno estudado e o enfoque teórico a ser adotado, assim como a definição de estratégias que irão direcionar e delimitar o alcance da análise dos dados, que deve ser relacionado à necessidade de cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Também é importante trazer os componentes humanos que, de acordo com Bonnemaïson (2004) seria a geografia das representações, onde as representações da realidade serão mais importantes que a própria realidade, apresentando o espaço urbano a partir da apreensão que os cidadãos constroem deste através de suas percepções, memórias e trajetórias, além das marcas que imprimem no território em que vivem. Não esquecendo que estes espaços de representação contêm os espaços percebidos e vividos pelos mais variados grupos e classes sociais, contendo e expressando também as lutas e os conflitos destes pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços.

Os componentes humanos citados no parágrafo anterior permitem a abordagem do sistema cultural, neste caso aplicado ao Quilombo da Família Fidélis, seu patrimônio de saberes e técnicas, seu conhecimento e visão de mundo, assim como suas crenças e como estas características se imprimem no seu espaço. Bonnemaïson (2004) diz que as culturas são

¹¹ Segundo Lefebvre (1991), os espaços vividos são os espaços diretamente vividos pelos usuários e habitantes do espaço. Sobre este tema Schmid (2012, p. 102) comenta que "a terceira dimensão da produção do espaço é a experiência vivida do espaço. Essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana".

construídas no espaço por meio de elementos materiais e não materiais, onde o território, através dos lugares e símbolos, será a base espacial da identidade de um grupo. Nas palavras de Henriques:

A cultura configura sistemas de significados criados historicamente e que orientam os indivíduos a dar forma, ordem, objetivo e direção a suas vidas; as identidades constituem fonte para a construção desses significados, que servem para orientar seus comportamentos. (...) A cultura é inerente a um grupo; a identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta frente a outro (s). A cultura une um grupo; a identidade o diferencia de outros (PERICO, 2009, p. 61-63).

Para o entendimento desta identidade cultural estabelecida no território da comunidade da Família Fidélis, busca-se verificar em que medida e de que maneira a trajetória destes sujeitos, desde Santana do Livramento até sua fixação em Porto Alegre, se reflete no seu modo de vida atual e suas lutas pelo reconhecimento do seu espaço. Por esta razão o método de pesquisa qualitativa é o mais recomendado, pois seu foco de interesse é mais amplo, obtendo-se dados descritivos através do contato direto do pesquisador com o seu objeto de estudo, buscando entender e interpretar o fenômeno por intermédio da relação com moradores da comunidade, onde o foco é o processo vivenciado por estes sujeitos.

As pesquisas qualitativas possuem características multimetodológicas, utilizando um número variado de métodos e instrumentos para a coleta de dados, onde os mais utilizados são, primeiramente, a entrevista em profundidade (individual e em grupo), neste caso a narrativa dos entrevistados irá auxiliar na articulação da história deste quilombo urbano e as memórias de seus moradores com sua trajetória e como esta se reflete no cotidiano desta comunidade, assim como na formação de sua identidade. Estas entrevistas serão aplicadas com os moradores atuais do Quilombo da Família Fidélis e também com os seus familiares que ainda residem em Santana do Livramento, possibilitando a reconstrução destas trajetórias. A entrevista é uma técnica muito utilizada por pesquisadores para a coleta de dados e, segundo Bauer e Gaskell (2002), a compreensão em maior profundidade oferecida pela entrevista pode fornecer informação contextual valiosa para explicar alguns achados específicos. Estes mesmos autores citam ainda que:

No processo de ler e reler, as técnicas tradicionais empregadas, em geral como lápis ou outros recursos simples (canetas que realcem o texto), incluem: marcar e realçar, acrescentando notas e comentários ao texto, cortar e colar, identificação da concordância no contexto de certas palavras, forma ou representação gráfica dos

assuntos, fichas de anotações ou fichários de notas, e finalmente análise temática. Ao ler as transcrições, são lembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e o pesquisador quase que revive a entrevista. Esta é uma parte essencial do processo e é por isso que é muito difícil analisar entrevistas feitas por outras pessoas. (BAUER E GASKELL, 2002, p. 85).

Bourdieu (1999) comenta que, para a formulação das questões utilizadas nas entrevistas, o pesquisador deve tomar cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. Estas devem procurar dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um sentido lógico para o entrevistado onde, para se obter uma narrativa natural, não seria interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o entrevistado relembra parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado. Estas entrevistas são elaboradas mediante um questionário estruturado, ou seja, onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas.

Após estas entrevistas teremos a análise de documentos e, por último a observação participante ou não. Onde a observação é uma das formas mais utilizadas pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade. É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados. O ato de observar permite conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações para obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade, buscando conceber uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados (QUEIROZ; VALL; SOUZA; VIEIRA, 2007) ¹².

Ainda sobre o método de pesquisa utilizado, um de seus tipos é a observação participante, que permite ao pesquisador a sua inserção no interior do grupo observado, tornando-se parte dele e buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação, vivenciando a realidade social estudada. Será esta integração com os moradores do Quilombo da Família Fidélis um dos objetivos principais para este trabalho, utilizando-se para este fim entrevistas formais e conversas informais, observação e

¹² Queiroz, D. T.; Vall, J.; Souza, A. M. A.; Vieira, N. F. C. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde.** Rev. enferm. UERJ;15(2):276-283, abr.-jun. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>. Acessado em: 03/03/2014.

participação no dia a dia desta comunidade, buscando coletar os dados necessários para entender a realidade social, assim como captar os conflitos e tensões existentes dentro deste grupo (QUEIROZ; VALL; SOUZA; VIEIRA, 2007).

Esta coleta foi realizada através do trabalho de campo, uma etapa essencial da pesquisa, pois é neste momento que ocorre uma interação mais estreita entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Para a realização do trabalho em campo, os objetivos do pesquisador devem estar claros, deve-se ter bem claro os critérios segundo os quais serão selecionados os espaços e sujeitos que vão compor o universo da investigação. Busca-se, desta forma, manter a qualidade das informações coletadas, tornando-se possível chegar a uma compreensão mais ampla do problema delineado. O trabalho de campo representa um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo. Sobre este tema Monbeig (1936) afirma que “as excursões constituem um valioso auxílio e devem ser aproveitadas e aplicadas com o objetivo definido, (...) afim de que não redundem em simples passeio ou viagem de turismo”.

Esta etapa de investigação no Quilombo da Família Fidélis se deu em dois momentos: primeiro com o campo na área do quilombo em Porto Alegre/RS, com entrevistas individuais realizadas com seus moradores através de um questionário (Anexo A) para a coleta de dados gerais dos mesmos, por exemplo, local de nascimento, profissão e quanto tempo moram no local, também assinaram um termo de consentimento autorizando a entrevista (Anexo B). Foram questionados igualmente sobre a história do lugar, porque este espaço é importante para eles e o que significa ser quilombola. Durante a investigação também foi realizada a observação participante na comunidade, um dos processos mais longos da pesquisa, pois foi esta a fase inicial do trabalho com a ida ao local, apresentação ao líder da comunidade e demais aos moradores, reconhecimento do território do quilombo. Foi este o momento de explicar a todos quais os objetivos da pesquisa realizada e os benefícios que poderá trazer ao grupo. Outro fator importante foi a possibilidade de interação com os moradores a partir da presença constante na comunidade, escutando e vendo tudo que ocorre cotidianamente, contribuindo na geração de confiança na população estudada, mas respeitando-se qualquer limite imposto pelas pessoas. Desta maneira foi possível observar as teias de relações entre os moradores e a estrutura social local.

O segundo momento ocorreu com o trabalho de campo realizado em Santana de Livramento entre os dias 22 e 24 de novembro de 2014, que demandou, também, um planejamento prévio que incluía, além do questionário, já mencionado, para as entrevistas, o roteiro da visita com o percurso a ser realizado na cidade. Este roteiro foi necessário para manter a clareza dos objetivos a serem atingidos pelas atividades realizadas durante a investigação e, sendo este planejamento realizado de maneira estratégica, auxiliará na compreensão e interpretação dos dados coletados, de acordo com o objetivo proposto na pesquisa.

O percurso em Santana do Livramento foi realizado na companhia de Sérgio Ivan Fidélis e Hamilton Corrêa Lemos, iniciando-se com a visita as áreas rurais Madureira e Rincão dos Negros, espaços de importância para os moradores do quilombo, pois são os espaços de origem que definem sua ancestralidade negra, pois estes locais concentravam grande parcela de escravos e ex-escravos da cidade. Durante este percurso foram visitados espaços de importância para os moradores do quilombo, já que são os locais onde moraram e trabalharam durante muitos anos, locais dos quais muitas histórias escutaram sobre o período da escravidão e, posteriormente, sobre as dificuldades vividas pela população negra de Santana do Livramento, espaços que estão na memória destes moradores através destes relatos.

Pela importância que têm Madureira e Rincão dos Negros para os moradores do quilombo foi-se visitando os pontos mais estratégicos destas localidades, com paradas que possibilitaram o relato de Sérgio e Hamilton sobre determinado ponto. Estes relatos não possuíam um questionário formal, foram conversas sobre a importância destes espaços e como se relacionam a história da comunidade, o uso do questionário ocorreu apenas durante as entrevistas com alguns moradores destas localidades. Após foi visitado a área urbana de Santana do Livramento, igualmente importante, já que alguns dos moradores do quilombo saíram da área rural e moraram e trabalharam na área central da cidade antes de dirigir-se a Porto Alegre.

Os dados coletados durante as observações realizadas tanto em Porto Alegre quanto em Santana do Livramento, foram registrados em um diário de campo, instrumento ao qual podemos recorrer em qualquer momento do trabalho que estamos realizando, trazendo o ponto de vista do pesquisador. Neste diário são colocadas as percepções, questionamentos e informações não obtidos através das entrevistas, auxiliando na descrição e análise do estudo

realizado no Quilombo da Família Fidélis. Juntamente com o diário de campo outro recurso utilizado foi a fotografia, pois esta permite a visualização, não somente dos indivíduos, mas também da realidade relatada na pesquisa. Já a fotografia foi um precioso diário visual, já que através das imagens é possível observar e analisar detalhadamente os locais visitados, auxiliando na memória e sendo uma maneira de representar e colocar em contexto a história do Quilombo da Família Fidélis.

Estes procedimentos e recursos têm como objetivo auxiliar na avaliação de como a trajetória e as memórias da comunidade, desde Santana do Livramento até sua fixação em Porto Alegre, se refletem no seu modo de vida atual e suas lutas pelo reconhecimento, assim como a influência destes na formação identitária da comunidade, estudo de caso desta pesquisa. Lembrando que o estudo de caso serve, antes de qualquer coisa, para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado, contribuindo para que possamos compreender melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade, auxiliando também no entendimento da forma e dos motivos que levaram a determinada decisão. Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia da pesquisa que abarca um método abrangente em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

3 TERRITÓRIOS NEGROS

3.1 Brasil e Rio Grande do Sul

O Brasil tem uma intensa história no tráfico e comércio de africanos escravizados, sendo um dos países que mais recebeu africanos que qualquer outro no mundo e aquele quem aboliu legalmente a escravidão por último, no dia 13 de maio de 1888. Isto porque, o tráfico consistia em um grande empreendimento comercial e cultural durante o período colonial, tanto que, atualmente, o Brasil possui uma das maiores populações negras do mundo. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, a população negra e parda é a maioria no país, 96,7 milhões (50,7% da população), contra 91 milhões de brancos (47,7%), 2 milhões de amarelos (1,1%) e 817,9 mil indígenas (0,4%), em um total de 190.732.694 milhões de habitantes¹³. Segundo Sommer (2011, p. 76) “o regime escravocrata com utilização de mão-de-obra negra africana juntamente com a agricultura de exportação foi, desde o final do século XVI até o final do século XIX (...) a base da sociedade e da economia brasileira”. A utilização desta mão-de-obra ocorria com a permissão de Portugal, que via os africanos, e também os índios, apenas como coisas que serviam para ser a propriedade de alguém (SOMMER, 2011).

As condições pelas quais os africanos tiveram que passar desde sua chegada, começando no transporte da África para o Brasil em porões de navios negreiros eram os mais desumanos. Estes se viam amontoados, em condições desumanas, onde muitos morriam antes mesmo da chegada e tinham seus corpos lançados ao mar. Ao chegarem ao país a situação piorava, pois nas fazendas os escravos eram tratados da pior forma possível, trabalhando muito, recebendo trapos de roupa e uma alimentação de péssima qualidade. Suas noites eram passadas nas senzalas, lugares escuros e sem higiene, muitas vezes acorrentados para que não fugissem. Além disto, eram constantemente castigados fisicamente, sendo o açoite a forma de punição mais comum no Brasil Colônia. Viam-se privados de praticar a sua religião, realizar suas festas ou os rituais característicos de suas tribos e deviam adotar a língua portuguesa na comunicação (AMARAL, 2010).

¹³ Dados do Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em: 20/06/2014.

A maneira como este escravo seria utilizado no Brasil variava de acordo com o momento histórico e a área onde estava inserido, pois devia atender aos estímulos das localidades mais desenvolvidas do país, onde estas buscavam suprir o mercado em sua economia de exportação. Os africanos foram então os braços que sustentaram todas as atividades econômicas pelas quais o Brasil passou, como o ciclo da cana-de-açúcar do nordeste no século XVI, o do café no século XIX na região sudeste, assim como na mineração em Minas Gerais e região centro-oeste dos séculos XVII e XVIII e as lavouras de algodão no Maranhão nos séculos XVII e XVIII, também a pecuária e outras atividades econômicas. Este grande contingente foi trazido contra sua vontade e produziram as riquezas para a metrópole portuguesa e para os seus próprios signatários (SOMMER, 2011).

A Região da Prata, no futuro estado do Rio Grande do Sul, estava inserida dentro destes espaços mais desenvolvidos do Brasil e, de acordo com Maestri (1996), o trabalho realizado pelo negro escravizado contribuiu de forma muito significativa na fundação e desenvolvimento da sociedade sulina, onde os cativos constituíam um dos principais produtos contrabandeados. A (Figura 3) mostra as principais rotas de do tráfico negreiro no Brasil e, na linha pontilhada, temos a rota dos escravos que eram trazidos do Rio de Janeiro para a Região da Prata.

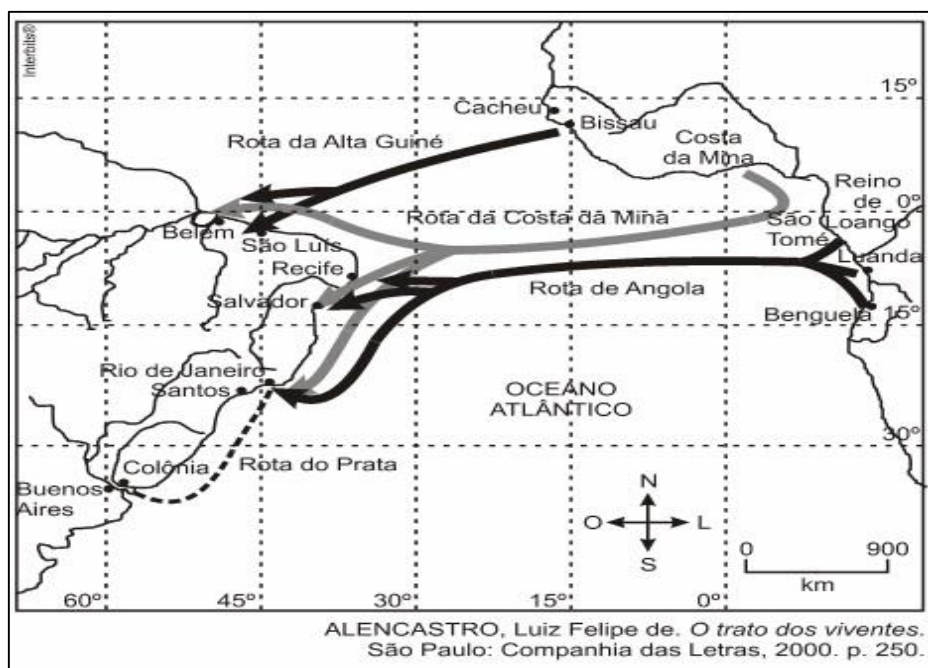


Figura 3. Principais rotas de do tráfico negreiro no Brasil.

Fonte. ALECASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000¹⁴.

¹⁴ Disponível em: <http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2012/07/roteiro-de-estudo-engenhos-escravos-e.html>. Acessado em: 12/07/2015.

A chegada dos escravos ao Rio Grande do Sul acontece, segundo Sommer (2011), na primeira metade do século XVIII, trazidos para trabalhar na agricultura, nas estâncias e na produção de charque, onde a maioria deles vinha do Rio de Janeiro, assim como de outros portos brasileiros.

Torres (2008) informa que entre 1750 e 1763 existiram no Rio Grande 139 senhores de escravos, sendo esta elite local composta principalmente por militares, a maioria dos quais foram os primeiros povoadores que receberam terras da Coroa Portuguesa e que participaram da exploração do gado que existia neste período. A mentalidade senhorial dominante na sociedade colonial brasileira determinou a formação de plantéis de escravos nas estâncias do Rio Grande que estavam destinados principalmente às atividades domésticas e ao setor de subsistência da propriedade, como a horta, pomar, lavoura e indústria doméstica de queijos, linguiças, charque, quando não tanto pela necessidade do serviço, pelo zelo da ostentação e do luxo. Escravos também aparecem em episódios de dominação espanhola, como por exemplo, a da Vila do Rio Grande (1763-1776), em que as atividades de guerrilha movidas contra tropas castelhanas utilizaram escravos negros em incursões militares, precedendo a utilização dos lanceiros negros na Revolução Farroupilha.

Esta população que chegava estava dividida entre os *crioulos*, indivíduos que nasceram no Brasil e foram transferidos para o Estado; *ladinos*, os que já haviam trabalhado em outras partes do Brasil; havia ainda os africanos que chegam ao Estado após passarem por outras regiões brasileiras como a Bahia, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina; e africanos provenientes da Argentina e Uruguai (SOMMER, 2011). Quanto à procedência dos negros (Quadro 1) no Rio Grande do Sul, de acordo com Weimer (1991, p. 15), estes vinham de:

Nação	1802	1803	Total	%
Angola	225	110	335	33,80
Benguela	339	15	354	35,73
Congo	30	2	32	3,23
Cabinda	7	4	11	1,11
Mina	35	26	61	6,16
Mohumbe	2	2	4	0,40
Quissama	7	2	11	1,11
Rebolo	33	5	38	3,83
Monjolo	7	0	7	0,71
Cassange	19	11	30	3,03
Messambe	4	0	4	0,40

Songo	3	1	4	0,40
Ganguela	6	1	7	0,71
Ambaca	0	2	2	0,20

Quadro 1. Procedência dos escravos africanos que chegavam ao Rio Grande do Sul entre 1802 e 1803. Fonte. Weimer (1991, p. 15).

Monsma (2011) comenta que a historiografia do Rio Grande do Sul dos períodos colonial e imperial demonstra a importância da escravidão para a economia regional. Além do grande número de escravos que trabalhavam nas charqueadas e em vários ofícios urbanos, escravos também predominavam entre os trabalhadores das estâncias, sobretudo entre os trabalhadores permanentes. Muitos dos cativos eram campeiros, participando de todas as tarefas da criação de gado. Quanto aos números, Bittencourt Junior (2010) comenta:

Apesar da deficiência em estatísticas, no Rio Grande do Sul, o número de negros libertos foi alto desde cedo. O censo de 1814 mostrava que o número de libertos superava os 7% da população total da capitania, de modo que, num universo de 70.656 habitantes, os 'livres de cor' somavam 5.399. Em 1814, o censo revelava que a Província de São Pedro tinha 21.445 escravos, ou 30,35% dos 70.653 habitantes. (...) Em 1858, um quarto da população da Província era de escravos. (Bittencourt Junior, 2010, p. 134).

Durante o século XIX a economia gaúcha apresentava um perfil variado e apresentava três setores econômicos importantes: os latifúndios pastoris, as charqueadas e o setor das colônias de povoamento. O primeiro setor produtivo gaúcho era o do pastoreio extensivo, praticado nos latifúndios, onde o trabalho escravo era raramente utilizado e, quando era, ocupava as atividades de apoio à produção criatória e não a atividade principal, já que havia uma impossibilidade técnica ao exercício da coerção extra-econômica e porque um dos principais instrumentos de trabalho, o cavalo, era também um meio de fuga do cativo. Outra dificuldade da utilização do trabalho escravo era a proximidade com as fronteiras de países onde a escravidão negra era rara ou inexistente (TARGA, 1995).

O segundo setor econômico sulista, o charqueador, comprava o gado do setor pecuário, fabricava o charque de modo rudimentar e o exportava para São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste. Este setor não era uma exploração rural propriamente dita, pois estava concentrada em torno de centros urbanos exportadores, não detendo o monopólio do mercado brasileiro, já que seu produto sofreu sempre a concorrência do similar platino, mais barato e, às vezes, de melhor qualidade. Era este o setor que concentrava os escravos produtivos no Rio Grande do Sul, mas uma vez cessado o fornecimento externo de escravos em 1850, o café começou a

concentrar cada vez mais os cativos no país, o que determinou o início de uma crise de mão-de-obra escrava nas charqueadas, pois este setor não possuía condições de pagar pelos escravos os valores que os cafeicultores ofereciam. O fracasso em substituir os escravos por trabalhadores livres terminou por levar o setor escravista gaúcho à penúria de força-de-trabalho. Crise esta que não ocorria somente por causa da concorrência exercida por cafeicultores na aquisição dos cativos, acontecia também em razão da existência do terceiro setor da economia gaúcha, o dos pequenos proprietários, que atraía a mão-de-obra livre que chegava ao Sul (TARGA, 1995).

Gehlen (2008)¹⁵ informa que, “na segunda metade do século XIX, o Rio Grande do Sul já era a sexta Província em números de negros, superada apenas pelas províncias do Nordeste e do centro do país”.

Com a promulgação da Lei Euzébio de Queiróz, conhecida como Lei de Terras, no ano de 1850, que extinguiu legalmente o tráfico de escravos, o trabalho livre poderia aos poucos crescer, o que tornaria necessária uma reorganização da economia e também das relações de trabalho no estado. O Relatório dos Territórios Quilombolas (2012) afirma que esta lei promoveu uma ordenação conservadora da estrutura fundiária do país, que praticamente impossibilitava o acesso de negros e de seus descendentes à terra na transição da escravidão para o regime do trabalho assalariado durante o século XIX.

Temos em 1871 a sanção da lei do ventre livre no estado, uma das primeiras leis abolicionistas, mas que não teve muitos efeitos práticos, pois apesar de libertar os filhos dos escravos, estes eram mantidos sob a tutela de seus senhores até que fossem atingidos 21 anos de idade. Já no ano de 1884 verifica-se a abolição da escravatura no Rio Grande do Sul, o que não significava o fim da exploração de seu trabalho, que durou além desta data, e foi também uma armadilha para a maioria dos negros escravizados (SOMMER, 2011). Armadilha, pois, neste mesmo ano, segundo comenta Bittencourt Junior (2010), "o estado tinha cerca de 64 mil escravos (9% da população) que deveriam ser 'libertados' com cláusula de prestação de serviço de três a cinco anos aos seus proprietários". Este mesmo autor (2010) informa que, no ano de 1888, estimativas indicam que o Estado ainda mantinha cerca de 8,5 mil escravos,

¹⁵ Dados retirados de GEHLEN, I. (coord. geral) et al., Estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS. LABORS - IFHC/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

representando menos de 1% da população de cerca de 940 mil habitantes. Outra armadilha ocorre devido ao crescimento no número de mão-de-obra disponível, número acrescido também pela chegada dos imigrantes europeus ao estado, verificando-se então o desemprego (SOMMER, 2011).

Segundo Costa (2006), a imigração para as colônias de povoamento visava substituir o trabalho escravo pelo livre, trocando o negro escravo pelo branco europeu e baseá-los na pequena propriedade. A escravidão era vista como uma forma arcaica de produção que não se incorporava à modernidade, sendo assim a colonização seria o processo civilizatório, sendo necessário então aumentar o número de brancos no país da República para miscigenar os imigrantes com a população mestiça e branqueá-la. Quanto a política de imigração Carneiro afirma que:

Há a distinguir duas políticas de imigração: (1) a política do governo imperial, criando núcleos coloniais de pequenos proprietários, num prosseguimento da velha ideia colonizadora, inaugurada por D. João VI, com a fundação de Nova Friburgo; e (2) a política dos fazendeiros, que querem imigrantes para a lavoura, à medida que vêem o braço escravo escassear. (CARNEIRO, 1950, p. 10).

Dentro desta política migratória, no emprego de mão-de-obra barata a preferência seria dada aos imigrantes europeus, que não podiam possuir cativos, pois era necessário preservar as características da sua ascendência européia. Ficando desta forma, os negros, ex-escravos à margem enquanto trabalhadores livres e, por conta desta falta de trabalho da população negra, o Rio Grande do Sul, muito provavelmente, foi um dos maiores exportadores de escravos para as regiões cafeeicultoras, como São Paulo (SOMMER, 2011).

Conforme mencionado anteriormente, o fim da escravidão no estado não significou o fim da exploração do trabalhador negro, a elite branca utilizava ainda de forma maciça a mão-de-obra escrava. Esta mesma elite ‘inventa’ a ideologia do branqueamento, ideologia racista da Europa, como uma maneira de manter este domínio sobre a comunidade negra, ideologia esta que, de acordo com Skidmore (1976), estava baseada na suposição da superioridade branca, utilizando-se, às vezes, eufemismos como ‘raças mais adiantadas’ e ‘raças menos adiantadas’.

Dentro deste contexto, durante o regime escravista brasileiro, o quilombo, que será mencionado de forma mais abrangente adiante, é lembrado como um refúgio formado por escravos fugidos, onde os negros africanos foram a principal mão-de-obra nas culturas

extrativistas, servindo à produção de mercadorias para exportação, foram também peças supervalorizadas no mercado internacional, sendo o tráfico negreiro uma grande fonte de riqueza para as elites. Por esta razão o regime escravista foi vantajoso para as classes dominantes metropolitanas e coloniais. Já após a abolição oficial da escravidão e a proclamação da República, o aquilombamento, em tese, seria uma prática desnecessária, pois agora todos os brasileiros passariam a ter os mesmos direitos perante a lei, assim como condições iguais de sobrevivência através do trabalho assalariado. Contudo, se a abolição oficial da escravidão trouxe mudanças do ponto de vista histórico e econômico, o mesmo não ocorreu com as relações sociais (SILVA, 2013).

Para Fernandes (1989), este novo regime de trabalho, assim como a democracia não significaram relações igualitárias, pois tanto o Estado quanto as elites econômicas não proporcionaram aos ex-cativos as condições que necessitavam para o ingresso no mercado de trabalho, desta maneira o negro liberto ingressava no sistema capitalista em posição de inferioridade. Além disto, a discriminação racial funcionava como uma arma de autodefesa do branco, uma forma de barreira para a ascensão social da população negra, mantendo-os nos limites subalternos. Situação que se perpetuou ao longo dos anos e, no modo de produção capitalista atual, é expressa através da pobreza, discriminação racial e segregação socioespacial, marginalizando-se a população negra que, assim como no período colonial, resiste, mas agora construindo um movimento social organizado onde possa ter atendida as suas reivindicações (SILVA, 2013).

Antes que a questão quilombola e suas lutas sejam aprofundadas, é necessário trazer a formação dos territórios negros nas cidades de Santana do Livramento e Porto Alegre, pois a primeira é a cidade de origem dos moradores do Quilombo da Família Fidélis e a segunda é o ponto de fixação destes migrantes que aqui se instalaram na década de 1980.

3.2 Santana do Livramento

O município (Figura 4) possui uma área de 6.950,354 km², com uma densidade demográfica de 11,86 habitantes por km², população total de 82.464 habitantes e IDH de 0,727 (PNUD, 2010)¹⁶. Sua economia baseia-se no comércio, na agricultura e na pecuária, com

¹⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

destaque para bovinos e ovinos e também na viticultura, além da produção de arroz e soja. Verifica-se também a fruticultura, com ênfase na produção de peras, pêssegos, uvas viníferas e de mesa, ameixas, morangos, melancia, mamão, melão, entre outras. Esta economia foi implantada na cidade devido as características do relevo da região, suavemente ondulado, conhecido como coxilhas, com áreas menos acidentadas, verificando-se o cultivo de arroz (ACHUTTI, 2011). A vegetação predominante neste relevo ondulado são os campos limpos, com predomínio de gramíneas, e o restante é ocupado por capões de mato e matas-galeria ao longo de riachos e banhados. Esses campos limpos, também denominados de pastagens naturais, que historicamente facilitou a associação das atividades de criações animais e lavouras anuais (PIRES et al, 1998).

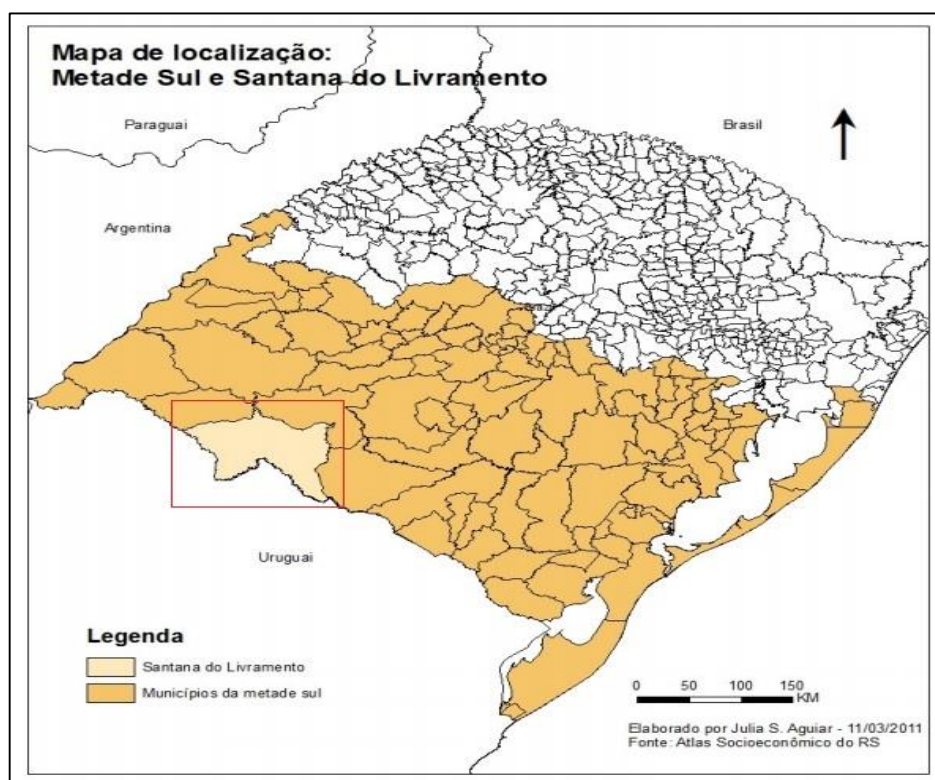


Figura 4. Mapa com a localização de Santana do Livramento/RS, destacado em vermelho. Fonte. Aguiar, J, S. V de. (2011).

Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32557>. Acessado em: 03/04/2014.

Constitui juntamente com a cidade vizinha Rivera (Uruguai), uma conurbação binacional, denominada Fronteira da Paz, que representa uma homenagem à integração e à

Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>. Acessado em: 05/04/2014.

união entre essas cidades-gêmeas¹⁷ (IBGE, 2010). De acordo com o Ministério da Integração Nacional¹⁸, em portaria publicada em 26 de Março de 2014, serão consideradas cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, possuindo grande potencial de integração econômica e cultural, com ou sem unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com uma população inferior a dois mil habitantes.

Mas devemos ir além destes dados e ter um olhar mais apurado, buscar entender melhor sua história para, assim, podermos analisar de forma mais aprimorada o seu presente. Nas palavras de Carlos:

Trata-se, no entanto, de analisar a cidade, ‘por dentro’, isto é, refletir sobre a sua natureza. Deve-se aqui lembrar que a cidade tem a dimensão do humano refletindo e reproduzindo-se através do movimento da vida, de um modo de vida, de um tempo específico, que tem na base o processo de constituição do humano. [...] Estamos, aqui, tentando pensar a cidade dentro de uma totalidade a partir da qual ela é possível de ser apreendida. A cidade enquanto produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com sua história. Portanto, ela vai se transformando à medida que a sociedade como um todo se modifica. (CARLOS, 1992, p. 67 e 68).

Dentro deste processo histórico, temos a ocupação tardia da região Sul e também as disputas territoriais entre as Coroas Portuguesa e Espanhola que dificultaram a ocupação da futura cidade, sendo os movimentos nacionalistas ocorridos nas colônias espanholas e também a conquista da região das Missões¹⁹ pelos portugueses em 1801 que favoreceram o aumento na ocupação desta faixa na fronteira, principalmente através da militarização do espaço. A criação de gado e a formação destas estâncias acabam atraindo pessoas de outras províncias, assim como os militares que faziam a proteção desta fronteira, constituindo-se então os primeiros núcleos de povoamento na futura Santana do Livramento (FARINATTI, 2010).

¹⁷ RIEDL, M; MARQUETTO, R. M. F. Transformações demográficas na Fronteira da Paz. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/mario>. Acessado em: 09/04/2014.

¹⁸ Ministério da Integração Nacional. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/pt/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=2013707&version=1.6. Acessado em: 11/04/2014.

¹⁹ Segundo Anjos (2009), na região onde está localizada a cidade, verificou-se primeiramente a presença das nações Charruas e Minuanos. Garcia e Milder (2012) informam que durante o século XVII ocorre este primeiro contato dos indígenas com os europeus devido a implantação das reduções jesuítas e, posteriormente, a fundação dos Sete Povos das Missões. Mais tarde temos a chegada dos bandeirantes no território, com o objetivo aprisionar os índios, mas acabaram expulsos da área, mas em 1756 os indígenas missioneiros são derrotados em batalha, liberando o território e o gado existente na região para a instalação de estâncias.

Primeiramente temos esta pecuária praticada pelos jesuítas nas pastagens naturais do Rio Grande do Sul, após chegam os estancieiros luso-brasileiros que irão instalar as suas estâncias. Verifica-se a multiplicação do gado que foi deixado pelos jesuítas em sua primeira tentativa de catequese dos índios, tornando o território do atual Rio Grande do Sul um espaço de grande interesse econômico. A Coroa portuguesa percebe a presença de milhares de cabeças de gado no território, o que permitiu uma renovação de sua economia colonial e gerando a atividade de prea e criação dos animais, atividade esta exercida pelos tropeiros, que tinha habilidades tanto para o manejo do gado, quanto para a guerra. Este novo cenário de inserção econômica na região apontava para a viabilidade de sua ocupação efetiva, decorrendo daí a política de distribuição de sesmarias, a doação de parcelas de terras aos militares e demais súditos da Coroa Portuguesa, a partir de 1732, como forma de assegurar a ocupação efetiva do território e assegurando a posse da terra e do gado, dando origem as estâncias, conforme mencionado (FARINATTI, 2010).

A Mesorregião Geográfica da Campanha²⁰ (Figura 5), onde está inserida a cidade de Santana do Livramento, estava integrada na economia colonial através da exportação de gados vivos para corte e tração, levados para serem vendidos em feiras por tropas organizadas por homens livres pobres e também escravos negros, não sendo possível precisar em números os cativos.

²⁰ Segundo a FEE - Fundação de Economia e Estatística – mesorregião “é entendida como uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou”. Disponível em: http://feedados.fee.tcche.br/consulta/unidades_geo_mesos.asp. Acessado em: 03/04/2014.

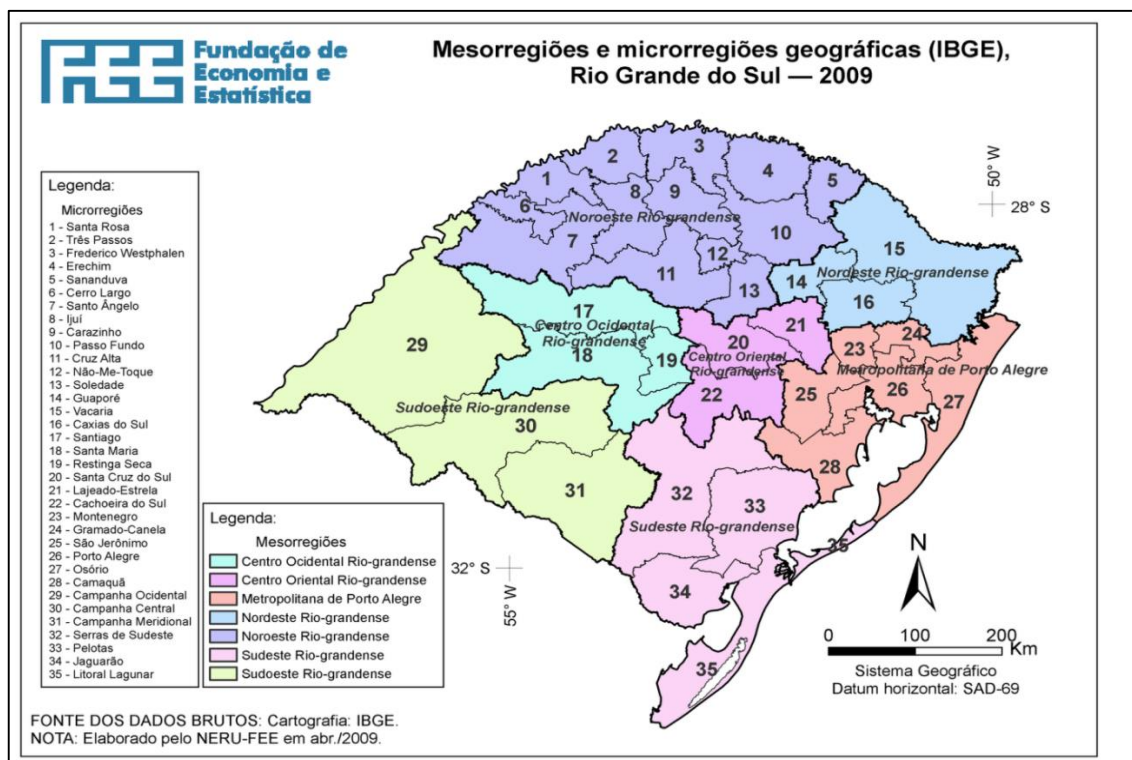


Figura 5. Mesorregiões do Rio Grande do Sul, com a Região da Campanha destacada em cinza e a cidade de Santana do Livramento inserida na Campanha Central, número 30.

Fonte: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em: 03/04/2014.

Na primeira metade do século XIX as guerras fronteiriças entre Espanha e Portugal auxiliaram os estancieiros a contrabandear o gado dos pampas uruguaios, sendo palco também de tráfico de ex-escravos libertos pelas leis uruguaias ou escravos que são levados ao Uruguai para trabalhar nas estâncias de brasileiros sob um regime de escravidão disfarçada (FERNANDES, 2012). Esta autora comenta:

Já nas primeiras décadas do século XIX, a região da Campanha não se caracterizava por ser formada exclusivamente por grandes estancieiros detentores de sesmarias; apresentava sim um grupo de produtores distribuídos ao longo da região com características e relações muito mais complexas do que a literatura tradicional afirma. Também não se mostrava reduzida ao binômio de grandes e pequenos produtores, mas com a existência de estratos intermediários, com distintos estatutos legais de uso da terra e também a presença de outros atores sociais para além dos criadores: lavradores, escravos e jornaleiros, entre outros. (Fernandes, 2012, p. 97).

O trabalho nestas propriedades, devido a este caráter da pecuária extensiva, era realizado pelos peões, indivíduos originários de famílias de pequenos produtores. Estes, juntamente com os escravos, tinham grande importância, já que ambos realizavam o costeiro do gado, principalmente nas grandes estâncias, além de trabalharem em outras atividades (FARINATTI, 2010). A utilização da mão-de-obra escrava nas estâncias, conforme afirma Targa (1995), era

difícil, dado o espalhamento do rebanho em uma extensa área, dificultando a vigilância sobre os escravos e por esta razão os escravos eram mão-de-obra auxiliar a mão-de-obra livre, ocupando-se de tarefas domésticas, assim como a produção de alimentos. Já o setor charqueador, que foi o produtor das maiores fortunas do Rio Grande do Sul no século XIX, empregava intensivamente escravos e se transformou no setor chave da economia da província (NOGUERÓL, 2007).

Desenvolvem-se também as charqueadas, propriedades rurais produtoras de charque, carne salgada e exposta ao sol para que sofra um processo de desidratação que, inicialmente servia à alimentação dos escravos. Porém, os proprietários percebem a importância desta carne e, logo, torna-se um negócio rentável, por esta razão foi destinada ao mercado interno, o que propiciava aos charqueadores a aquisição de novos escravos (AGUIAR E MEDEIROS, 2010). De acordo com Pesavento (1980), um elevado número de cativos chega a região através do rio da Prata, e tornam-se a base trabalhadora das charqueadas rio-grandenses. Criando, desta maneira, uma organização social baseada nos senhores de terra, gado, charqueadas e escravos, com relações autoritárias e também violentas.

A presença destes escravos nas atividades pecuárias foi minimizada pela historiografia tradicional, onde se afirmava que o Sul do país era uma exceção no Brasil escravocrata, onde os escravos estavam concentrados apenas nas atividades das charqueadas, entretanto, pesquisas atuais revelam que a participação dos escravos nas estâncias era significativa e não estavam ligados apenas às tarefas de agricultura ou de serviços domésticos, mas também as atividades ligadas diretamente à pecuária, sendo estes escravos identificados como campeiros (FERNANDES, 2012).

Não existem dados exatos sobre a população negra de Santana do Livramento referentes aos séculos XVIII e XIX. Mattos (2010) comenta que no ano de 1858, de acordo com estatísticas retiradas de listas de família da região, os dados apontam uma população de livres de 1598 indivíduos, 67 libertos e 803 escravos, já para Alegrete, território do qual fazia parte Santana do Livramento até o ano de 1857, aparece um total de 3084 livres, 66 libertos e 1069

escravos. No final do século XIX, a população santanense²¹ chega a aproximadamente 21 mil habitantes localizados na sua maioria na área rural.

O século XIX foi um período ebulição política, ocorrendo vários episódios que abalaram a organização política e econômica vigente no país, levando-o a buscar uma nova estruturação. Neste contexto, no plano nacional, no ano de 1822, é instalada a fase imperial e uma nova lógica produtiva: o capitalismo (AGUIAR E MEDEIROS, 2010). Pesavento afirma que:

O processo de independência do Brasil inseriu-se na crise mais ampla de desagregação do Antigo Sistema Colonial. Vencida a fase de acumulação primitiva de capitais, tudo aquilo que fora mecanismo de sustentação do colonialismo – escravismo, monopólio – tornou-se um entrave à constituição plena do capitalismo nas economias centrais. A emergência da fábrica moderna, o aumento da produtividade pela aplicação da ciência e tecnologia e a produção em série exigiam tanto a abertura de mercados quanto a difusão de relações assalariadas de produção (Pesavento, 1980, p.35).

Após a Independência ocorre a Guerra da Cisplatina, um conflito pela posse da Banda Oriental (atual Uruguai) e, após sua conquista em 1820, abre-se uma nova fronteira entre os Rios Ibicuí e Quaraí (Figura 6), onde hoje se situa Santana do Livramento. Acontece a concessão das sesmarias na região, permitindo a intensificação das ligações econômicas com a região da Prata, mas em 1828 o Uruguai torna-se independente e, com isso, o Rio Grande do Sul perde o controle sobre a província da Cisplatina, perdendo assim gado uruguaio, que não é mais conduzido para as charqueadas brasileiras. Mais tarde o charque platino e o rio-grandense passam a disputar o mercado brasileiro, com vantagem para o charque uruguaio que, devido ao modo de produção mecanizado, já nos moldes capitalistas, consegue menores preços e melhor colocação, ocasionando a falência do sistema produtivo das charqueadas do Sul do Estado, de técnicas mais atrasadas, de baixa produtividade, baixa inovação e muita violência (AGUIAR E MEDEIROS, 2010).

²¹ De acordo com IBGE (2014), Santana do Livramento ganha status de cidade através da lei provincial nº 1013, de 06-04-1876.

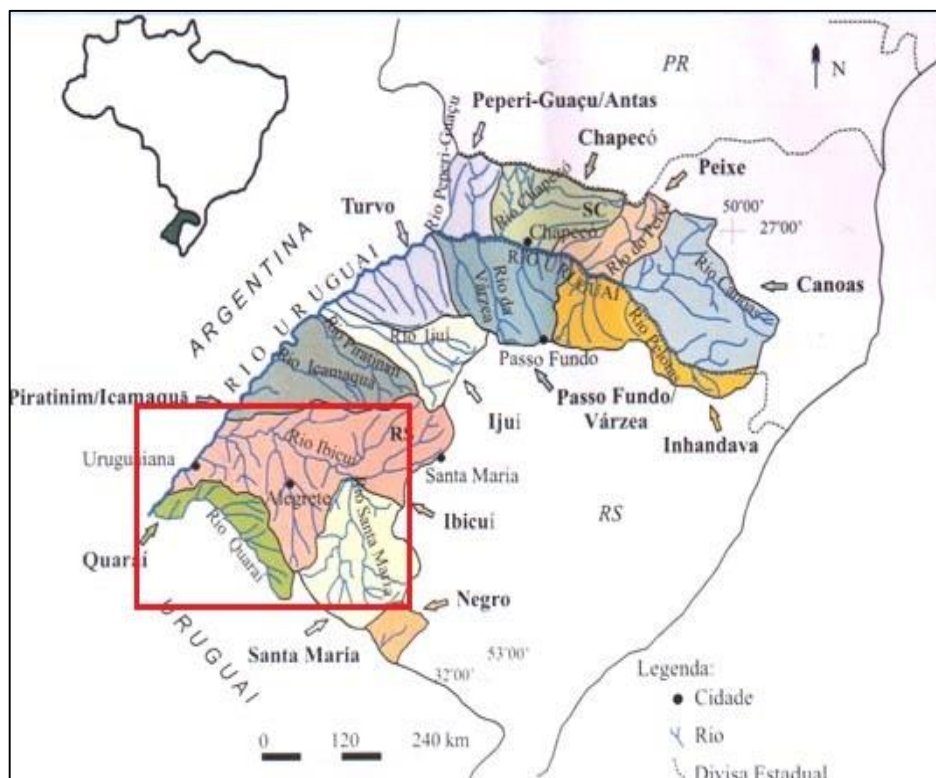


Figura 6. No quadrante vermelho a localização dos Rios Ibicuí e Quaraí.
 Fonte: Guia Geográfico – Rio Grande do Sul.
 Disponível em: <http://www.turismo-rs.com/hidrografia.htm>. Acessado em: 11/06/2015.

A extinção do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queiroz abala profundamente o charque rio-grandense, já que não existe mais a possibilidade de importar novos escravos, entrando na ‘crise dos braços’, por isto a maior parte dos cativos do charque são transferidas para os cafezais, na região central do Brasil. Já a extinção da Lei de Terras de 1850 termina com a concessão de sesmarias e passa a ter valor comercial. Com a mão-de-obra e a terra escasseando, as charqueadas do Rio Grande do Sul entram em decadência e se restringem a poucos lugares no estado. Este período de dificuldades no século XIX denotava a necessidade de modernizar os sistemas produtivos, baseando o sistema agrário na industrialização da carne e na diversificação de culturas (AGUIAR E MEDEIROS, 2010). Estas autoras afirmam que:

No início do século XX, instalam-se em Santana do Livramento dois grandes frigoríficos de capital internacional; na época, o município constituía-se no segundo maior abatedouro do estado, e estava no centro da maior região de produção pecuária do sul das américas. Livramento entrara mais tarde que o restante da Campanha gaúcha na economia das charqueadas, já em uma condição pós-escravista, com relações assalariadas de produção. (Aguiar e Medeiros, 2010, p. 241).

Em 1903 é instalada a Charqueada Sant’Ana, empreendimento de capital uruguaio que produzia, além de charque, sabão e velas. Haviam também charqueadas de menor porte,

algumas de capital local e internacional, o que, aliada ao farto rebanho no território de Santana do Livramento, ocasiona a instalação de grandes frigoríficos na cidade. No ano de 1917 chega a Companhia Armour, de capital estadunidense, que adquire as estruturas da charqueada Sant'Ana e estabelece o Frigorífico Armour, logo após, em 1918, a Companhia Wilson, também dos Estados Unidos, implanta uma unidade para o processamento da carne da região e representando um grande impulso para o desenvolvimento da pecuária regional. A carne produzida, no período da Primeira Guerra Mundial era utilizada para abastecer as tropas estadunidenses que estavam na Europa (AGUIAR E MEDEIROS, 2010).

Durante o século XX o crescimento da cidade está vinculado a pecuária e ao comércio, principalmente com a fronteira. Outro fator importante foi a chegada dos imigrantes europeus, os italianos e alemães, no final do século XIX e início do século XX que, aliado ao desenvolvimento do transporte marítimo ao vapor, gera a expansão da produção pastoril com caráter capitalista e exportador em terras platinas. Verifica-se neste momento a alteração da composição étnica da região, que até aquele momento era marcadamente indígena e mestiça. Ainda no final do século XIX, sendo a pecuária a principal atividade do município, tem-se a aquisição de raças reprodutoras de origem europeia para a produção de carne e lã, ocorrendo o significativo aumento dos rebanhos, principalmente nas grandes propriedades, que possuíam áreas de 4 mil a 29 mil hectares. Devido a esta atividade instalam-se inúmeras charqueadas na cidade, passando a se destacar no Estado, com a evolução do abate local de 90 mil cabeças no ano de 1906 para mais de 120 mil em 1912 (SCHÄFFER, 1993).

Algumas destas charqueadas são transformadas em frigoríficos, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, ampliando a produção de conservas enlatadas, destinados ao mercado europeu. A Companhia Armour, citada anteriormente, constrói um grande frigorífico em Santana do Livramento, contando com instalações industriais, galpões, escritórios, residência dos empregados ligados à administração, e passa a exportar carnes a frio, passando a ter um papel hegemônico no município. Outras charqueadas existentes na cidade foram a da Sociedade Anônima Industrial e Pastoril, Wilson, São Paulo e outras de menor porte (SCHÄFFER, 1993). Ainda segundo a autora (1993) verificou-se também a expansão da pecuária ovina, devido a grande demanda por lã que, juntamente com os frigoríficos trazem progresso à cidade, momento em que se implantam hotéis, clubes e espaços públicos para recreação.

Este modo de produção capitalista repercutiu no modo de uso da terra, ocasionou a expulsão de um grande contingente de trabalhadores rurais do campo para as cidades da região devido a um maior controle destes campos. As terras são cercadas e a permanência dos trabalhadores é desestimulada, aumentando a miséria das populações rurais não proprietárias, iniciando-se o êxodo rural e aumentando as populações deslocadas para áreas periféricas do município. Temos então o esvaziamento do campo e o desenvolvimento da indústria local. A partir da década de 1950, com o desenvolvimento da malha rodoviária e a penetração dos produtos da área metropolitana e do centro do país, ocorre a desarticulação da indústria local, o que gera a efetiva integração da fronteira ao restante do país. Aguiar e Medeiros *apud* Pillar comentam:

O Rio Grande do Sul chega aos anos 1970 com um rebanho efetivo de 12,3 milhões de cabeças de gado bovino. Esse número se manterá mais ou menos constante, chegando em 2006, com 11, 2 milhões de cabeças (IBGE, 2006); a sexta posição no país em termos de rebanho efetivo. Esse fenômeno, de estagnação das atividades ligadas ao gado, e de diversificação do espaço agrário, não se apresenta como privilégio brasileiro; pelo contrário, o Pampa uruguaio, argentino, e as pradarias do Paraguai, também tem tido a paisagem e a estrutura socioeconômica modificadas pela produção de soja e pela silvicultura em larga escala. (Aguiar e Medeiros *apud* Pillar, 2010, p. 244).

Dentro deste contexto, Schäffer (1993) afirma que, após a década de 1950 as áreas construídas tornam-se mais densas, principalmente no centro da cidade, contando com quase 30 mil habitantes, direcionando as populações de baixo poder aquisitivo para áreas de várzea. Durante 1970, a implantação da BR 293 faz com que as vilas formadas nestes locais cresçam na direção Oeste e Noroeste, circundando os melhores terrenos para uso urbano e a população de baixa renda permanece em terras de difícil drenagem. Aumenta neste período o número de prédios, implanta-se a BR 158, promovendo a porção oriental da cidade, constroem-se loteamentos na porção leste, o que valoriza a área. Todas estas mudanças geram um aumento da população, passando à 50 mil habitantes. Após a década de 70, com a penetração de recursos externos, os serviços se tornam mais especializados, existindo a necessidade de trabalhadores qualificados, abrindo-se pouco espaço de trabalho sem qualificação. A autora ainda comenta:

São dois, portanto, os processos que marcam a história recente da produção de espaço urbano em Santana do Livramento: a expansão, com baixa densidade e entremeada de vazios, nas direções leste, norte e oeste e o adensamento do núcleo primitivo de ocupação que, no caso específico dessa cidade não constitui um “centro” – ainda que assim seja nominada – pela limitação da área urbana, ao sul, em função da linha de fronteira. (SCHÄFFER, 1993, p. 57).

Neste processo de produção do espaço em Santana do Livramento observa-se já um processo de segregação socioespacial que, a partir do século XIX e início do século XX, se tornou um problema que afetava indireta e diretamente a população tanto das metrópoles quanto das cidades de menor porte; o crescimento das áreas construídas; e a valorização e verticalização das zonas centrais. Quando falamos em segregação socioespacial estamos tratando dos problemas relacionados ao crescimento urbano, à valorização imobiliária, o desmatamento, o crescimento irregular das cidades e também o adensamento populacional. Por produção do espaço entenderemos como, nas palavras de Soares:

(...) o processo no qual a cidade é produzida por diversos agentes (proprietários de terra, promotores imobiliários, industriais e comerciantes, construtores, movimentos sociais, o próprio Estado), de acordo com seus interesses (renda, lucro, valores de troca, valores de uso) e sem obedecer a um projeto comum ou geral da sociedade. Como resultado, temos uma morfologia urbana fragmentada e um plano urbano híbrido e heterogêneo. (SOARES, 2011, p. 94).

Dentro deste processo, atualmente, a economia do município segue baseada no comércio, na agricultura, na pecuária, destacando-se a produção de bovinos e ovinos, aliados a viticultura, a produção de arroz e soja. Existe também a fruticultura, com produção de peras, pêssegos, uvas viníferas e de mesa, ameixas, morangos, melancia, mamão, melão, entre outras, além da estreita relação com a cidade de Rivera, gerando lucros com o turismo.

Quanto a população de Santana do Livramento, o Censo IBGE de 2010²² informa que o número total de habitantes do município é de 82.464, deste total 9,8% são residentes da área rural e 90,2% residem em área urbana. O quadro 2 mostra como está agrupada esta população de acordo com sua cor ou raça.

População por cor ou raça	Número de pessoas	%
Branca	65.371	79.3
Preta	6.492	7.9
Amarela	174	0.2
Parda	10.347	12.5
Indígena	78	0.1

²² Censo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431710&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|santana-do-livramento|censo-demografico-2010:-sinopse->. Acessado em: 21/07/2014.

Sem declaração	2	0.002
Total	82.464	100

Quadro 2. População de Santana do Livramento/RS agrupada por cor ou raça.

Fonte. IBGE, Censo Demográfico 2010.

Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431710&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|santana-do-livramento|censo-demografico-2010:-sinopse->. Acessado em: 21/07/2014.

Apenas para comparação, temos a quadro 3 que mostra a população do Rio Grande do Sul agrupada por cor ou raça, segundo dados do IBGE.

População por cor ou raça	Número de pessoas	%
Branca	8.900.007	83,22
Preta	595.123	5,56
Amarela	35.682	0,33
Parda	1.130.043	10,58
Indígena	32.989	0,31
Sem declaração	85	0.0008
Total	10.693.929	100

Quadro 3. População do Rio Grande do Sul agrupada por cor ou raça.

Fonte. IBGE, Censo Demográfico 2010.

Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=resultuniverso_censo2010. Acessado em: 21/07/2014.

Dentro deste contexto, das alterações no modo de uso da terra e urbanização do município e êxodo da população das áreas rurais, seja para a região central do município ou para outras cidades, estão inseridas estas populações negras que habitam ou habitavam o município. Por esta razão trataremos agora Madureira e Rincão dos Negros, locais que possuíam um grande contingente da população negra, cujas famílias remontavam do período da escravidão no Brasil.

3.2.1 Madureira e Rincão dos Negros

De acordo com Anjos (2009), Madureira está localizada na zona rural de Santana do Livramento, assim como a área que era conhecida como Rincão dos Negros, ambos no 3º distrito da cidade (Figura 7), à cerca de 20 km do centro.

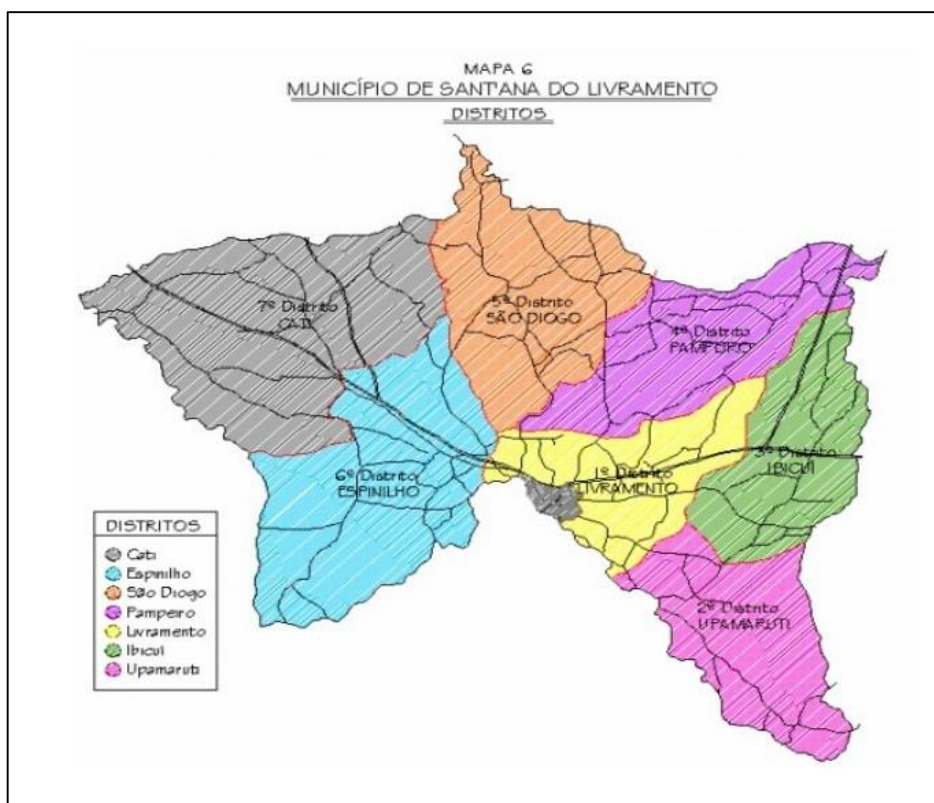


Figura 7. Mapa dos distritos de Santana do Livramento/RS, com o 3º Distrito destacado em verde. Fonte. Prefeitura Municipal de Santana do Livramento - Lei Complementar nº45 de 10 de Outubro de 2006. Acessado em: 20/05/2014.

Madureira é uma área limítrofe ao antigo Rincão dos Negros. A figura 8 é a imagem de satélite onde é possível visualizar o 3º Distrito de Santana do Livramento, podemos notar também onde se concentra a urbanização do município, a área em cinza localizada no 1º Distrito.

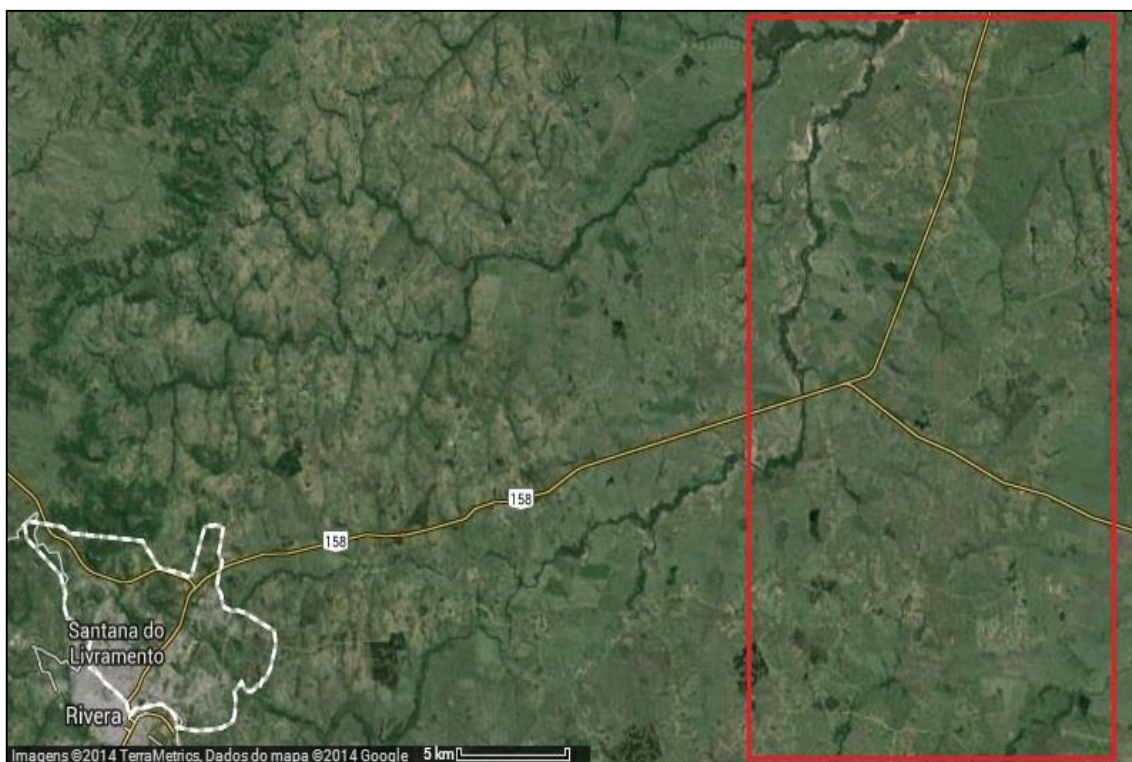


Figura 8. Imagem de satélite que destaca, em vermelho, o 3º Distrito de Santana do Livramento/RS e em branco visualizamos a área central deste mesmo município.

Fonte. Google Maps. Acessado em: 30/07/2014.

A localidade de Madureira, um vilarejo que se formou ao redor da Estação Ferroviária Engenheiro Madureira, distante alguns quilômetros do Rincão, recebe este nome em homenagem ao engenheiro, funcionário da VFRGS (Viação Férrea do Rio Grande do Sul), da obra realizada pelo 1º Batalhão Ferroviário - o ramal São Sebastião. A Estação Engenheiro Afonso Ataliba Madureira (1896-1941) fazia parte do ramal ferroviário de Livramento a São Sebastião, da linha Rio Grande à Bagé. O ramal obteve a autorização de seus estudos através do Decreto nº8556, de 15 de fevereiro de 1911, onde a primeira parte do ramal foi executada pela Empresa Construtora Rio Grande do Sul e finalizado em 1925, e a segunda parte começou a ser construído em 1943 pelo 1º Batalhão Ferroviário do Exército, compondo este ramal secundário as estações Carolina e Florentina (ANJOS, 2009).

Quanto a sua paisagem, Madureira se caracteriza pelas vastas planícies da região da Campanha Gaúcha, com coxilhas de pequena ou grande elevação, já a vegetação é basicamente composta por gramíneas, plantas rasteiras, algumas árvores e também arbustos. Verifica-se na área a existência de várias estâncias onde as moradias são, geralmente, distantes umas das outras.

A economia está voltada à agropecuária, principalmente com a criação de bovinos, ovinos, aves, equinos e suínos, mas também existe no município, em menor número, a criação de caprinos e bubalinos (búfalos). Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2013, informa que em Santana do Livramento são 608.753 cabeças de bovinos, 445.123 cabeças de ovinos, 38.500 cabeças de galináceos, 25.019 cabeças de equinos, 3.576 cabeças de suínos, 1.379 cabeças de caprinos e 1.399 cabeças de bubalinos²³ (Figuras 9 e 10).



Figuras 9 e 10. Estâncias na região de Madureira em Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

Observa-se no município a extração vegetal e a presença de silvicultura, com a produção de 38.500 metros cúbicos de madeira para lenha, 500 metros cúbicos de madeira em tora e 500 metros cúbicos de madeira em tora para outras finalidades²⁴.

Quanto à produção agrícola municipal, na lavoura permanente temos: laranja, 819 toneladas; noz (fruto seco), 50 toneladas; pera, 90 toneladas; pêssigo, 90 toneladas; tangerina, 60 toneladas e uva, 9.645 toneladas. Já na lavoura temporária temos: arroz, 64.987 toneladas; batata doce, 60 toneladas; mandioca, 70 toneladas; melancia, 4.200 toneladas; milho, 8.400 toneladas; soja, 69.840 toneladas; tomate, 40 toneladas e trigo, 2.880 toneladas²⁵.

²³Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431710&search=rio-grande-do-sul|santana-do-livramento|infograficos:-informacoes-completas>. Acessado em: 10/11/2014.

²⁴ Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431710&search=rio-grande-do-sul|santana-do-livramento|infograficos:-informacoes-completas>. Acessado em: 10/11/2014.

²⁵ Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431710&search=rio-grande-do-sul|santana-do-livramento|infograficos:-informacoes-completas>. Acessado em: 10/11/2014.

Já a área do Rincão dos Negros (Figura 11), zona limítrofe à Madureira, recebeu esta denominação porque fora formada pelos negros que trabalhavam nas proximidades, constituindo-se então uma vila. Pouco se sabe sobre este local, recordam-se somente os mais antigos moradores da região, os mais idosos. Os poucos que recordam das histórias que lhes foram relatadas sobre este espaço contam que se plantava feijão e outras pequenas culturas para seu sustento, até o momento em que foram perdendo suas terras, trocadas por alimentos e também por outros produtos que não conseguiam cultivar, por esta razão algumas famílias acabaram migrando para Madureira.



Figura 11. O espaço onde ficava o Rincão dos Negros, área rural de Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

De acordo com Anjos (2009), o espaço territorial do Rincão dos Negros, provavelmente estaria localizado na antiga Estância da Família Maciel, nos 2º e 3º distritos do município (Figura 12).

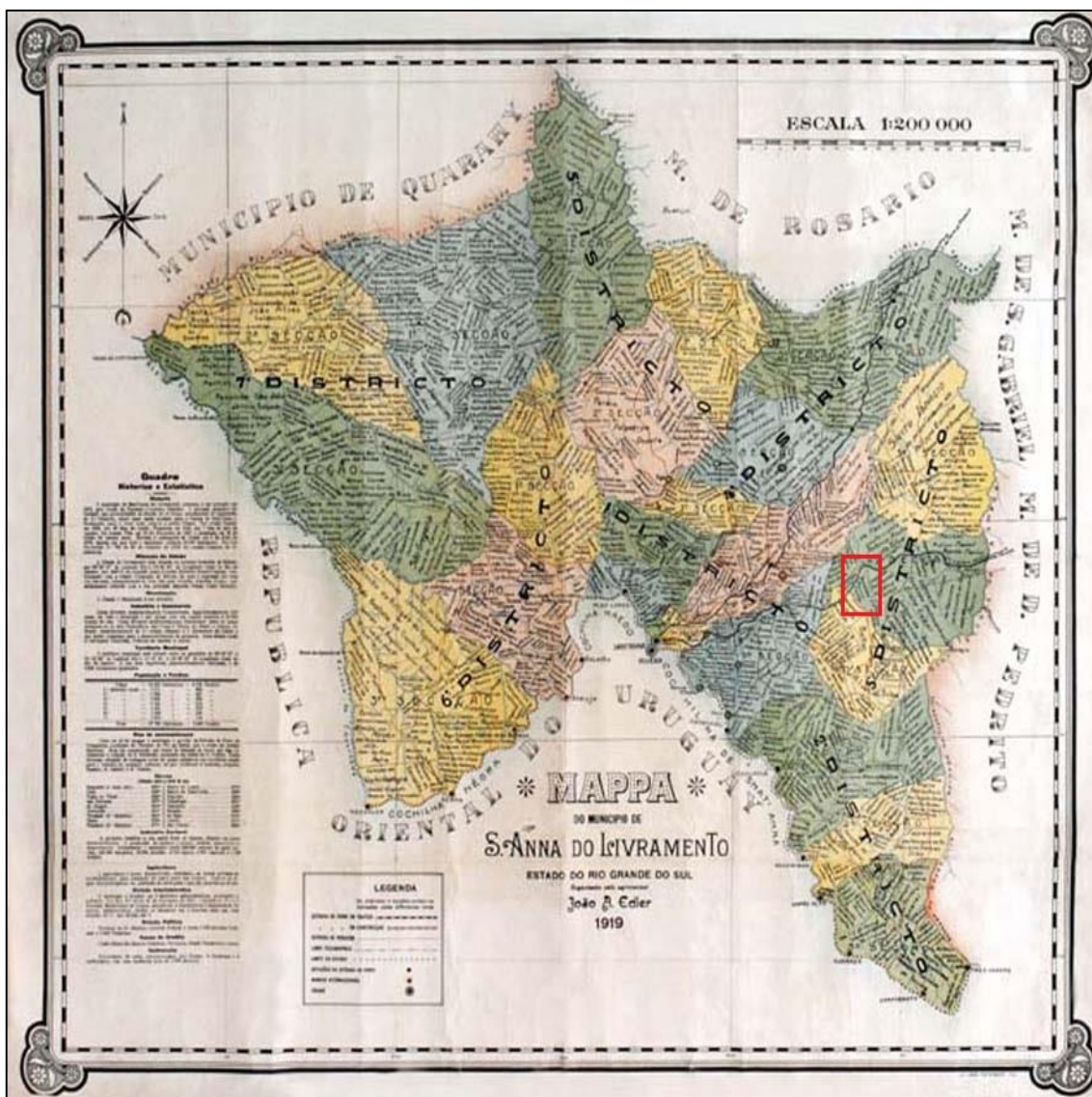


Figura 12. No quadrante vermelho a área onde se localizava o Rincão dos Negros, Santana do Livramento/RS. Fonte. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/>. Acessado em: 15/07/2015.

Ainda de segundo com Anjos:

Após a elevação de Santana do Livramento a categoria de Vila, em fevereiro de 1857, ocorreu a primeira eleição municipal onde Major Francisco Maciel de Oliveira é eleito com 196 votos, compondo assim a primeira vereança da recém emancipada vila. Três anos depois, em 23 de maio de 1860 falece deixando dois filhos, Francisco Maciel de Oliveira nascido em 1847 em Rio Pardo, que tinha como padrinhos o Coronel David Canabarro e Jasinta Paz de Jesus, e uma menina de seis meses nascida de seu matrimônio com Virginia Maciel Pereira de Oliveira. Em seu inventário, em junho do ano 1863 estão arrolados todos os seus bens de raiz, onde consta uma fazenda avaliada em 12:000,000 réis e duas sesmarias com seis léguas de campo, mais ou menos, em Upamaroti no valor de 96:000,000 réis, bem como 1.053 rezes invernedas no Uruguai, e algumas casas no centro da cidade, totalizando 47: 087,700 réis. Além das sesmarias, possuía uma casa na fazenda, uma casa na praça (no centro da cidade), casa com galpão, um rancho de capim na rua da Gloria, um terreno na Rua Travessa do Caxias,

e uma chácara ao lado do cemitério, bem como alguns bens em Bagé. Seu rebanho (semoventes) listado nos dá a dimensão de sua riqueza: sete mil setecentos e treze rezes de cria xucras, 30:812,000 réis, duzentas rezes de cria mansas, 1:000,000 réis, quatrocentos e sessenta e nove novilhos, 5:029,500 réis, quarenta e oito bois mansos, 720,000 réis, quinhentos touros, 3:500,000 réis, setecentas e noventa e três éguas xucras, 1: 586;000 réis, vinte sete potros, 162,000 réis, vinte três burros, 23,000 réis, quatorze burros, 224,000 réis, cento e cinquenta e duas mulas xucras, 600,000 réis, quatro mulas mansas, 64,000 réis, mil e sessenta e quatro ovelhas, 851,000 réis e duzentos cavalos mansos, 2: 508,000 réis. (ANJOS, 2009, p. 104 e 105).

O Major Francisco Maciel era um grande estancieiro na metade do século XIX, tendo uma posição de destaque tanto na política quanto na economia de Santana do Livramento. De acordo com o inventário *post-mortem* do major este possuía um plantel de vinte e cinco escravos, dezoito no cativo e sete fugidos, entre jovens e adultos. Os escravos ocupariam diversas funções, como carpinteiros, cozinheiros, roceiros, campeiros e também executariam serviços domésticos.

Existem também relatos sobre um sistema utilizado por muitos senhores no período da escravidão, sistema este que permitia o acesso dos escravos a pequenos lotes de terras dentro das propriedades de seus senhores, ali poderiam instalar pequenas roças. Este sistema traria vantagens para o senhor, pois uma pequena roça poderia alimentar a própria família que a cultivou, diminuindo o custo de manutenção destes trabalhadores. Acreditava-se então que tendo a posse das terras os cativos ficariam presos a esta, mesmo após a abolição. Outra possibilidade seria o excedente gerado a partir desta produção familiar, oportunizando o acúmulo de pecúlio para a compra da liberdade. A formação de famílias escravas tornava-se uma vantagem para o senhor, pois se tratava de um fator de incremento do patrimônio natural do plantel.

A partir desta distribuição de pequenos lotes de terra e, posteriormente, a fixação de outros sujeitos que trabalhavam nas proximidades possibilitou a formação da 'vila' que passou a ser conhecida como Rincão dos Negros. Ao longo das primeiras décadas do século XX estas famílias foram sendo expropriadas destas terras principalmente devido ao pagamento de dívidas, em troca de alimentos e outros itens como tecidos, fumo, produtos de armarinho e sabão, conforme mencionado anteriormente. Como estas famílias viviam de suas roças, ocorria de não conseguirem uma boa colheita no final da safra, por isto saldavam as dívidas com parte de suas terras ou gado, causando a migração de algumas famílias para o centro da cidade ou outros lugares, como Madureira, por exemplo, na busca de trabalho e melhores condições de

vida. Atualmente o antigo Rincão é um assentamento rural, com moradores de Santa Catarina, Paraná e outras regiões do Rio Grande do Sul (ANJOS, 2009).

3.3 Porto Alegre

O processo de desenvolvimento da cidade de Porto Alegre (Figura 13) verificou-se durante o século XVIII, quando se seguem as expedições e a criação de estâncias na região.



Figura 13. Mapa de Porto Alegre 1837, Capital da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Fonte. Autor anônimo – Original na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – CD - Cartografia virtual histórico-urbana de Porto Alegre, 2006. Cópias Digitais.

Inicialmente, três sesmeiros são importantes devido a localização das suas propriedades, são eles Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, Sebastião Francisco Chaves e Dionysio Rodrigues Mendes. Estas três propriedades, conforme Macedo:

Se referiam duas a duas a limites comuns e sempre arroios de acentuada significação geográfica, tendo, todas elas, como limite ocidental o rio Guaíba. Estendiam-se desde o rio Gravataí até o arroio do Salso sendo divididas pelo Jacaré (Dilúvio) e pelo arroio da Cavalhada. O primeiro destes, que teve nomes diferentes a cada trecho – o arroio do Sabão, arroio Dilúvio, arroio da Azenha e, finalmente, riacho e riachinho – dividia as duas principais estâncias, a de Santa Ana, de Jerônimo de Ornellas e a de São José, de Sebastião Francisco Chaves. Ao lado dele se desdobrava o primitivo caminho de

Viamão às praias do Rio Grande (Guaíba) que, desde logo teve o nome de Estrada Mato Grosso. (MACEDO, 1968, p. 44 e 45).

Ainda segundo o autor (1968, p. 58), a imensa área onde se encontrava a sesmaria de Jerônimo de Ornellas, localizada na ponta da península, à beira d'água, se encontravam os posteiros que se dedicavam à pesca e à navegação. Neste local se inicia um pequeno aglomerado de ranchos, com primeiro edifício público, assim como uma capela. Na figura 14 é possível localizar as três sesmarias no que hoje é conhecida como a cidade de Porto Alegre.

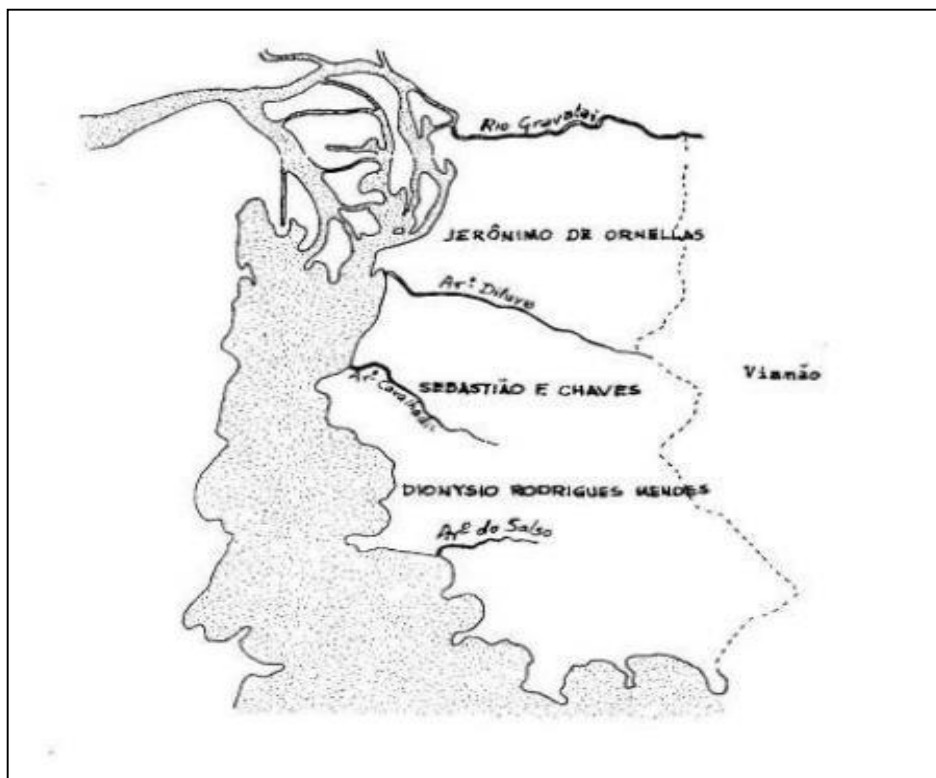


Figura 14. Imagem da divisão entre três sesmarias.
Fonte: MACEDO, 1968, p. 46.

Quanto a estas estâncias, requeridas à Coroa Portuguesa, elas se dedicavam exclusivamente a criação de gado, como era de interesse português, já que deveria garantir o fornecimento desta produção para as minas e também são importantes para o novo processo de povoação que está por iniciar.

No ano de 1752 chega ao atual Rio Grande do Sul os primeiros grupos organizados de povoadores, provenientes da ilha dos Açores, contavam estes com o apoio do governo, pois este visava a instalação dos mesmos na vasta área onde anteriormente estavam situadas as Missões e, de acordo com Pesavento (1994, p. 16), “estavam destinados também a dar início a uma

economia de subsistência que abasteceria as tropas sediadas no Rio Grande do Sul”, Ainda segundo a mesma autora, por causa dos conflitos que ocorriam na região das missões, os açorianos acabaram se fixando no Porto de Viamão, praticando uma agricultura de pequena propriedade e se integrando à uma economia voltada para a pecuária, evidenciando um caráter rural da região. Segundo Oliveira:

A partir do Tratado de Madrid, em 1750, quando Portugal e Espanha acordam a troca da Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões, tornou-se basilar o povoamento da região por parte dos portugueses a fim de assegurar o território, redesenhando o Rio Grande de São Pedro. Para tal campanha os portugueses contavam com seus súditos ilhéus, que, em decorrência das Guerras Guaraníticas, ao chegarem ao Sul, espalharam-se pela capitania, sendo a atual Porto Alegre um dos arranchamentos improvisados para aguardar a subida pelo Jacuí até as Missões. Essa situação não seria alvo de preocupação da administração central, ficando o contingente açoriano a mercê da miséria. (ACHYLLES apud OLIVEIRA, 1940, p. 9 a 11).

O Rio Jacuí seria então a porta de entrada à penetração ocidental e também à povoação da área mais para o interior, sendo um ponto de reunião ou abastecimento para os viajantes que atravessavam este rio, por isso a importância dos ilhéus na ocupação temporária deste espaço. Mas, conforme Pesavento (1994, p. 16) “após quase 20 anos de espera para o recebimento definitivo de terras, estes açorianos passam a ocupar permanentemente por conta do loteamento das terras da sesmaria de Jerônimo de Ornelas, dando origem então aos núcleos iniciais do que é hoje Porto Alegre (...)”. Afirmam Souza e Müller (1997, p. 41) que “até o fim do período, Porto Alegre, na Sesmaria de Jerônimo de Ornellas, passa de vila de pescadores ao Porto dos Casais, aumentando a sua população, sendo que no fim do século se aproxima de um milhão de habitantes”.

Conhecida inicialmente como Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais foi oficialmente fundada no ano de 1772 por estes casais açorianos (Figura 15). Neste mesmo ano o então governador Antônio da Veiga de Andrade dá início aos primeiros traçados das ruas de Porto Alegre. A futura capital do Rio Grande do Sul incrementou sua população não somente com estes imigrantes açorianos, de maneira transitória foi relevante também, a partir da metade do século XVIII, o grande contingente de soldados que chegaram a então Vila de Porto Alegre com a tarefa de expulsar os espanhóis que estavam em Rio Grande, verificando-se assim o crescimento da população e o progresso demográfico de Porto Alegre (FRANCO, 2000).

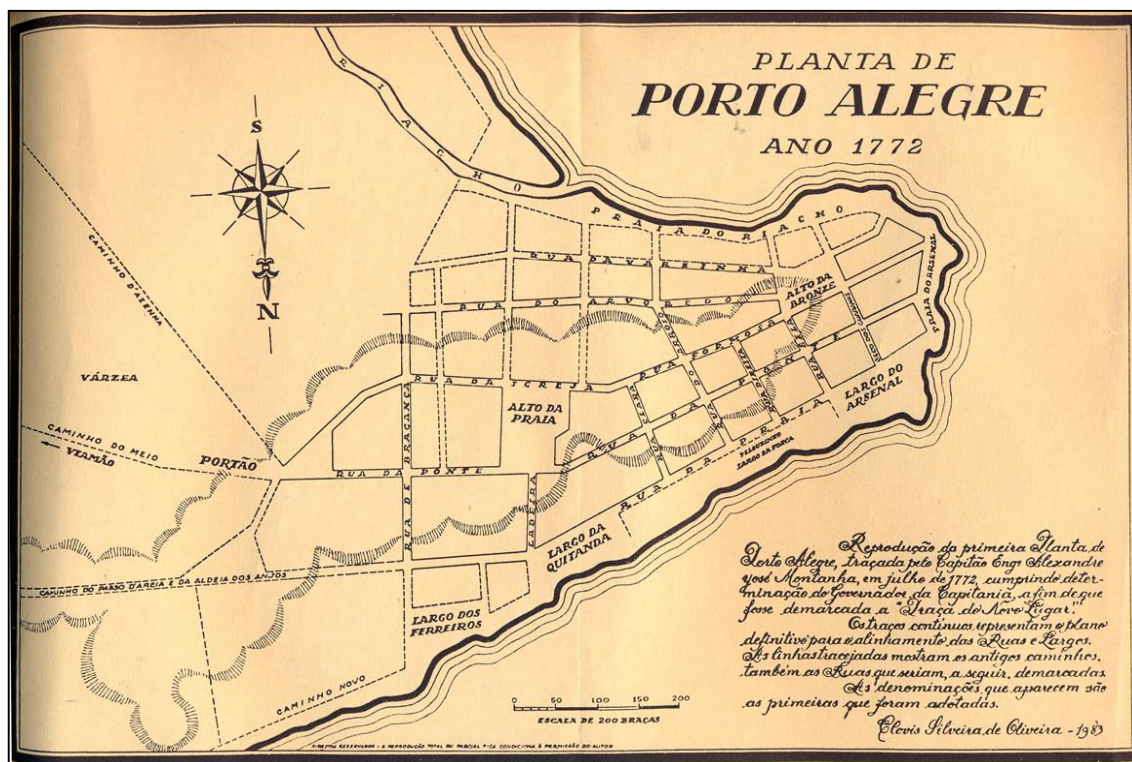


Figura 15. Planta da cidade de Porto Alegre/RS em 1772.

Fonte. Porto Imagem Fotografias. Disponível em: <http://www.portoimagem.com/historia.html>. Acessado em: 19/10/2012.

Mas além dos açorianos e dos soldados verifica-se, ainda no século XVIII, que a futura cidade de Porto Alegre era um grande receptor de escravos. Estes ocupavam, conforme comenta Carvalho (2010, p. 140), “as mais diversas atividades domésticas e públicas na área central da cidade (...) escravos domésticos, de ganho e de aluguel²⁶, pedreiros, músicos, etc.” Carvalho informa ainda que:

Em 1794, surge a primeira charqueada nas proximidades de Porto Alegre, à margem direita do rio Jacuí, na zona hoje conhecida como Charqueada Velha. E logo depois mais duas: uma no Morro do Cristal e outra na Ponta do Dionísio, no ainda bairro Tristeza, zona sul de Porto Alegre. (...) Para o trabalho pesado de carrear e transportar muitos quilos de carne, começa o tráfico interprovincial de escravos africanos. Eles desembarcam no cais do porto e, ali se concentram em grande número, fazendo o transporte e o carregamento de mercadorias nos navios. (...) Nesse período, o negro era o carregador de mudanças e, também, de todo e qualquer outro volume. Em grupos de dois ou três, iam transportando, por entre as ruas esburacadas, pianos, cômodas, mesas, baús, e toda a mobília de seu senhor. Escravos transportavam também a cadeirinha com o patrão ou a senhora sentada, tais como as liteiras. (CARVALHO, 2010, p. 141 e 143).

²⁶ Segundo Bittencourt Junior (2010), a diferença entre os escravos de ganho e de aluguel é de que, os primeiros deveriam aprender algum tipo de ofício ou se especializar em algum trabalho, mais especificamente, sair às ruas e ganhar dinheiro para o seu senhor, dando-lhe uma quantia exigida, geralmente semanal, podendo ficar com o que sobrava dos ganhos. Já ao segundo não era necessário que conhecesse qualquer tipo de especialização no trabalho, sendo este a peça central no contrato estabelecido entre seu senhor e um terceiro que o alugava de maneira temporária.

Sommer (2011) informa que, no ano de 1780, Viamão e Triunfo concentravam o maior número de escravos, ficando Porto Alegre na quinta posição. Já de acordo com Gehlen (2008)²⁷, neste mesmo ano, a população desta última cidade (mesmo estando na quinta posição), já era composta por 36% de escravos, ocupando as mais diversas funções principalmente de carregadores e lavadeiras, presença descrita por viajantes que aqui estiveram, referindo em suas descrições a aglomeração dos escravos nas ruas. E, assim como os açorianos, a mão-de-obra escrava representou uma importante fonte para o sistema produtivo local (GOMES, 2012). No quadro 4 temos o demonstrativo do crescimento da população de Porto Alegre entre os anos de 1780 e 1802.

	Estimativa de 1780*		1802	
	Número	%	Número	%
Branços**	1224	69,2	2008	51,1
Índios	–	–	44	1,1
Libertos	–	–	305	7,8
Escravos	545	30,8	1570	40,0
Total	1769	100,0	3927	100,0

Quadro 4. População de Porto Alegre, 1780 e 1802.

Notas: (*) Foi necessário elaborar uma estimativa da população de 1780 pelo fato de que o mapa deste ano não apresenta o total de crianças livres menores de 7 anos. A partir de dados dos *róis de confessados* de 1779 a 1782 e do mapa de população de 1803 chegou-se ao resultado de que este grupo etário-social representava 21% da população livre, o que significou o acréscimo de 257 indivíduos aos 1512 já indicados no mapa.

(**) Em relação ao ano de 1780, o total desta linha refere-se ao total das pessoas não-escravas e não exclusivamente aos brancos.

Fonte: GOMES, L. C. Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 - 1802. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72751/000884514.pdf?sequence=1>. Acessado em: 10/09/2014.

Estes primeiros habitantes da futura cidade estão inseridos em um período de grande desenvolvimento deste núcleo inicial que, ainda durante o século XVIII, continua a crescer, ocasionando mudanças físicas do sítio. A cidade vai, conforme Macedo (1968, p. 60), “tomando corpo” e a gestão pública da época se preocupava com o embelezamento e limpeza de suas ruas, organização que já demonstrava a centralidade do núcleo. É neste período que percebemos o incremento do comércio, com a produção de trigo e as charqueadas, comércio este alimentado

²⁷ Dados retirados de GEHLEN, I. (coord. geral) et al., Estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS. LABORS - IFHC/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

pela proximidade de outros centros povoados e dando-lhe, no início do século XIX, uma enorme vantagem comercial a partir do envio e recebimento de produtos para suprir a crescente população e o também o seu entorno.

Quanto a população negra, eles estão inseridos dentro deste contexto de desenvolvimento da cidade de Porto Alegre. Bittencourt Junior (2010) afirma que entre 1815 e 1832, existem referências a negros alforriados que praticavam as profissões de quitandeiro, lavrador, barqueiro, alfaiate, ferreiro, campeiro e marinheiro. Por esta razão, para disciplinar a ocupação do espaço urbano, surge o Primeiro Código de Posturas Policiais em 1829, designando os lugares para a lavagem de roupa, para o despejo do lixo, e quais as águas servidas. Entre as medidas adotadas pelo Conselho Geral Provincial, em 10 de fevereiro de 1831, estavam as que normatizavam a vida cotidiana da população negra:

Capítulo 19º - Nenhum escravo ou escrava poderá viver sobre si em qualquer casa, sem licença da Câmara, seja qual for o motivo ou pretexto (...)

Capítulo 35º - Todo escravo ou escrava que for encontrado de noite, depois do toque do sino da Câmara, sem bilhete de seu senhor, ou da pessoa a cujo cargo estiver, será conduzido à casa do mesmo para verificar se vai de seu mandado; e quando não se verificar, será recolhido à prisão, até que o mesmo senhor solicite a sua soltura.

Capítulo 42º - Proíbe-se que os cangueiros libertos ou escravos e outros quaisquer carregadores dêem assovios ou façam vozerias, e qualquer outro motim nas ruas e praças da Cidade. (PICCOLO, H. 1991 p.42.)

Devido a estas condições de trabalho nas quais viviam, a resistência era comum, nas mais variadas formas. Segundo Sommer (2011, p. 58) “a fuga e a formação de grupos de escravos fugidos foi uma constante nesse período e a mesma podia dar-se de maneira individual ou coletiva”, sendo que estes procuravam se diluir no anonimato do grande número de escravos e negros livres, além de outros personagens da classe excluída da cidade. Foi esta a razão que levou alguns dos evadidos, no século XIX, para os locais periféricos da cidade de mata mais compacta como o Areal da Baronesa (Cidade Baixa), a Várzea (atual Parque Farroupilha) e a Ilhota (atual bairro Menino Deus e também Azenha), espaços que estavam localizados na periferia da cidade do século XIX. Outros se direcionavam as ilhas do Lago Guaíba ou iam para o interior do Estado, neste último caso os indivíduos seguiam de barco com o auxílio de escravos marinheiros (BITTENCOURT JUNIOR, 2010).

Segundo Germano (1999), foi com a abolição da escravatura no Rio Grande do Sul, em 1884, que diversos escravos vieram do meio rural para Porto Alegre ou saíam das casas de seus senhores e se fixavam em espaços onde se concentrava a população de baixa renda na capital,

como Areal da Baronesa e Colônia Africana²⁸ ou em suas cercanias, como no caso da Ilhota e do Cabo Rocha. Mas boa parte dos ex-escravos ficaram desempregados, conforme mencionado anteriormente, pois existia mão-de-obra barata em abundância no Estado devido à chegada dos imigrantes europeus neste mesmo período e, assim, os negros acabavam à margem se comparados aos demais trabalhadores livres. No quadro 5 podemos verificar alguns destes contingentes de imigrantes que chegam ao Estado do Rio Grande do Sul.

Período	Alemães	Italianos	Poloneses	Total
1824 – 1874	24.873	---	---	24.873
1875 – 1879	2.440	8.579	---	11.019
1880 – 1884	1.257	8.993	---	10.230
1885 – 1889	2.159	26.133	---	28.292
1890 – 1894	6.065	21.591	16.188	52.370
1895 – 1899	1.648	4.613	2.082	10.437
1900 – 1904	1.036	2.336	466	5.182
1905 – 1909	2.068	1.687	6.498	12.893
1910 – 1914	6.498	2.256	17.308	31.735
1824 – 1914	48.044	76.168	42.561	187.031

Quadro 5: Principais grupos de imigrantes ingressos no Rio Grande do Sul (1824-1914).

Fonte. <http://www.insieme.com.br/portal/conteudo.php?sid=144&cid=514&parent=144>. Acessado em: 10/10/2012.

Os migrantes que se direcionam a Porto Alegre se deparam com intensos melhoramentos urbanos realizados pelo Poder Público, principalmente entre 1897 e 1924, com a realização de diversos projetos, como por exemplo, o primeiro serviço de primeiros socorros e de redes de esgoto. Durante este período, no final do século XIX e início do século XX, acontece o crescente desenvolvimento da cidade, verificando-se a ampliação da mesma em todas as direções. Na figura 16 temos a planta de Porto Alegre em 1839.

²⁸ Localizado no Bairro Rio Branco, próximo aos bairros Cidade Baixa e Azenha.

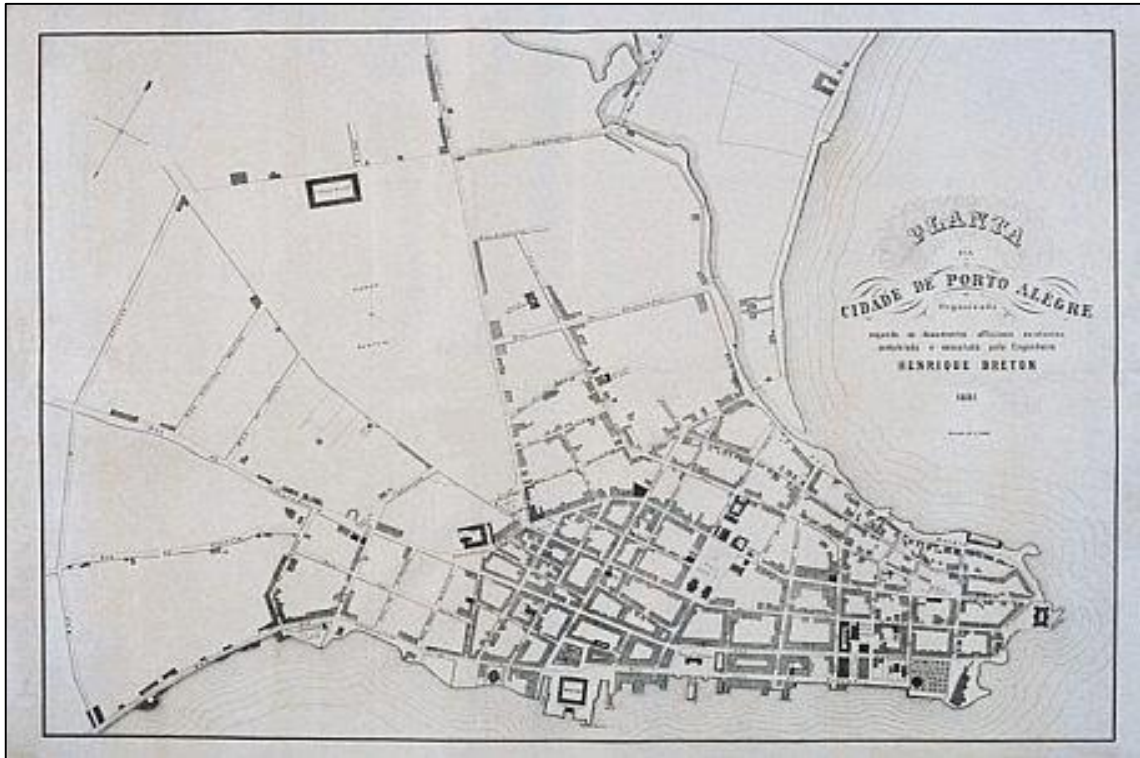


Figura 16. Planta da Cidade de Porto Alegre em 1881.

Fonte: <http://almadanoah.blogspot.com.br/2008/11/mapas-historicos-de-porto-alegre.html>. Acessado em: 19/10/2012.

Para que possamos comparar o desenvolvimento da cidade, segue a figura 17, uma planta de Porto Alegre do ano de 1928, com o crescimento no número de bairros e da estrutura do transporte coletivos da época. A divisão por distritos, que existia até então na cidade, extingue-se e é substituída por bairros.

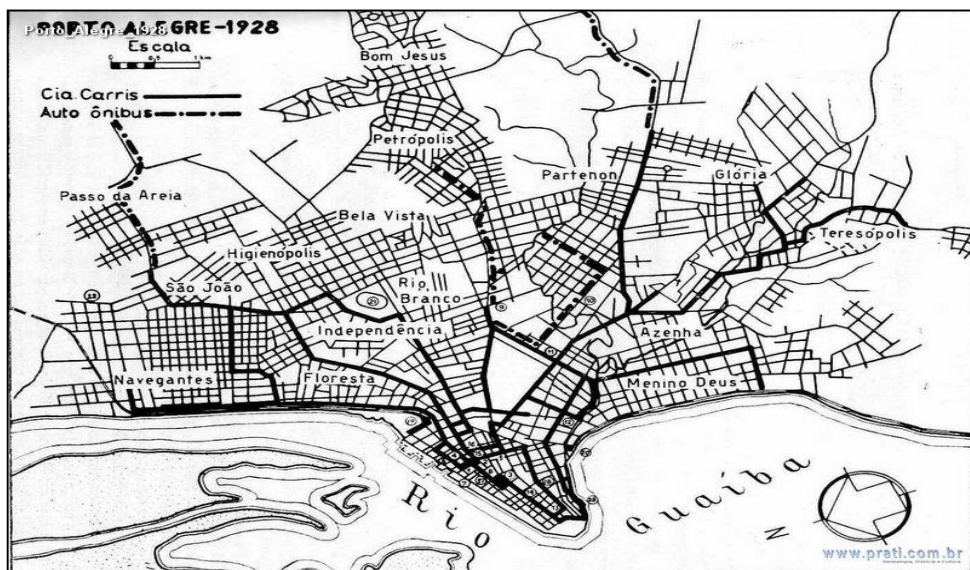


Figura 17. Mapa de Porto Alegre em 1928 e a divisão dos bairros.

Fonte: http://fotosantigas.prati.com.br/fotosantigas/Diversos/MapasPlantas/Porto_Alegre_1928.htm. Acessado em: 19/10/2012.

Por esta razão, a cidade torna-se um grande centro de atração para migrantes e libertos ainda nas primeiras décadas do século XX, provenientes das áreas rurais, viviam através das atividades menos valorizadas e menos remuneradas, o que fazia com que sua presença fosse indesejada na área central da cidade. Todas as áreas nas quais se concentrava a pobreza da cidade ficam estigmatizadas, recebendo a designação de “espaços malditos”, conforme nos conta Sommer (2011, p. 96), que ainda afirma ser este o espaço dos “excluídos economicamente e socialmente, sendo esses territórios comumente associados à população pobre e negra”. Barcellos informa que:

As áreas de negros e pobres em Porto Alegre eram relacionadas na imprensa da época como áreas de desordem. O "Campo da Redenção" (hoje Parque Farroupilha localizado no bairro Bom Fim), as ruas do Arroio e da Margem na Cidade Baixa, o arraial da Baronesa, a Santana (antigamente conhecida como a "rua dos pretos forros"), a Colônia Africana, eram citadas frequentemente nas crônicas policiais. Os protagonistas dos distúrbios eram principalmente as "pessoas de cor" referidas como agressores, apesar dos jornais não-oficiais (especialmente os socialistas) os incluírem também como vítimas. Além dos distúrbios e prostituição, a mendicância também é associada à gente de cor. (BARCELLOS, 1996, p. 15).

Em função deste melhoramento urbano, Sommer (2011) conta que ao final do século XIX e início do século XX, Porto Alegre passa por uma intensa política de higienização, que visava tornar a área central da cidade em um espaço mais nobre, limpo e moderno. Por esta razão os principais alvos foram os becos do centro da cidade onde estavam instalados os diversos cortiços, que passaram por inspeções e, segundo Pesavento (1999), foi estabelecido que os pobres pagassem as décimas urbanas²⁹ e, caso não o fizessem, seriam retirados de suas moradias. Já Sommer (2011) informa sobre a implantação do imposto de cortiços, para que fosse possível extinguir definitivamente este tipo de moradia na área central de Porto Alegre. Isto também ocorreu porque neste período se pregava, de acordo com Kersting:

(...) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional, a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo. (KERSTING, 1998, p. 15).

Eram estes locais, novamente de acordo com Sommer (2011, p. 97), “aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade

²⁹ BUENO, B.P.S. Op cit., p. 124. "Implementada em 1809, a Décima Urbana consistia numa espécie de imposto predial anual".

pública ou privada, sem arruamento nem higiene, com construção de madeira (...) papelão ou lata”. Tratavam-se assim de loteamentos irregulares ou vilas, que concentravam o maior contingente destes negros estava nas cercanias da cidade³⁰. Bittencourt Junior (2010) comenta que eram estas áreas, que faziam parte do entorno de Porto Alegre, consideradas como zonas extramuros, formando um ‘cinturão negro’ devido a presença da população negra excluída socialmente de áreas centrais e periferizadas em direção aos arraiais e vilas. Foi neste cinturão que os negros escravos, alforriados e livres acabaram consolidando suas redes de comunicação, sociabilidade e solidariedade.

Nota-se que estas políticas afetaram diretamente a população de baixa renda e de maioria negra, que eram os principais habitantes daqueles espaços, proliferando-se então os casebres de madeira, papelão ou lata, construídos em áreas devolutas ou baldias. Já nas das décadas de 1940 e 1950, os loteamentos irregulares constituídos por essas habitações aumentaram fortemente (SOMMER, 2011).

Durante o ‘milagre econômico’ da década de 1970, Porto Alegre recebeu novos migrantes do interior do Rio Grande do Sul, gerando um aumento substancial das áreas irregulares da cidade, por esta razão o poder público retomou os projetos de urbanização. Um destes projetos foi chamado de Renascença que, sendo dividido em planos viários, tinha como objetivo promover a renovação de um espaço, erradicando sua desorganização e pobreza, previa também a abertura de novas avenidas, construção e recuperação da infraestrutura e do paisagismo da cidade. Este projeto propôs o reloteamento da Ilhota, que estava em pauta desde o Plano Diretor de 1959, mas até então não executado. A população que ali vivia é então removida para a região sul da cidade (SILVA apud ANJOS, 2013).

Percebe-se, dentro deste contexto, a expansão da malha urbana, definindo, ao longo dos anos, a sua centralidade ante as demais cidades e as diferentes funções que desenvolve ao longo das diferentes fases por qual passa. Quanto a função de uma cidade, Silva diz que:

Segundo o paradigma funcionalista, o processo de desenvolvimento é inicialmente desencadeado em determinados setores da atividade econômica (os mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados), a partir de uma área geográfica específica (pólos de desenvolvimento ou crescimento), e difunde-se com o decorrer do tempo a outros

³⁰ Areal da Baronesa, na Cidade Baixa e na Colônia Africana, atuais bairros Bom Fim, Mont’Serrat e Rio Branco; também Ilhota e Cabo Rocha.

sectores e a todo o território. Ou seja, de acordo com este paradigma, o desenvolvimento não surge espacialmente distribuído de forma igual, pelo contrário, apresenta grandes desequilíbrios territoriais. A par dos fatores naturais e históricos, os efeitos da política econômica são também determinantes na concentração das atividades econômicas em determinados locais, podendo funcionar como um fator adicional no processo de concentração espacial ou, pelo contrário, como um elemento de compensação, induzindo alguns processos de reequilíbrio territorial. (SILVA, 2010, p. 12 e 13).

A partir do exposto acima, é possível verificar a relevância do modo de produção capitalista, responsável por este processo de urbanização das cidades ao redor do mundo, e Santana do Livramento e Porto Alegre não fogem deste modelo. Ainda no final da Segunda Guerra Mundial verificou-se um crescimento mais significativo, absorvendo uma gama cada vez maior de investimentos industriais e, como consequência, o contingente populacional de Porto Alegre cresce gradativamente, necessitando adequar-se sempre a uma nova realidade. Ainda segundo Silva:

Porto Alegre passa por um movimento de expansão horizontal, tendência necessária a equacionar os resultados deste crescimento, com a demanda de serviços e necessidades sociais, que estão diretamente relacionadas às adequações envolvendo reorganização espacial, fluxos e urbanização. Neste contexto, são tomadas diversas medidas visando regularizar, criar e melhorar a urbanização da cidade de um modo geral (...). Tais melhorias são resultantes da atuação do então prefeito de Porto Alegre José Loureiro da Silva, descendente do sesmeiro Jerônimo de Ornelas, administrador nomeado (1937-1943) durante o Estado Novo e depois eleito pelo voto popular em 1960 (...). Em sua primeira gestão, Loureiro cumpriu a tarefa de urbanizador, abrindo novas avenidas e levando o desenvolvimento às regiões mais distantes da cidade. Em seu segundo mandato também fez grandes investimentos urbanos concluindo o calçamento de 150 ruas, construiu 18 praças públicas e obteve, junto ao governo de federal os recursos necessários para o saneamento da bacia do Arroio Dilúvio e para a pavimentação da Avenida Ipiranga. Na área de educação, houve em sua administração a inauguração de 85 novos prédios escolares e o início das obras de outros 27. (SILVA *apud* SOUZA e MULLER, 2009, p. 14 e 15).

Nota-se, a partir do que foi exposto até o momento, de acordo com Sack (1986, p. 216), “a ideia de que territórios são construídos socialmente”, os seus efeitos e resultados irão depender de quem está controlando quem e quais são os propósitos. Este mesmo autor (1986, p. 20) afirma ainda que, “assim, território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir pessoas”. Torna-se então possível, nas palavras de Menegat (1998), verificar que:

A evolução da cidade ao longo da história pode ser entendida a partir da relação existente entre variação de população (acréscimos ou decréscimos) e funções urbanas. Há uma correspondência biunívoca entre ambas, isto é, à medida que aumenta a população de um núcleo urbano, também aumentam e se diversificam as funções deste núcleo, e vice-versa. (...) Contudo uma cidade não se desenvolve de forma independente. A cada momento, ela sofre estímulos provenientes tanto da região mais próxima, quanto das regiões mais distantes. A cidade, por sua vez, também provoca

estímulos nessas áreas. Esses estímulos e relações são os indutores de evolução urbana e podem ser traduzidos por fatores populacionais, econômicos, sócio-culturais, político-institucionais ou locacionais. A predominância de um ou mais desses fatores permite identificar as funções urbanas assumidas pelo núcleo em determinado período. (MENEGAT, 1998, p. 99).

Definem-se então as diferentes fases e seus aspectos mais importantes no desenvolvimento da cidade de Porto Alegre através do quadro 6.

Fase	Funções
1ª Fase – Origem (1680 - 1772)	Surgimento de um núcleo com função portuária e militar.
2ª Fase – Trigo (1772 - 1820)	Portuária; Apoio à produção primária; Administrativa; Militar.
3ª Fase – Imigração (1820 - 1890)	Portuária; Comercial; Administrativa; Militar.
4ª Fase – Indústria (1890 - 1945)	Industrial; Comercial; Prestação de serviços; Portuária; Administrativa.
5ª Fase – MetrÓpole (1945 até os dias atuais)	Prestação de serviços; Comercial; Industrial; Administrativa; Integração de transportes.

Quadro 6. Porto Alegre e suas diferentes funções desde 1680 até o período atual.

Fonte. Souza, C. F. e Muller, D. M. Porto Alegre e sua evolução urbana - adaptado pela autora.

O município de Porto Alegre (Figura 18), no presente, possui uma área de 496,682 km², com uma densidade demográfica de 2.837,53 habitantes por km², população total de 1.409.351 habitantes e IDH de 0,805 (PNUD, 2010)³¹. Porto Alegre é uma das áreas mais densamente povoadas e um pólo de atração e concentração, com uma economia dinâmica e altamente diversificada, possuindo grandes indústrias, de metalúrgicas até as alimentícias, também com uma intensa e dinâmica atividade de comércio caracterizado por uma rede diversificada de estabelecimentos (entre comércio varejista, atacadista e de imóveis e valores imobiliários). O setor de serviços apresenta diversos ramos de atividades como o de produção de softwares, serviços financeiros, administração de valores mobiliários e imóveis, produção cultural e artística, serviços médicos, odontológicos e hospitalares, hotéis, produção científica e outras (IBGE, 2010).

³¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>. Acessado em: 05/04/2014.

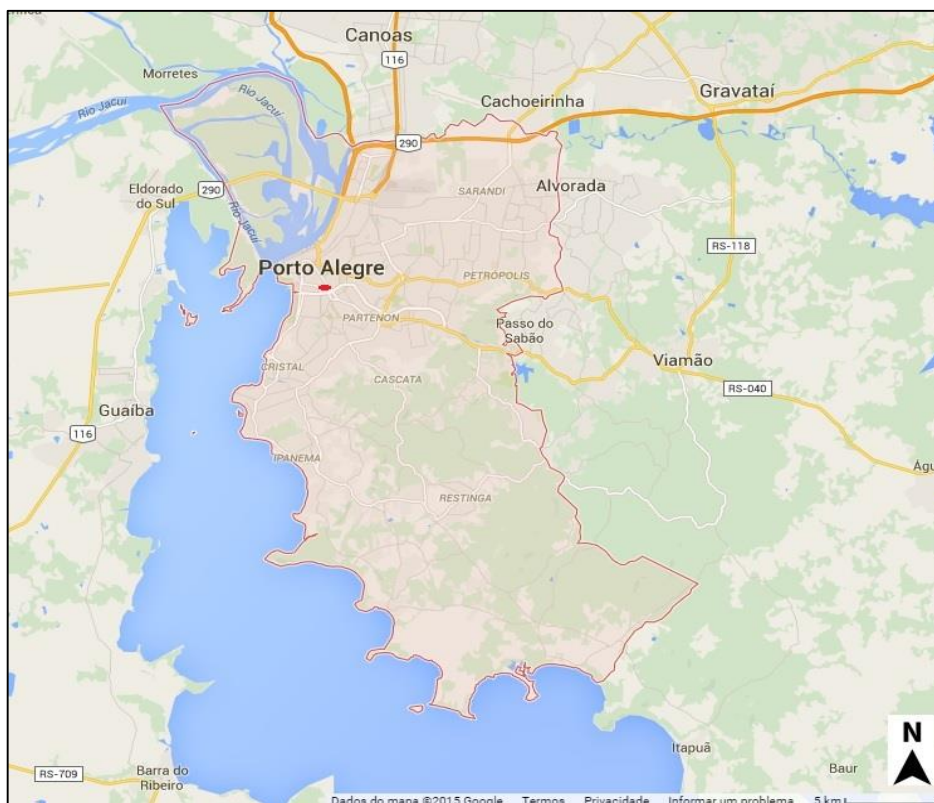


Figura 18. Cidade de Porto Alegre/RS e o ponto em vermelho indica a localização do Quilombo Família Fidélis neste município.

Fonte. Google Maps, 2015.

Aprendemos então que as cidades, neste caso específico, Santana do Livramento e Porto Alegre são, segundo Soares (2011), espaços onde se verificam a concentração de riquezas e de cultura, seja esta cultura material ou intelectual, de determinada civilização. É nela que convergem contradições, desigualdades, problemas e desafios de uma sociedade, frutos da história das classes sociais, sua relação com a natureza, que foi apropriada e transformada, e sua relação com o território, construído e organizado segundo o modelo político, econômico e cultural vigente em determinado período. De acordo com o mesmo autor (2011), por se tratar de um produto da ação de distintos grupos sociais, a cidade é um artefato complexo, sendo determinado por fatores econômicos e culturais. Como objeto específico e único a cidade será também uma grande ‘obra de arte coletiva’, pois representa, em sua forma, as aspirações e os ideais de um projeto histórico.

Quanto à população negra, dados do Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informam que Porto Alegre possui 10,21% de indivíduos de raça/cor preta, com um aumento nos últimos 10 anos da população raça/cor preta de apenas 1,48% em

Porto Alegre. A figura 19 apresenta os números do censo para a cidade de Porto Alegre segundo a autodeclaração por raça/cor.

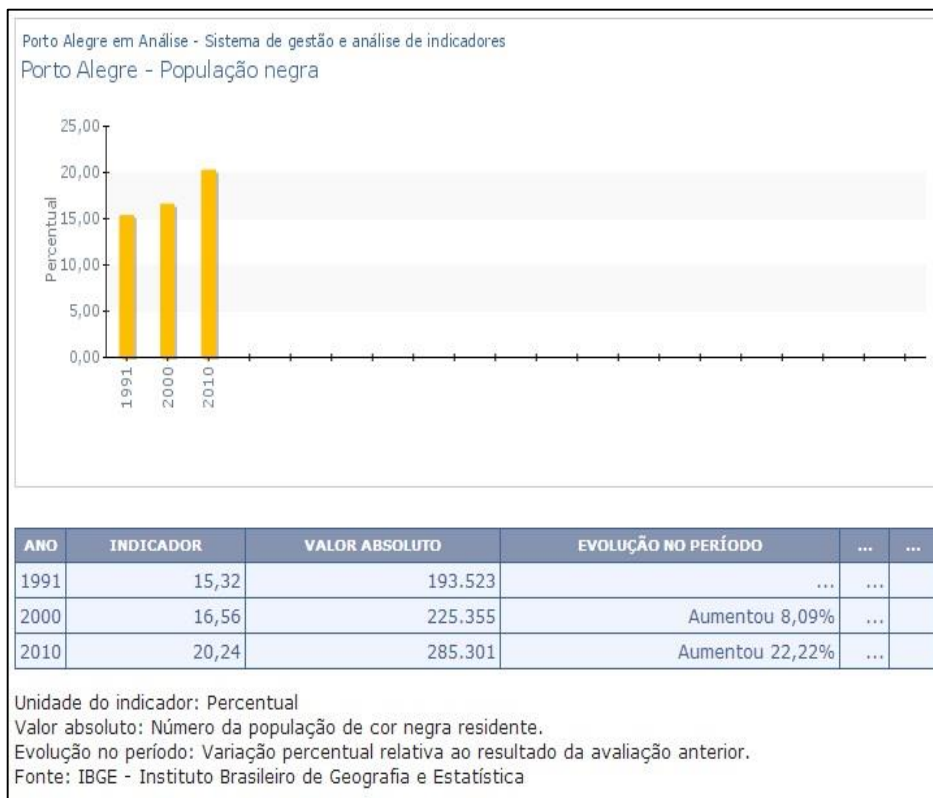


Figura 19. Evolução da população negra em Porto Alegre/RS.
Fonte. Censo IBGE/2010.

Constatamos que mais de 50 anos se passaram e Porto Alegre é atualmente uma grande cidade, inúmeros outros projetos de revitalização ou urbanização já ocorreram, e os benefícios destes projetos são, como no passado, controversos, pois eles exigem o deslocamento de moradias e do comércio local, afetando de maneira negativa as camadas mais carentes da população que, por sua vez, são majoritariamente negras (SILVA, 2013).

Dentro deste contexto do desenvolvimento da cidade e da situação de parte da população negra é necessário trazer os bairros Cidade Baixa e Azenha, pois nelas estavam inseridas as áreas conhecidas antigamente como Areal da Baronesa e Ilhota, que concentravam esta parcela da população negra e de baixa renda do município. O Areal da Baronesa e a Ilhota fazem, também, parte da história do Quilombo da Família Fidélis, como observaremos adiante.

3.3.1 Cidade Baixa

Para entendermos como este espaço foi construído, precisamos compreender sua história, como este foi sendo concebido, pois não é possível descrever sua organização espacial sem levar em consideração fatores físicos, como as características do sítio, e fatores humanos, os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento, conforme relatado anteriormente. Esta organização espacial, segundo Corrêa (1986, p. 55), “é o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra”, esta se relaciona, ainda de acordo com o autor (1986), a divisão espacial do trabalho, disposição e distribuição espacial da infraestrutura técnica e social como, por exemplo, a malha viária e as escolas, respectivamente, e também com o padrão da segregação e autosegregação.

Frydberg (2007) fala que desde a chegada dos açorianos, no século XVIII, o atual bairro Cidade Baixa (Figura 20) era uma área formada apenas por sítios e chácaras, sendo caracterizada como uma área rural, onde sua principal função abastecer o centro com produtos alimentícios.

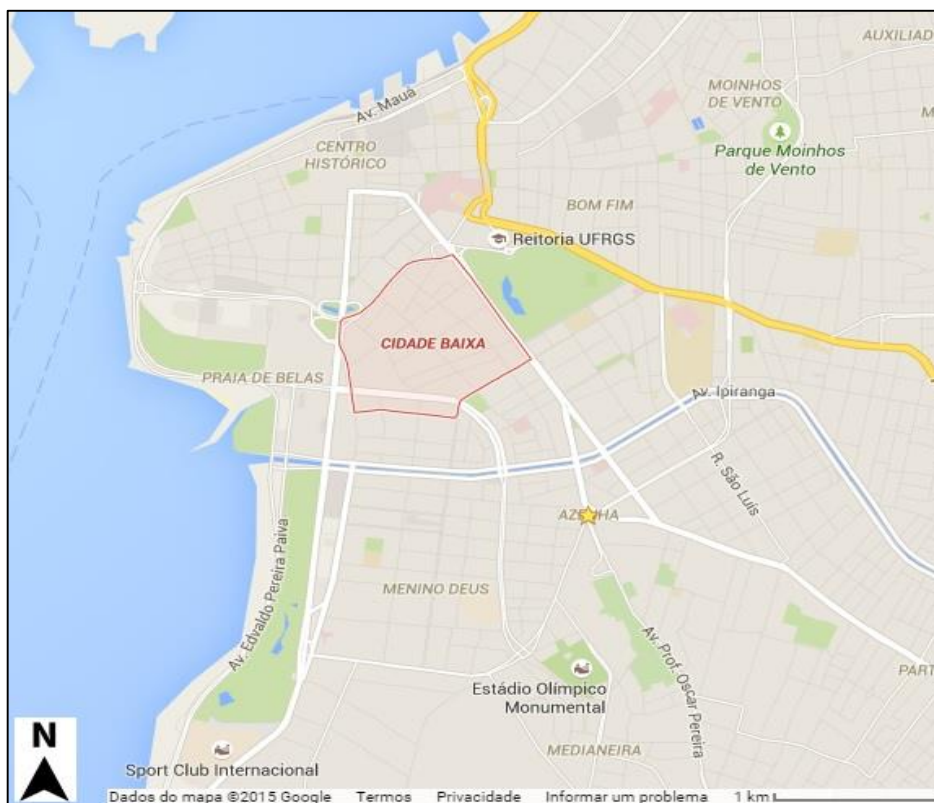


Figura 20. Localização do bairro Cidade Baixa, destacado em vermelho – Porto Alegre/RS. Fonte. Censo IBGE/2010.

Este local situava-se fora dos limites da muralha que circundava a cidade na época. Menegotto (2001), falando sobre a direção em que se deu o crescimento da urbanização em Porto Alegre, diz que:

O desenvolvimento da malha urbana de Porto Alegre incrementou-se em direção ao que hoje conhece-se como Cidade Baixa a partir do final da Revolução Farroupilha. (...) O processo de ocupação da Cidade Baixa, realizada principalmente por uma população composta de negros e italianos. (MENEGOTTO, 2001, p. 26).

Neste contexto, Sanhudo (1979) comenta que, a Cidade Baixa surge em meados do século XIX, ao Sul do espigão da Rua Duque de Caxias: Rua do Arvoredo (Fernando Machado), Rua da Varginha (Demétrio Ribeiro) e Praia do Riacho (Washington Luís), em sua fase inicial de povoamento. A região vai aos poucos se estendendo e, ainda de acordo com a autora (1979, p. 207), a área já “abrange toda a zona entre as proximidades do Gasômetro, a Rua do Arvoredo, as propriedades da Baronesa do Gravataí – o seu famoso arraial – e ia até a Olaria³², na margem do Riachinho, limitando-se, em seu extremo lá na lomba da Independência”. De acordo com o mesmo autor, esta região era um subúrbio e com aspectos característicos de uma zona rural.

O terreno local é constituído por terras baixas, característica que está relacionada com o processo de formação morfológica da região, sendo que, não somente o bairro Cidade Baixa, mas também o bairro Azenha, fazendo parte de uma grande área denominada Depressão Periférica³³, onde segundo Menegat (1998, p. 25) se localiza o Canal do Jacuí entre a confluência do Rio Taquari e do Delta do Jacuí, sendo este último um canal mais largo e menos sinuoso, de baixa energia e que transporta uma grande quantidade de sedimentos, onde as deposições dos mesmos formam ilhas como a Ilha Grande do Marinheiro. Nestas áreas, informa Menegat, estão as Planícies e terraços fluviais, que são:

(...) duas grandes áreas com terraços e planícies fluviais, construídas nos últimos 120 mil anos, compõem a região norte e central do município. Uma delas é formada pelos terraços e planícies fluviais do Rio Gravataí ao norte do município. Trata-se de uma extensa região de terras planas, eventualmente inundáveis. A outra é formada pelos terraços e planícies fluviais do Arroio Dilúvio, que serpenteava na planície entre a

³² Rua General Lima e Silva – Porto Alegre/RS.

³³ MENEGAT, R. (Coord.) Op cit., p. 25. “Esse domínio estende-se num estreito corredor em direção ao oeste, até a fronteira com o Uruguai, conectando-se ao Pampa Argentino. Coberto por matas e campos, a Depressão Periférica é formada por rochas sedimentares paleozóicas e mesozóicas da Bacia do Paraná, que são mais antigas do que as rochas do platô”.

encosta sul da Crista da Matriz³⁴. Tem a forma de triângulo com a base voltada em direção ao Lago Guaíba. Grande parte dos bairros Cidade Baixa, Bom Fim e Santana estão situados nessa área. (MENEGAT, 1998, p. 29).

Além deste terreno baixo, a região era tomada por uma mata muito densa e, conforme Sanhudo (1979, p. 208), “cortado por sangas e picadas, moitas e capões, árvores e macegas, um verdadeiro labirinto de caminhos sombrios e perigosos, onde os acidentes topográficos facilitavam os esconderijos e tornavam quase inacessível o trânsito desembaraçado”.

Segundo Terra (2001), nesta grande extensão de terra existia uma chácara que dominava a paisagem da região no século XIX. Esta pertencia a João Batista da Silva Pereira, um português pobre da cidade de Braga que, ao chegar a Porto Alegre, logo começa o seu trabalho, devido ao seu grande tino comercial. João monta um modesto estaleiro para a fabricação de pequenos barcos para navegação fluvial e, posteriormente, começa a construção de embarcações de maior porte, que pudessem atravessar o Atlântico com as produções do Rio Grande do Sul e também para trazer especiarias das Índias. Logo sua situação financeira melhora, assim como sua posição social e, em 1823, se casa com Maria Emília de Menezes, uma moça de família açoriana que vivia em Rio Pardo.

Três anos após seu casamento, João inicia a construção de um palacete, que seria conhecido como Solar da Baronesa do Gravataí. Este solar foi crescendo com o passar dos anos, já que o proprietário se dedicou a comprar diversos lotes de terra que circundavam a mansão, para enfim formar sua grande chácara, que, conforme Terra (2001, p. 40), tinha “as dimensões de um verdadeiro bairro”. Ainda segundo a autora, este local se tornou tão imenso que o dono não tinha o domínio sobre ele, sendo a maior parte coberta por pomares e hortas. A figura 21 mostra o Solar da Baronesa no ano de 1860, no bairro Cidade Baixa, e notamos a configuração da área onde se situava o solar, assim como a intensificação das construções no seu entorno.

³⁴ SOSTER, A.R. de M. Op. Cit., p. 14 e 16. “... entre o Arroio Dilúvio e as terras baixas do rio Gravataí. Composta pelos morros Petrópolis, Rio Branco e Independência, entre outros, apresenta um menor significado se considerado o enfoque do relevo, mas com relação, à ocupação humana, sua condição e posicionamento foram significativos...”.

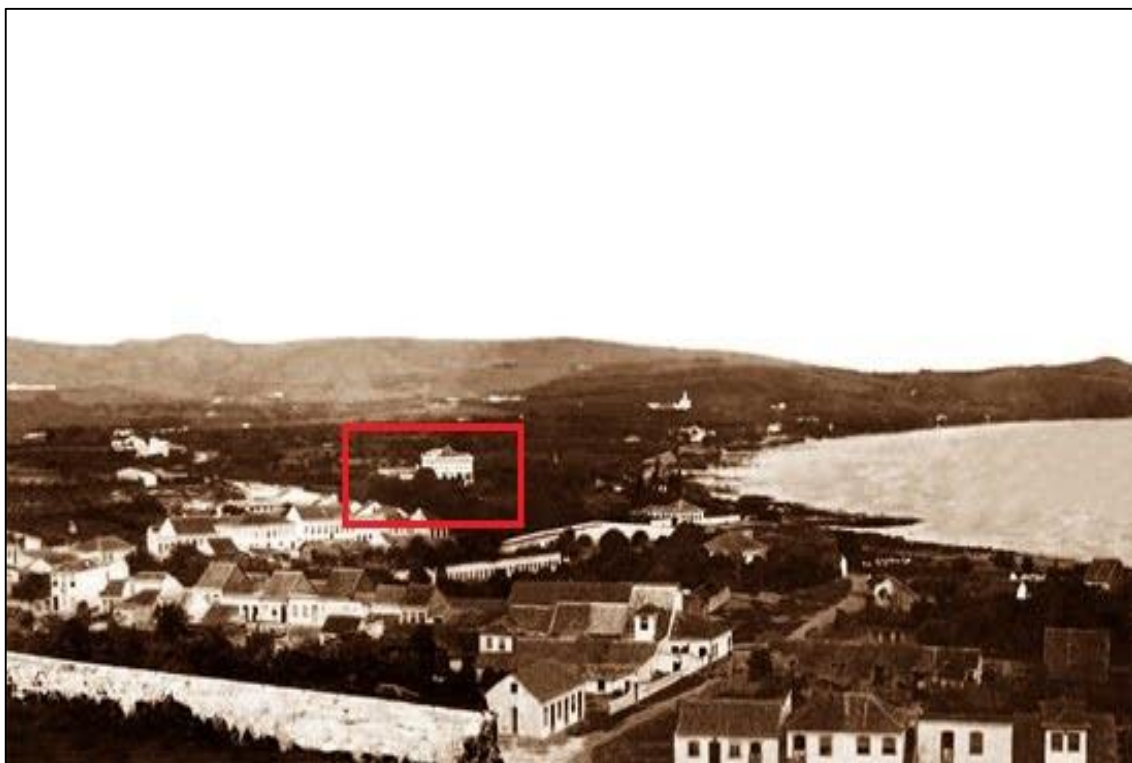


Figura 21. Solar da Baronesa destacado em vermelho. Cidade Baixa, Porto Alegre/RS.

Fonte. <http://lealevalerosa.blogspot.com.br/2012/07/barao-do-gravatai-e-baronesa-do.html>. Acessado em: 20/08/2012.

Terra (2001) informa que, na propriedade corria também o atual Arroio Dilúvio, mais ou menos onde se situa a Rua João Alfredo e, na altura da Ponte de Pedra, fazia uma curva e desembocava para os lados da Volta do Gasômetro, passando também por toda extensão da Rua da Margem (Rua João Alfredo). A mesma autora (2001) comenta que este ponto da propriedade era tomado por denso matagal, com grande variedade de árvores como, pitangueiras, goiabeiras, laranjeiras, bananeiras e outras também frutíferas, sendo possível também a realização da caça de pequenos animais e a pesca.

Foi este o local que, devido as características da paisagem citadas nos parágrafos anteriores, recebeu o nome de “Emboscadas”³⁵, pois, durante a escravidão, oferecia abrigo aos escravos que fugiam de seus donos e também, de acordo com Sanhudo (1979, p. 208) “pelas esperas traiçoeiras que muita gente boa, por motivos encobertos e por vezes pessoais, procediam, protegidos pelos acidentes do terreno”. Os escravos que ali se fixaram encontraram um lugar ideal para sua sobrevivência, com abrigo e alimentação, mas precisam também de roupas e outros bens, por esta razão que começam a assaltar as pessoas que por ali passavam.

³⁵ SANHUDO, A. Op cit., p. 208. “Limita-se, mais ou menos, entre a Venâncio Aires e República, João Pessoa e hoje desaparecidas margens do Riachinho”.

Já na área mais próxima a mansão, de acordo com Terra (2001), esta situação passava quase que despercebida, pois o casal estava ocupado com as festas, reuniões políticas e encontros de negócios que ocorriam na propriedade. Eram momentos de esplendor que atinge o ápice no final de 1845 e quanto a este episódio Terra diz:

Quando aqui estiveram o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Dona Teresa Cristina, foram regiamente recebidos por João Batista e dona Maria Emília. Por insistência do casal, os soberanos hospedaram-se no Solar da Baronesa. E foram tratados com tanta fidalguia, que o Imperador resolveu agradecer o dono da casa com um título de nobreza. Foi assim que João Batista da Silva Pereira recebeu o título de Barão do Gravataí. (TERRA, 2001, p. 41).

Maria Emília se torna Baronesa do Gravataí somente em 1846, após a morte repentina de seu marido, título este concedido também por D. Pedro II, como um gesto de conforto à viúva de apenas 44 anos. A nova proprietária da mansão não possuía o mesmo dom para os negócios que o Barão e, aos poucos, perde o controle sobre o seu patrimônio e o dinheiro foi se tornando cada vez mais escasso, os negócios ficaram completamente parados e as dívidas não paravam de crescer. E para piorar a situação da Baronesa, durante a noite, um incêndio repentino destrói completamente o solar (TERRA, 2001).

A mesma autora (2001) informa ainda que, após estes episódios, a Baronesa, já com 71 anos, solicita à Câmara de Vereadores uma licença para que suas terras possam se transformar em um loteamento, sendo possível então a venda de seu patrimônio e a garantia de algum dinheiro ao fim de sua vida. Frydberg (2007) comenta que nas últimas décadas do século XIX, devido a este processo de parcelamento do solo através do loteamento das chácaras que existiam no bairro, a Cidade Baixa torna-se então um local de residência de uma população de baixa renda e de ex-escravos, principalmente a Ilhota e o Areal da Baronesa, sendo então considerados lugares perigosos, onde se dão emboscadas e onde se escondem homens fora da lei.

Comenta Gehlen (1998)³⁶, que a preocupação da Câmara de Vereadores foi a da divisão dos lotes e a alteração dos nomes de algumas ruas. Sobre este tema Terra informa:

Um novo bairro ia nascendo com a demarcação dos lotes. E aquela parte da Cidade Baixa começou a ficar conhecida como o Arraial da Baronesa. Mas logo surgiu uma variante para este nome. Como naquele tempo a margem do Guaíba chegava até a atual Avenida Praia de Belas, havia ali muita areia. E o povo criou então um apelido

³⁶ Dados retirados de GEHLEN, I. (coord. geral) et al., estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS. LABORS - IFHC/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

para o loteamento, que passou a ser chamado também de Areal da Baronesa. (TERRA, 2001, p. 42).

Menegotto (2001) conta, em sua pesquisa, que no extremo Sul deste novo bairro, o arroio que nascia em Viamão passava pela região e chegava até o Lago Guaíba, sendo conhecido como Riachinho, e nele ocorriam constantes cheias, principalmente na Rua da Margem e, por conta disto, as suas margens se instalavam os habitantes de baixa renda. Ainda neste período existia no local o matadouro da cidade, na atual Avenida Venâncio Aires próximo à Praça Garibaldi, verificava-se também o que Sanhudo (1979, p. 210) chama de “o espetáculo cotidiano das barulhentas lavadeiras do bairro”, que carregavam as suas trouxas de roupas sujas as manhãs e tardes a beira das águas do Dilúvio, aproveitando as muitas pedras que existiam. Na figura 22 é possível visualizar o bairro Cidade Baixa em 1888, ainda com sua vegetação característica.

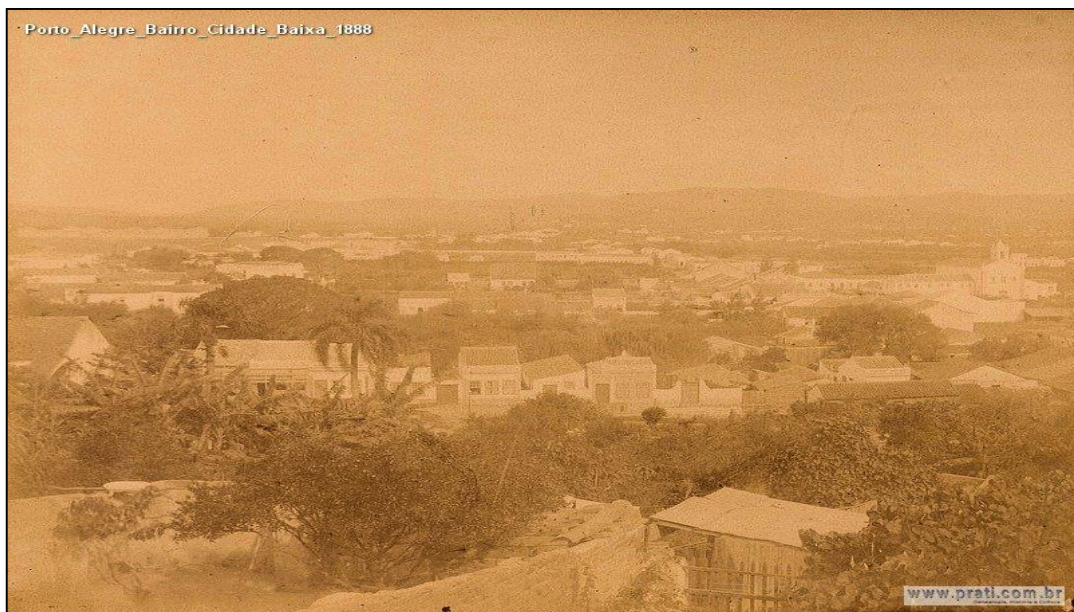


Figura 22. Bairro Cidade Baixa em 1888 – Porto Alegre/RS.

Fonte. Prati – Fotos antigas do Rio Grande do Sul. Disponível em:

http://fotosantigas.prati.com.br/FotosAntigas/PortoAlegre/Porto_Alegre_Bairro_Cidade_Baixa_1888.htm.

Acessado em: 20/08/2012.

Já a figura 23 mostra a Rua da Margem, atual Rua João Alfredo e o Arroio Dilúvio no ano de 1940, este arroio, após as obras de retificação, não passa mais neste local.



Figura 23. Rua da Margem, atual Rua João Alfredo, no bairro Cidade baixa, e Arroio Dilúvio (1940).
Fonte. http://habitantesdoarroio.blogspot.com.br/2009_02_01_archive.html. Acessado em: 20/08/2012.

Mauch (1994) explica que esta era uma zona da cidade considerada perigosa, já que concentrava uma parte da população pobre da capital, sendo este um ambiente degenerado, sem o mínimo de saneamento, que continha a parte ‘mal vista’ da cidade, ‘mal vista’ porque grande parte de seus moradores eram negros.

Menegotto (2001) informa que no início do século XX, a população do bairro foi crescendo, novas ruas são abertas e os moradores, não somente os descendentes dos africanos, vão se tornando mais diferenciados, mesmo assim as condições de saneamento e salubridade permanecem com características precárias. Segundo Cavedon:

A população da região aumenta significativamente, em função do desaparecimento das últimas chácaras; as ruas Avaí e Sarmento Leite passam a receber indústrias, instalam-se cinemas... Além disso, o bairro passou por inúmeras intervenções de cunho urbanístico, na medida em que sua localização tornou-se, com a expansão urbana, uma via de trânsito para inúmeros outros espaços da cidade. (CAVEDON, PROC. N° 2134/09 PPL N° 090/09, 2009, p. 3).

Esta significativa reconfiguração territorial transformou a área, hoje, em um bairro de classe média, com diversos estudantes e famílias que buscam as facilidades de uma grande cidade e também a agitação da noite de Porto Alegre, descaracterizando assim o que foi o antigo

Arraial. O bairro foi criado pela Lei nº 2022 de 7 de dezembro de 1959, com limites alterados pela Lei 4685 de 21 de dezembro de 1979³⁷. Atualmente, segundo dados do IBGE (2010)³⁸, a população deste do bairro é de 16.522 habitantes, sendo a população desta área composta de 56.67% de mulheres e 43.33% de homens.

3.3.2 Azenha

Este bairro (Figura 24) era conhecido anteriormente como Caminho da Azenha, desde o século XVIII, caminho este que se dirigia ao moinho d'água de Francisco Antônio da Silveira, apelidado de Chico da Azenha. O nome do bairro está vinculado à atividade de moagem de trigo iniciada nesta região na metade deste período por Chico da Azenha, possuidor de extensas plantações junto às áreas altas do atual bairro (zona hoje ocupada por cinco cemitérios³⁹), e que se instalou junto na margem esquerda do arroio Dilúvio, nas proximidades do atual Hospital Ernesto Dornelles (FRANCO, 2006).

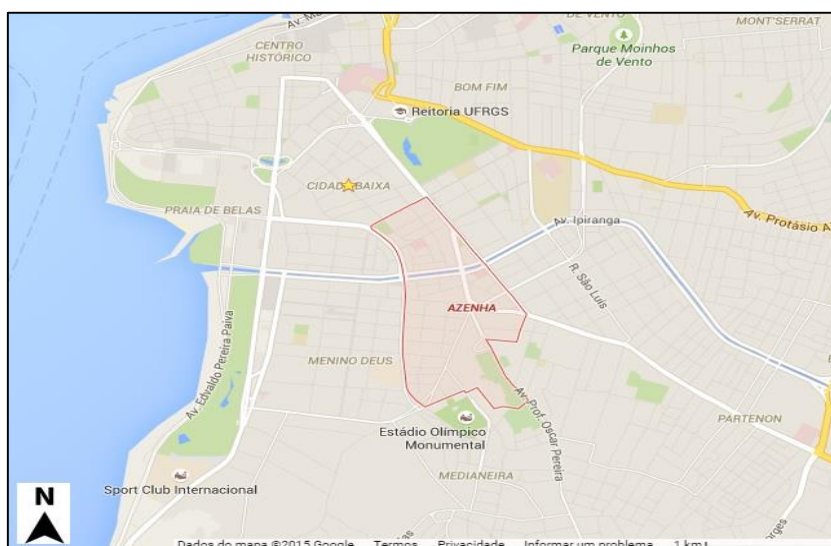


Figura 24. Localização do bairro Azenha, destacado em vermelho – Porto Alegre/RS. Fonte. Google Maps, 2015.

Este açoriano foi o primeiro plantador de trigo e fabricante de farinha de Porto Alegre, utilizando o trecho do Arroio Dilúvio, que era antigamente denominado de Arroio da Azenha,

³⁷ PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Os bairros criados por lei. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=129. Acessado em: 22/07/2014.

³⁸ Dados do Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: http://populacao.net.br/populacao-azenha_porto-alegre_rs.html. Acessado em: 20/06/2014

³⁹ Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, Cemitério São José I e II, Cemitério Luterano Evangélico Cristo, Cemitério União Israelita Porto Alegrense, Cemitério Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas, localizados na Avenida Oscar Pereira.

represando a água necessária para o funcionamento de seu moinho. De acordo com Sanhudo (1979), Chico da Azenha, por ser muito atarefado em moer o trigo que a freguesia lhe trazia e cuidar da família (17 filhos) nunca se deu conta que estava fundando um bairro.

Este arroio que beneficiava o moinho e auxiliou no desenvolvimento de suas atividades comerciais, também colaborava para o isolamento de grande parte da região Leste e Sul da cidade e por isto foi construída uma ponte de madeira. Franco menciona:

Consta nas atas da Câmara Municipal, que, em 1777, os membros daquela corporação foram coagidos pelo Governador da Capitania, Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, a destinarem uma verba ‘para a fatura da ponte do passo de Francisco Antônio’, o que vem a ser a primeira ponte da Azenha. Tal construção não foi duradoura, tanto que em 1802 os camaristas resolveram determinar ao procurador que mandasse ‘fazer a ponte da Azenha à custa de todos os moradores que transitam pela dita ponte’. E resoluções similares a essa se reproduziram várias vezes, porquanto as torrenciais enchentes do arroio Dilúvio sistematicamente danificavam a obra, de molde a exigir retificações e reparos. (...) Em 1897, numa enchente, em data de 23 de Junho, a velha ponte sofre virtual destruição, sendo necessário reconstruí-la, o que foi completado em 1900 pelo Intendente José Montauray. (FRANCO, 2006, p. 48).

Apesar da precariedade de acesso ao bairro, a ponte era o modo de contato com a estrada do Mato Grosso, conhecida mais tarde por Caminho da Azenha, bem como estabelecia o vínculo de Porto Alegre com sua antiga capital, Viamão. A figura 25 mostra a Ponte da Azenha em diferentes períodos, as pinturas 1 e 2 trazem a ponte durante o século XIX, já a foto 3 representa a ponte na década de 1940 e a imagem 4 mostra a ponte no período atual, esta última teve a construção iniciada em 1936. Esta construção facilitava o acesso a uma parte significativa dos arredores desta povoação, e foi por onde aconteceria a expansão natural da futura cidade de Porto Alegre.



Figura 25. Ponte da Azenha em diferentes períodos.

Disponível em: <http://lealevalerosa.blogspot.com.br/2010/04/conflitos-em-porto-alegre.html>. Acessado em: 26/07/2014.

Franco (2006) explica que constantemente se faz referência, em documentações do século XIX, à casa de Laurentino Antônio da Silva, parente de Chico da Azenha, que morava na confluência do Caminho da Azenha com a Estrada do Mato Grosso (atual Avenida Bento Gonçalves), primeiramente porque foi de sua casa que partiram os rebeldes farroupilhas que visavam o ataque à Porto Alegre no ano de 1835⁴⁰. Outra razão é o fato de a Câmara Municipal, em vistorias realizadas em 1844, tomar procedimentos contra Laurentino por estreitar a Estrada da Azenha ou cercar de espinhos a entrada da Estrada do Mato Grosso.

Com o final da Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha em 1845⁴¹, o bairro assume novas características urbanísticas, tendo em vista a transferência dos três cemitérios da cidade para o alto de suas colinas, sendo o primeiro deles, o da Santa Casa de Misericórdia, em

⁴⁰ IBGE (2014), em 20 de setembro de 1835, devido a insatisfação econômica e política acontece uma série de desentendimentos com o governo central, iniciando-se na cidade um conflito que tomou um cunho republicano e separatista, a Revolução Farroupilha. O primeiro combate ocorre na antiga Ponte da Azenha, com a cidade sendo ocupada no dia seguinte pelas forças revolucionárias, chefiadas pelos coronéis José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira. Porto Alegre permanece sob o domínio revolucionário até 15 de junho de 1836, quando o Major Manoel Marques de Souza, que mais tarde se torna Conde de Porto Alegre, conseguiu retomar a cidade.

⁴¹ HARTMANN, I. Aspectos da Guerra dos Farrapos. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2002. Disponível em: <http://poavive.files.wordpress.com/2010/09/aspectos-da-guerra-dos-farrapos.pdf>. Acessado em: 20/06/2014.

1850. Assim, melhoramentos no bairro passaram a ocorrer, sobretudo quando se aproximava o Dia de Finados. No ano de 1864, a rua conheceu a ‘maxambomba’, um veículo de transporte coletivo, que se dirigia ao Menino Deus através da Azenha. Na figura 26 podemos ver a Avenida Oscar Pereira no final do século XIX.



Figura 26. Rua Azenha com a Avenida Oscar Pereira, no bairro Azenha, na cidade de Porto Alegre/RS.

Fonte. Prati – Fotos antigas do Rio Grande do Sul.

Disponível em: <http://www.prati.com.br/FotosAntigas/>. Acessado em: 22/06/2014.

Na Avenida Oscar Pereira se localizam atualmente os cinco cemitérios citados anteriormente (Figura 27).

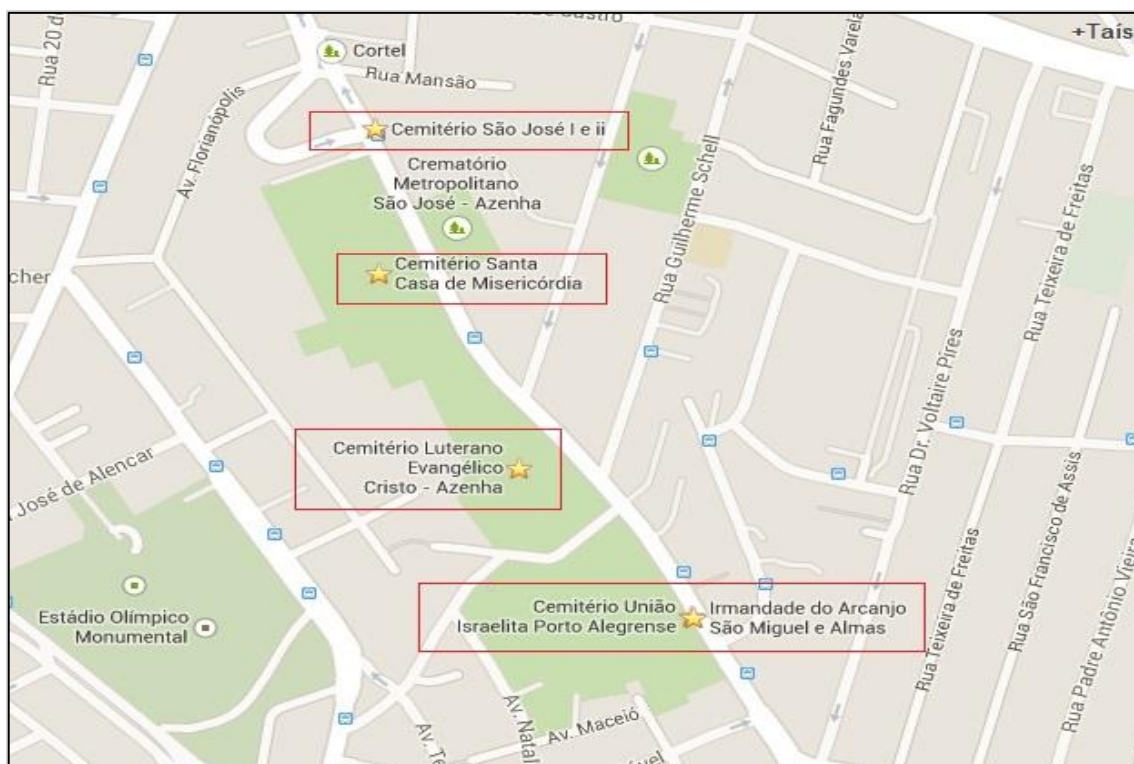


Figura 27. Imagem com a localização dos cinco cemitérios do bairro Azenha, na cidade de Porto Alegre/RS. Fonte. Google Maps, 2015.

Além disto, Franco (2006, p. 49) expõe que “um baixo assinado dos moradores, em 1870, solicitando a colocação de lâmpões para a iluminação pública, demonstrando que o processo de urbanização avançava”.

O bairro nasce em torno do local onde Chico da Azenha se instalou, se desenvolvendo, com o tempo, em direção à região Sul da cidade, com o surgimento de pequenas estâncias, a construção de casas e de outros moinhos. No ano de 1892, segundo este mesmo autor (2000), “as ruas identificáveis com o bairro Azenha contavam 226 prédios, destacando-se a própria Rua da Azenha com 166 construções” e por conta destas edificações e trânsito em 1905 iniciou-se o trabalho de calçamento da Azenha (Figura 28).

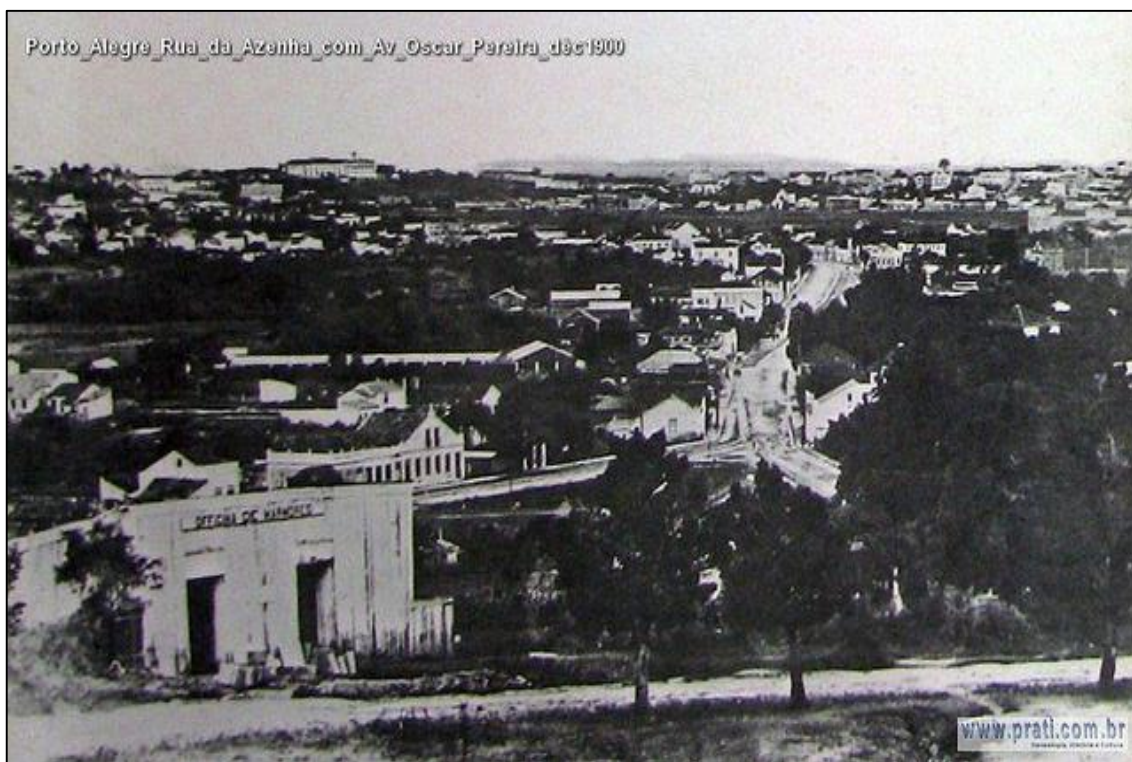


Figura 28. Rua Azenha com a Avenida Oscar Pereira em 1900, cidade de Porto Alegre/RS.

Fonte. Prati – Fotos antigas do Rio Grande do Sul.

Disponível em: <http://www.prati.com.br/FotosAntigas/>. Acessado em: 22/06/2014.

Conforme Franco (2006), entre 1927 e 1944 ocorre o alargamento de toda a extensão desta rua, passando a ter 30 metros de largura e não mais 17 metros, também passa esta a integrar, junto a Praça princesa Isabel e a Avenida Érico Veríssimo, a Segunda Perimetral de Porto Alegre, uma das principais vias arteriais do trânsito urbano da cidade. Dentro deste contexto, a partir da década de 1940 até os anos 1970, é possível visualizar o desenvolvimento físico do bairro Azenha. Na figura 29, por exemplo, vemos a canalização do Arroio Dilúvio no ano de 1947, projeto causador de uma grande transformação urbana na área central da cidade e na figura 30 podemos observar o bairro Azenha no ano de 1955 e um grande aumento no número de construções na área.



Figura 29. Canalização do Arroio Dilúvio entre as Avenidas Azenha e Ipiranga – Porto Alegre/RS.
Fonte. Prati – Fotos antigas do Rio Grande do Sul.
Disponível em: <http://www.prati.com.br/FotosAntigas/>. Acessado em: 22/06/2014.

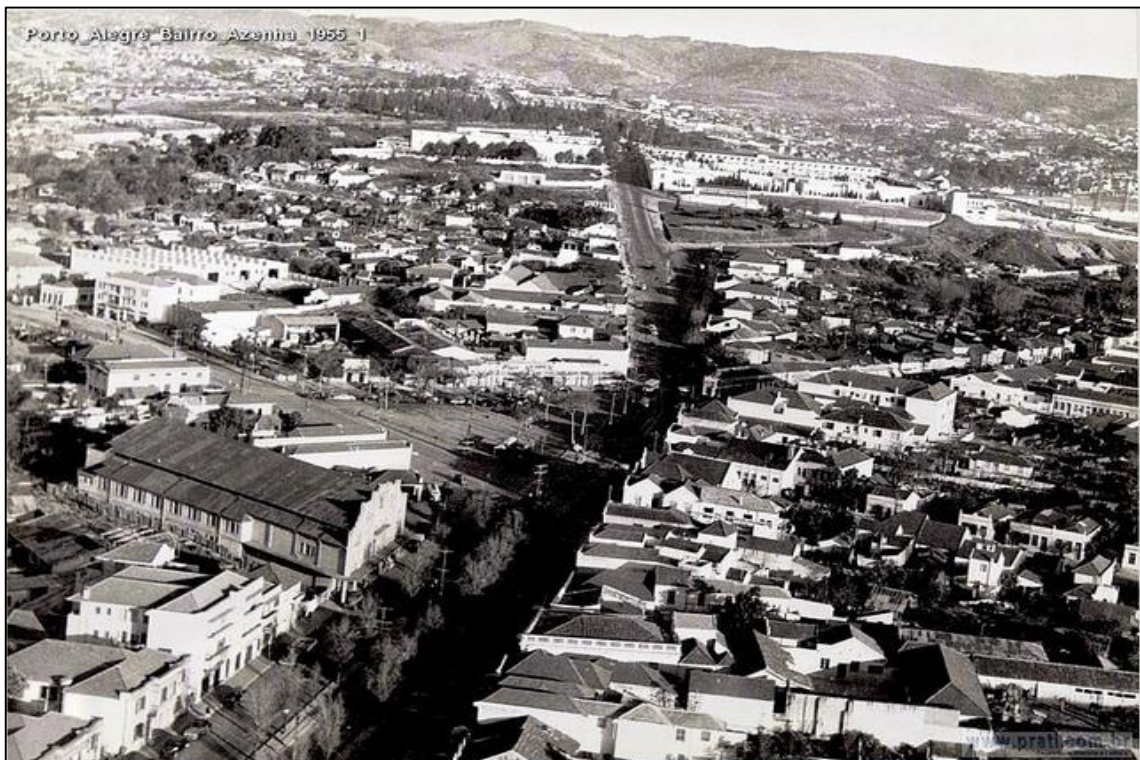


Figura 30. Bairro Azenha em 1955 – Porto Alegre/RS.
Fonte. Prati – Fotos antigas do Rio Grande do Sul.
Disponível em: <http://www.prati.com.br/FotosAntigas/>. Acessado em: 22/06/2014.

O bairro foi criado pela Lei nº 2022 de 7 de dezembro de 1959, com limites alterados pela Lei nº 4685 de 21 de dezembro de 1979⁴². Atualmente, segundo dados do IBGE (2010)⁴³, a população deste do bairro é de 13.459, sendo a população desta área composta de 56.01% de mulheres e 43.99% de homens. E o que verificamos na Avenida Azenha é o desenvolvimento do comércio varejista e um intenso movimento (Figura 31).

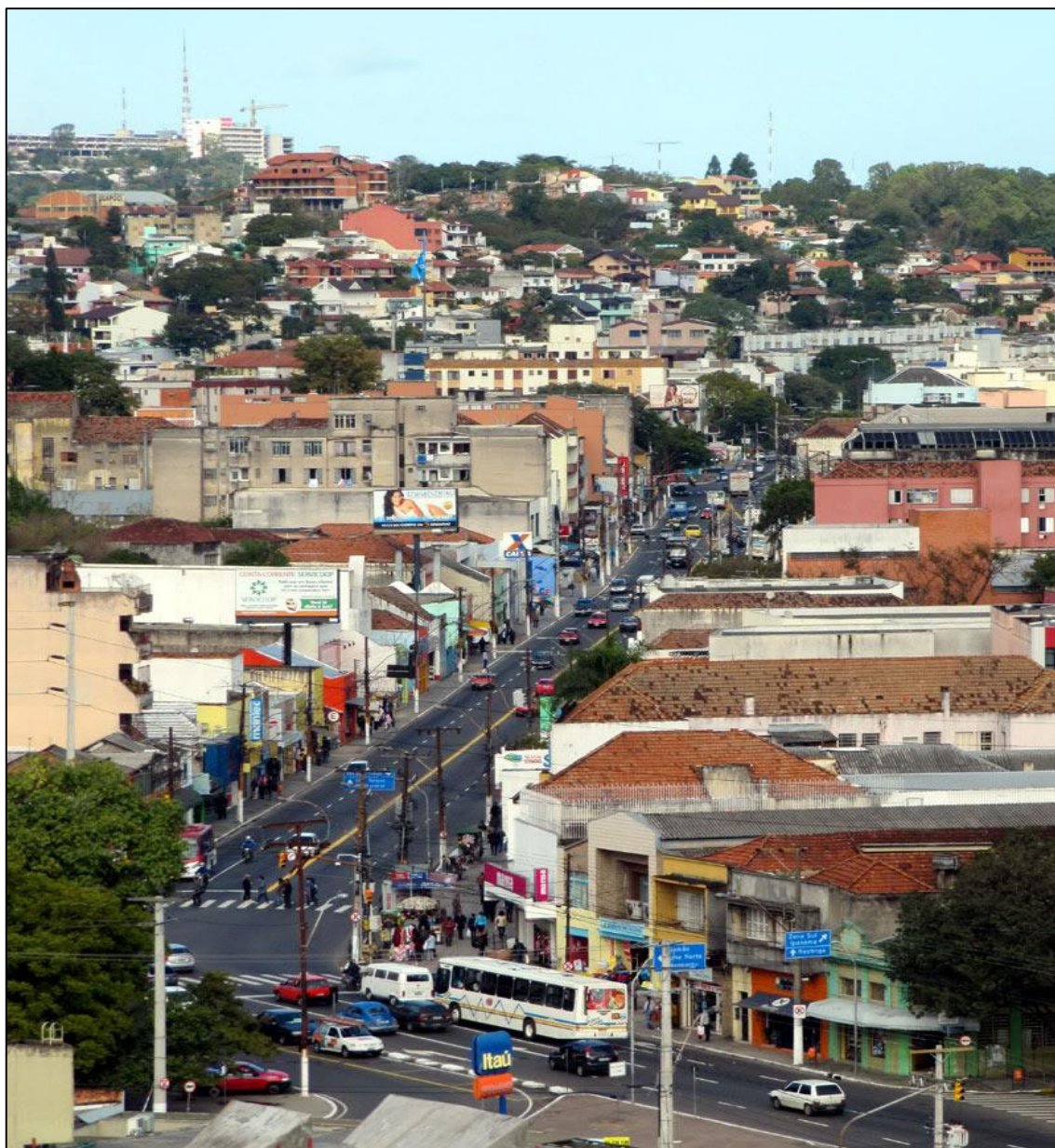


Figura 31. Avenida Azenha, Porto Alegre/RS.

Fonte. Skyscrapercity. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=925984>. Acessado em: 30/07/2014.

⁴² PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Os bairros criados por lei. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=129. Acessado em: 22/07/2014.

⁴³ Dados do Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: http://populacao.net.br/populacao-azinha_porto-alegre_rs.html. Acessado em: 20/06/2014.

Será dentro deste contexto da formação do bairro Cidade Baixa e, principalmente, do bairro Azenha, que torna possível trazer a área conhecida antigamente como Ilhota, pois esta fazia parte de ambos os bairros, Gehlen (1998)⁴⁴ comenta que no ponto extremo Sul da Cidade Baixa e da Azenha, existia uma porção de terra que era conhecida por Ilhota, em virtude das cheias que acabaram por formar uma ilha. De acordo com Soster, se referindo a Azenha:

Nos períodos de chuvas, estas áreas baixas eram alagadas, visto que tanto o Arroio Dilúvio, que formava a Ilhota, quanto o Arroio Cascatinha, que percorria seu curso entre a Rua Arlindo e a Getúlio Vargas em direção ao Dilúvio, transbordavam, tornando estas áreas cada vez mais depreciadas em relação às regiões entorno. A falta de infra-estrutura e de investimentos (...). Favoreceu não só a deterioração das estruturas pré-existentes (cortiços) como também o aumento da concentração de uma população de baixa renda, com malocas. (SOSTER, 2001, p. 137).

Também se referindo à Ilhota, Bastos em seu blog com fotografias antigas de Porto Alegre⁴⁵, comenta que a área conhecida como Ilhota concentrava principalmente gente muito pobre, migrantes das regiões rurais que buscavam melhores condições de vida, mas quando chegaram à cidade não conseguiam empregos e acabaram por se fixar neste local construindo seus casebres e formando uma vila no local. Soster (2001, p. 137) afirma que:

(...) a falta de infraestrutura e de investimentos por parte do município favoreceu não só a deterioração das estruturas pré-existentes (cortiços) como também o aumento da concentração de uma população de baixa renda, com as malocas. (...) Apesar das obras realizadas ao longo da primeira metade do século XX nos cursos dos arroios (...), nenhuma delas promoveu uma mudança significativa nessa área, mantendo-se assim até os anos 60 a concentração de submoradias no local. (SOSTER, 2001, p. 137).

É neste período que surge, em 30 de dezembro de 1965, através da Lei nº. 2.902, o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), que será visto novamente mais adiante, cuja função era a construção de habitações que substituíssem as moradias precárias existentes até então. Suas atribuições são:

Desenvolver a política habitacional do município partindo da compreensão de que habitação de interesse social é aquela que visa retirar das áreas marginais urbanas seus atuais moradores, proporcionando-lhes novas e melhores moradias, para integrá-los na vida econômica e cultural da comunidade; promover a desapropriação de imóveis declarados de utilidade pública ou interesse social, para utilização na política habitacional; promover loteamentos destinados à moradia popular e manter o respectivo cadastro; adquirir sempre que possível, por concorrência pública, áreas de

⁴⁴ Dados retirados de GEHLEN, I. (coord. geral) et al., estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS. LABORS - IFHC/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

⁴⁵ Porto Alegre uma História Fotográfica, por Ronaldo Marcos Bastos.

Disponível em: <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/>. Acessado em: 23/06/2014.

terra para a construção de conjuntos residenciais; realizar convênios com entidades de direitos público ou privado para finalidades que se enquadram nas atribuições da autarquia; efetuar a venda de terrenos e habitações, sob financiamentos, mediante inquérito social; administrar seus bens e promover medidas objetivando a racionalização dos serviços a seu encargo. (Art. 3º da Lei nº. 2.902/1965).

Seu objetivo é, segundo o Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre (2009, p. 32), realizado pelo DEMHAB, “fugir de atividades improvisadas, dedicando-se à execução de projetos organizados e financiados pelo BNH, porém, apenas em 1971 obtém os primeiros recursos junto a este órgão federal”. Este mesmo diagnóstico informa que:

As remoções de vilas e núcleos irregulares, entre o período de 1965 até meados de 1970, continuaram com força, através do lema: “Remover para Promover”. Existem documentos datados de 1966 mostrando a retirada das vilas Ilhota (próxima à atual Érico Veríssimo), Secular, Ilha do Povão, Teodora, Marítimos e Santa Luzia, localizadas nas proximidades da região central de Porto Alegre, para um terreno adquirido na zona rural de Porto Alegre chamado de Restinga. Os recursos investidos eram de fundo municipal, pois o BNH não havia repassado verba. Os planos de tornar a vila regularizada, com toda a infra-estrutura e com boas habitações aos novos moradores, tiveram que ser adiados. (DEMHAB, 2009, p. 32).

Dentro deste contexto, verificou-se então a necessidade de regras urbanísticas visando soluções diferenciadas para a cidade de Porto Alegre e mais especificamente a área compreendida pela Ilhota, pois, segundo Soster (2001, p. 145), “começava a despertar o interesse da indústria da construção”. Por conta das enchentes e dos diversos núcleos irregulares, de acordo com Sanhudo (1979, p. 220) “planejou-se a retificação do Arroio Dilúvio, extirpou-se-lhe a manhosa bolsa que alagava a Ilhota e deu-se ao Menino Deus essa ponte que tanta dor de cabeça custou aos espíritos retrógrados de então”. Soster afirma ainda que:

As tentativas de reorganização da área que ficou conhecida como Ilhota existiam desde o início do século XX, primeiro com José Montauray, posteriormente com Loureiro da Silva, na década de 40, já reeleito, o qual tentou resolver o problema desta área e promoveu a elaboração do primeiro projeto de Reurbanização e Reloteamento da Ilhota, dentro da idéia do Plano Diretor, tornado Lei em 1959, na administração Ildo Menghetti, o que significaria desapropriação. (SOSTER, 2001, p. 145).

Ainda de acordo com a autora (2001), após o levantamento da população quanto a sua procedência, faixa etária, número de filhos, média salarial e verificação se eles possuíam terrenos em outro local, onde os 20% dos moradores sem possibilidades de se instalar em um novo local foram removidos. Soster (2001, p. 146) comenta que “1200 barracos foram removidos da Ilhota, para a concretização do Projeto Renascença (...) e foram levados para um novo local, na porção mais ao Sul da cidade, 22 km do centro, chamado Vila Restinga”. Local

este que não contava com infraestrutura adequada para seus novos moradores havia esgotos a céu aberto, falta de calçamento e moradias precárias, verificando-se a reprodução das condições anteriores em um novo lugar.

Na área da Ilhota, por falta de recursos, o Projeto acabou sendo arquivado e retomado somente em 1973 com a elaboração de um novo plano de reurbanização denominado Projeto Renascença e implantação do Plano CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), que criava benefícios visando a revalorização de áreas importantes para a expansão urbana na época. Importante, pois estava próxima ao centro da cidade e de locais já estruturados, havia também uma demanda residencial e que, conforme dito anteriormente, despertava o interesse da indústria de construção. Os bairros Azenha, assim como a Cidade Baixa e a Ilhota se encontravam, respectivamente, na 1ª, 3ª e 4ª zonas de interesse deste projeto. Lugares estes relevantes para a renovação urbana que se verificava no período, que levou a valorização dos terrenos, com o conseqüente aumento dos aluguéis (SOSTER, 2001).

Todas estas transformações auxiliaram na valorização de ambos os bairros, alterando assim suas configurações. Ainda de acordo com a autora (2009, p. 66), “uma nova configuração aconteceu com o Projeto Renascença”, que abriu a Avenida Érico Veríssimo e criou o centro Municipal de Cultura, na área onde antigamente situava-se a Vila conhecida como Ilhota.

O bairro Azenha foi criado pela Lei 2022 de 7/12/59, com limites alterados pela Lei 4685 de 21/12/79. Trata-se de um espaço que é uma das principais vias de passagem de Porto Alegre, possuindo um forte comércio, especialmente com relação às lojas de autopeças. Situa-se no bairro um dos mais antigos hospitais da cidade, o Ernesto Dornelles, inaugurado em 1962, situado entre a Av. Ipiranga e Rua Freitas de Castro, em uma área de 11 mil quadrados.

Estando a comunidade quilombola da Família Fidélis, localizada oficialmente no bairro Azenha (Figura 1), inserida neste contexto de reurbanização, foi importante conhecer mais especificamente a ocupação de ambos os bairros. Isto porque os moradores deste quilombo estão, de alguma forma, ligados ao antigo Areal da Baronesa e a Ilhota, pois estes são locais que concentravam a população negra e de baixa renda na área central de Porto Alegre.

Poderemos então analisar como se deu a criação da territorialidade quilombola deste grupo, através do desenvolvimento do conjunto de suas formas ao longo do tempo e das heranças deste passado, sejam estas visíveis ou não. Desta maneira, se torna possível a identificação do reflexo desta história na organização destes em seu território e na identidade de seus moradores atuais. Conforme Carlos:

Trata-se, no entanto, de analisar a cidade, 'por dentro', isto é, refletir sobre a sua natureza. Deve-se aqui lembrar que a cidade tem a dimensão do humano refletindo e reproduzindo-se através do movimento da vida, de um modo de vida, de um tempo específico, que tem na base o processo de constituição do humano. [...] Estamos, aqui, tentando pensar a cidade dentro de uma totalidade a partir da qual ela é possível de ser apreendida. A cidade enquanto produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com sua história. Portanto, ela vai se transformando à medida que a sociedade como um todo se modifica. (CARLOS, 1992, p. 67 e 68).

Através desta análise traremos agora as características socioeconômicas do Quilombo da Família Fidélis na cidade de Porto Alegre, para que esta caracterização possa auxiliar, mais adiante, no entendimento de como sua trajetória até a capital molda sua identidade enquanto cidadãos.

4 QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX NA CIDADE

4.1 Caracterizações do espaço no PDDUA⁴⁶

Galvão; França e Braga (2009) comentam que apesar de a sociedade estar mais globalizada, não existe uma real homogeneidade de tempo e espaço, já que as diferentes unidades que formam o todo originam um desenvolvimento desigual entre os lugares, já que cada lugar apresenta um ritmo temporal diferente, onde as inovações não atingem todos os espaços da mesma forma.

A partir desta ideia, podemos identificar esta desigualdade dentro do território de Porto Alegre, que, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA, 1999), está dividido em Área de Ocupação Intensiva e Área de Ocupação Rarefeita. Estas duas dividindo-se em Unidades de Estruturação Urbana, Macrozonas e Regiões de Gestão do Planejamento, conforme os artigos descritos abaixo.

Art. 27. O território de Porto Alegre divide-se, por seu Modelo Espacial, em Área de Ocupação Intensiva e Área de Ocupação Rarefeita.

§ 1º Área de Ocupação Intensiva (AOI) é a área que, conciliada com a proteção do Patrimônio Ambiental, se caracteriza como prioritária para fins de urbanização abrange:

I – a área contínua com os limites definidos na planta do Anexo 1.1;

II – as áreas dos Núcleos Intensivos isolados da malha urbana contínua, como segue:

- a) Belém Velho, constituído pela Unidade de Estruturação Urbana nº 8026;
- b) Belém Novo, constituído pela Unidade de Estruturação Urbana nº 8078;
- c) Lami, constituído pela Unidade de Estruturação Urbana nº 8084;
- d) Ilha da Pintada, constituído pela Unidade de Estruturação Urbana nº 9032;

§ 2º Área de Ocupação Rarefeita (AOR) é a área com características de baixa densificação, onde será dada predominância à proteção da flora, da fauna e demais elementos naturais, admitindo-se, para a sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária.

Art. 28. As áreas de Ocupação Intensiva e Rarefeita dividem-se em Unidades de Estruturação Urbana, Macrozonas e Regiões de Gestão do Planejamento.

I – Unidades de Estruturação Urbana – UEUs – são módulos estruturadores do Modelo Espacial definidos pela malha viária básica, podendo ser divididos em Subunidades quando englobarem regimes urbanísticos distintos;

II – Macrozonas são conjuntos de Unidades de Estruturação Urbana com características peculiares quanto a aspectos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais;

⁴⁶ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA.** Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf. Acessado em: 11/03/2015.

III – Regiões de Gestão do Planejamento são unidades de divisão territorial para fins de descentralização da gestão participativa do desenvolvimento urbano ambiental. (PDDUA, 1999, p. 42 e 43)⁴⁷.

Ainda de acordo com o PDDUA as macrozonas que dividem o município de Porto Alegre, de acordo com o Artigo 29, são identificadas como:

Art. 29. As Macrozonas dividem o território municipal em:

I - Macrozona 1 - Cidade Radiocêntrica: engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do Município, com incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural;

II - Macrozona 2 - Corredor de Desenvolvimento: constitui a área entre a BR-290, a Av. Sertório e a Av. Assis Brasil, sendo estratégica para empreendimentos auto-sustentáveis de polarização metropolitana, com integração de equipamentos como o Aeroporto e as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA S.A.;

III - Macrozona 3 - Cidade Xadrez: compreendida entre a Av. Sertório e Cidade da Transição no sentido norte-sul e entre a III Perimetral e o limite do Município no sentido oeste-leste. Constitui a cidade a ser ocupada através do fortalecimento da trama macroestruturadora xadrez, do estímulo ao preenchimento dos vazios urbanos e da potencialização de articulações metropolitanas e novas centralidades. São marcos estruturadores os três Corredores de Centralidade: Sertório/Assis Brasil, Anita Garibaldi/Nilo Peçanha e Ipiranga/Bento Gonçalves;

IV - Macrozona 4 - Cidade da Transição: compreendida entre a Cidade Radiocêntrica e a Cidade Jardim, devendo manter suas características residenciais, com densificação controlada e valorização da paisagem. Constitui marco estruturador desta Macrozona o Corredor de Centralidade Cavallhada/Tristeza, que faz conexão entre bairros, sendo limitado longitudinalmente pelas ruas Dr. Barcellos e Pereira Neto.

V - Macrozona 5 - Cidade Jardim: caracteriza-se pela baixa densidade, pelo uso residencial predominantemente unifamiliar e elementos naturais integrados às edificações, com especial interesse na orla do Guaíba;

VI - Macrozona 6 - Eixo Lomba-Restinga: estrutura-se ao longo das Estradas João de Oliveira Remião e João Antônio da Silveira, com potencial para ocupação residencial miscigenada, em especial para projetos de habitação de caráter social, apresentando áreas com potencial de ocupação intensiva, situadas na Área de Ocupação Rarefeita;

VII - Macrozona 7 - Restinga: bairro residencial da Zona Sul cuja sustentabilidade tem base na implantação do Parque Industrial da Restinga. Liga-se com a Região Metropolitana através do Corredor de Produção;

VIII - Macrozona 8 - Cidade Rururbana: área caracterizada pela predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo, uso residencial e setor primário, compreendendo os núcleos intensivos de Belém Velho, Belém Novo e Lami, bem como as demais áreas a partir da linha dos morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa;

IX - Macrozona 9 - Parque Estadual Delta do Jacuí: área de preservação do patrimônio natural, que constitui elemento fundamental para o processo de desenvolvimento sustentado e inclui o Núcleo de Ocupação Intensiva da Ilha da Pintada, devendo ser valorizada através da utilização do solo compatível com a sua função no equilíbrio ambiental da cidade. (PDDUA, 1999, p. 43 e 44).

⁴⁷ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf. Acessado em: 11/03/2015.

Para este trabalho, iremos descrever brevemente somente a Macrozona 1 que é chamada de Cidade Radiocêntrica e pode ser observada na figura 32, aqui se localizam os bairros Cidade Baixa e Azenha, já apontados anteriormente. Ambos os locais abrigavam os antigos Areal da Baronesa e Ilhota e neles encontraremos a Rua Oto Ernest Meier, onde está fixado a comunidade quilombola da Família Fidélix.



Figura 32. Mapas das Macrozonas de Porto Alegre/RS, com a Macrozona 1 destacada em amarelo. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. PDDUA (1999).

Esta macrozona, conforme Artigo 28 do PDDUA (1999) é chamada de Cidade Radiocêntrica, que “engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do Município, com incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural”. Esta cidade radiocêntrica, segundo

informações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2012), corresponde ao local onde a cidade inicialmente se desenvolveu, junto com a presença do Guaíba, tratando-se da porção urbana mais consolidada do município, com traçado viário bem definido a partir de um sistema radial de vias principais, lotes em sua maioria ocupados, com altas densidades e uma das infraestruturas mais qualificada da cidade. Nesta Cidade Radiocêntrica se encontram importantes áreas comerciais, como por exemplo, o Shopping Center Praia de Belas, além de áreas residenciais, onde podemos inserir tanto o bairro Cidade Baixa quanto o bairro Azenha. O quadro 7 aponta o número de habitantes destas duas áreas.

Bairros oficiais	Área (ha)	Pop. Censo 1980	Pop. Censo 1991	Pop. Censo 2000	Pop. Censo 2010	Densidade hab/ha
Cidade Baixa	79	19.732	19.441	16.634	16.522	210,6
Azenha	126	15.057	15.433	13.449	13.459	106,7
Total: 78 bairros oficiais	47.025	1.125.477	1.263.239	1.360.590	1.409.351	29

Quadro 7. Situação Demográfica de Porto Alegre – Censos 1980/1991/2000/2010⁴⁸.

Fonte. Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar das características descritas acima, sabemos que a paisagem porto alegreense não é uniforme, mesmo dentro de um só bairro, por exemplo. Em uma área de classe média, cujo no entorno visualizam-se prédios modernos que ostentam um maior nível de renda dos moradores, está inserida a Rua Oto Ernest Meier, com habitações mais simples, quando comparado aos condomínios do entorno. Este lugar acaba se destacando na paisagem e demonstra também, segundo Costa:

(...) a imagem de uma resistência bravia, por conseguirem permanecer nesses locais, que em algum momento da história da Capital foram revalorizados e promoveram a expulsão da população mais pobre que veio antes, seja por meio de políticas públicas de reurbanização, seja pela pressão da especulação imobiliária. (COSTA, 2008, p. 48).

⁴⁸ Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Dados disponíveis em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/anuario/usu_doc/ind_dem_2.pdf e http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/censos_de_80_90_e_2000.pdf. Acessado em: 12/11/2014.

Retomando brevemente a constituição dos bairros inseridos neste trabalho, a áreas da Ilhota e do Areal da Baronesa se estendiam desde a Cidade Baixa até a Azenha e mais o bairro Menino Deus, onde neles se concentravam as famílias marginalizadas, conforme já mencionado anteriormente. A partir das obras de retificação do Riacho, ocorre um processo acelerado de urbanização e por consequência, a valorização imobiliária da região, desta forma uma reorganização do local fica evidente. O número de habitantes cresce, ruas maiores são abertas e um novo perímetro urbano se desenvolve, atraindo um novo segmento de população. Neste momento são iniciados os processos para remoção das vilas e realocação de seus moradores. Partindo desta ideia, Gehlen⁴⁹ afirma:

Com um novo projeto de cidade ordenada, os becos e cortiços foram eliminados, e os mais atingidos neste processo de “limpeza” e o reordenamento espacial localizavam-se na área central da cidade. Os becos foram os principais “alvos” desta reordenação. (GEHLEN, 2008, p. 40).

Sobre este mesmo tema Mattos (2000) afirma que com o crescimento econômico e espacial da cidade, ocorre a retirada dos segmentos empobrecidos da população, que ocupavam os porões e cortiços, decorrente da política de higienização e reordenamento espacial, fatos já mencionados. Ainda segundo esta autora (2000, p. 29), “as áreas mais baixas e de terrenos irregulares (como as várzeas), que constituíam a periferia, seriam espaços para a construção de moradias (muitas em forma de casebres, transformando-se em cortiços ou avenidas) de aluguéis mais baratos”.

Dentro deste contexto histórico torna-se necessário um olhar mais apurado sobre esta paisagem urbana, buscando tudo aquilo que é perceptível através de nossos sentidos (visão, olfato, tato e audição), mas principalmente a visão, pois nos utilizaremos desta para analisar a fisionomia da rua e, desta forma, tentar compreender seu processo de modificação, que foi adaptada conforme as necessidades das atividades humanas.

Este é o caso da comunidade quilombola da Família Fidélix, situada na zona central da cidade de Porto Alegre/RS, mais especificamente no bairro Azenha, quase no limite com o bairro Cidade Baixa, na Rua Oto Ernest Meier. O espaço da comunidade é limitado pela Rua

⁴⁹ Dados retirados de GEHLEN, I. (coord. geral) et al., Estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS. LABORS - IFHC/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

Sebastião Leão de um lado e a Rua João Neves da Fontoura do outro, a frente fica o Hospital Porto Alegre e aos fundos a Rua General Lima e Silva.

Possui, segundo último levantamento de 2009, 37 famílias vivendo nesta área, com cerca de 100 pessoas, grande parte egressa da cidade de Santana do Livramento, possuindo também famílias de outras regiões. A figura 33 mostra a planta do território da Comunidade Quilombola da Família Fidélix e os limites da mesma, normatizado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), onde as casas situam-se nas glebas A e B.

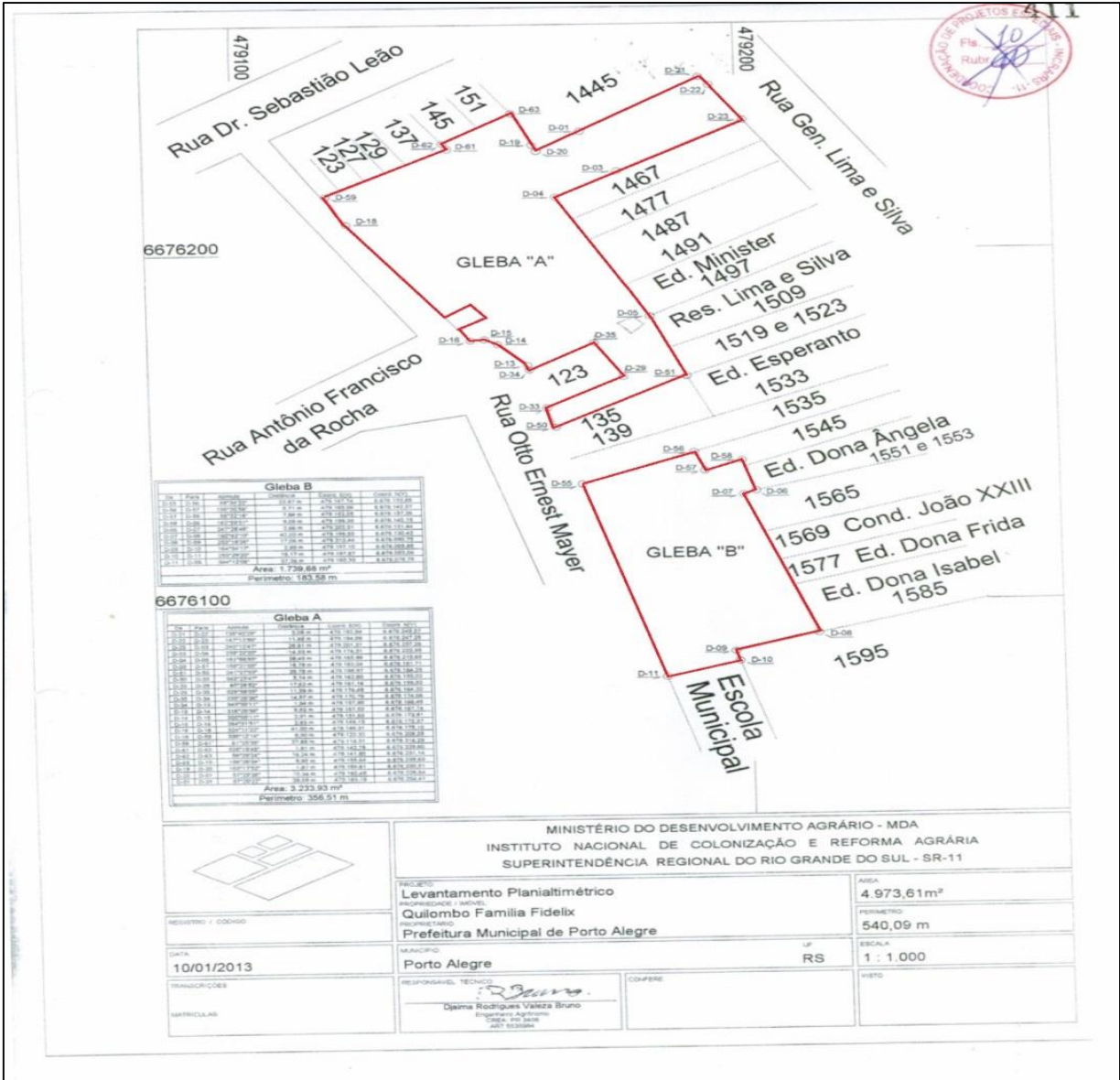


Figura 33. Planta da área do Quilombo da Família Fidélix, destacados em vermelho (Gleba A e Gleba B), conforme relatório do INCRA.
Fonte. ANJOS (2009).

A figura 34 traz uma imagem de satélite destas mesmas glebas A e B do quilombo para uma melhor visualização da área.



Figura 34. Imagem de satélite da área do Quilombo da Família Fidélix, destacados em vermelho (Gleba A e Gleba B), conforme relatório do INCRA.
Fonte: Google Earth, 2014.

Foi fundada no início da década de 1980 por Sérgio Ivan Fidélix, Milton Waldir Teixeira Santana e Hamilton Corrêa Lemos, que vieram a capital em busca de melhores condições de vida, acabando por se fixar no bairro Azenha, nos terrenos que ficaram vazios devido a remoção da antiga Ilhota. A figura 35 mostra a placa com a placa da Rua Oto Ernest Meier, fixada em uma das casas do quilombo.



Figura 35. Placa da Rua Oto Ernest Meier, fixada em uma das casas do quilombo – Porto Alegre/RS.
Fonte. (ANJOS, 2009).

Chegando neste espaço notamos que possui casas de um ou dois andares, algumas destas estão com os tijolos expostos e/ou tinta desgastada, outro detalhe é que algumas das moradias seguem em um longo processo de autoconstrução e/ou reforma dependente das condições financeiras de seus moradores. Nas figuras 36 e 37 observamos a passagem Antônio F. Rocha, entre a Rua Dr. Sebastião Leão e a Rua Oto Ernest Meier, com casas que fazem parte do Quilombo.



Figuras 36 e 37. Passagem Antônio F. Rocha – Porto Alegre/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

Segundo Anjos (2009) 33,3% das residências são de alvenaria, 43,3% são de alvenaria e madeira; 73,3% possuem sala e um ou dois quartos são 76,7%, onde 82,8% das moradias possuem até quatro pessoas. Sobre a situação das moradias, 79,3% são próprias e 13,8% são cedidas.

Na figura 38 observamos outro ponto da Rua Oto Ernest Meier, logo após a saída da Passagem Dr. Sebastião Leão - Antônio F. Rocha, em direção a Rua João Neves da Fontoura, com algumas casas do quilombo à esquerda da foto e os condomínios à direita.



Figura 38. Vista da Rua Oto Ernest Meier.
Fonte. Foto da autora (2014).

Já nas figuras 39 e 40 verificamos a entrada de uma das áreas que fazem parte do terreno do quilombo, neste espaço moram Sérgio Fidélis, sua esposa e sogra, Maria Helena da Silva e Olinda da Silva, respectivamente, além de Hamilton Corrêa Lemos e sua família, além de Otilmo Dias Afonso, Luís Roberto Machado e Paulo Roberto Ilha.



Figuras 39 e 40. Vista da entrada de parte do terreno no Quilombo da Família Fidélis – Porto Alegre/RS.
 Fonte. Foto da autora (2014).

Na figura 41 observamos o mesmo terreno, onde ao fundo está a casa onde moram Otilmo Dias Afonso, Luís Roberto Machado e Paulo Roberto Ilha, já mencionados no texto. E na figura 42 observamos a casa de Hamilton Corrêa e sua família, com os condomínios da Rua General Lima e Silva ao fundo.



Figura 41. Parte do terreno do Quilombo da Família Fidélis.
 Fonte. Foto da autora (2014).



Figura 42. Casa de Hamilton Lemos com condomínios da Rua General Lima e Silva ao fundo.
Fonte. Foto da autora (2014).

A figura 43 mostra o banner da Associação Comunitária e Cultural Remanescentes de Quilombo da Família Fidélis, com a data do reconhecimento, além de cursos e projetos que desejam promover na comunidade como, por exemplo, projeto de melhorias habitacionais, cursos de inglês e espanhol, assim como de corte e costura, visando melhoria nas condições de moradia dos quilombolas e também a inclusão e capacitação dos mesmos para o mercado de trabalho.



Figura 43. Espaço da Associação comunitária e também onde residem três moradores do quilombo.
Fonte. Foto da autora (2014).

Na próxima imagem (Figura 44) observamos, da esquerda para a direita, Sérgio Ivan Fidélis, seu pai Jakes Fidélis e Hamilton Corrêa Lemos no terreno que dividem no quilombo, juntamente com os demais familiares.



Figura 44. Da esquerda para a direita, Sérgio Fidélis, seu pai Jakes Fidélis e Hamilton Corrêa Lemos.
Fonte. Foto da autora (2014).

Nas figuras 45 e 46 temos o terreno com a casa de Valmir Fidélis, irmão de Sérgio, mora junto com Jakes Fidélis, pai de ambos, à direita e, neste mesmo terreno também existe a casa de Pedro Nunes, à esquerda da foto.



Figura 45. Parte do terreno do Quilombo da Família Fidélis.
Fonte. Foto da autora (2014).



Figura 46. Parte do terreno do Quilombo da Família Fidélis.
Fonte. Foto da autora (2014).

A observação do entorno demonstra o visível contraste das construções da comunidade em relação com a área ao redor, caracterizada por ruas arborizadas com prédios/condomínios e casas que demonstram ser, tanto o bairro Cidade Baixa quanto o bairro Azenha, áreas de classe média da cidade de Porto Alegre. Nas figuras 47 e 48 temos a vista dos condomínios que circundam a Rua Oto Ernest Meier, em frente ao Quilombo, assim como o Hospital Porto Alegre à direita na segunda foto.



Figuras 47 e 48. Vista dos condomínios e do Hospital Porto Alegre.
Fonte. Foto da autora (2014).

De acordo com dados socioeconômicos das famílias, levantados para o Anjos (2009) demonstravam uma marcante presença feminina, sendo 50% delas responsáveis pela família, onde 40% das mulheres possuíam o ensino fundamental completo, enquanto os homens, 53% têm o ensino fundamental incompleto; 26,7% dos responsáveis, homens e mulheres possuíam o ensino médio completo. Destas mulheres, 60% estavam entre a faixa etária de 25 a 39 anos e dos responsáveis pela família do sexo masculino, 60% estão na faixa etária de 40 a 59 anos.

Quanto ao estado civil, 54,4% das responsáveis do sexo feminino vivem sem um cônjuge/companheiro, moram sozinhas, com filhos ou outro parente, são solteiras, divorciadas ou viúvas; já 73,4% dos homens responsáveis pela família são casados ou possuem união estável. E 86,7% destas famílias possuem filhos, 56,7% na faixa etária de 0 a 2 anos, 33,3% na faixa de 3 a 5 anos e 6,7% com mais de 6 anos, onde 12,8% destas ainda estão na idade pré-escolar, conforme gráfico 1.

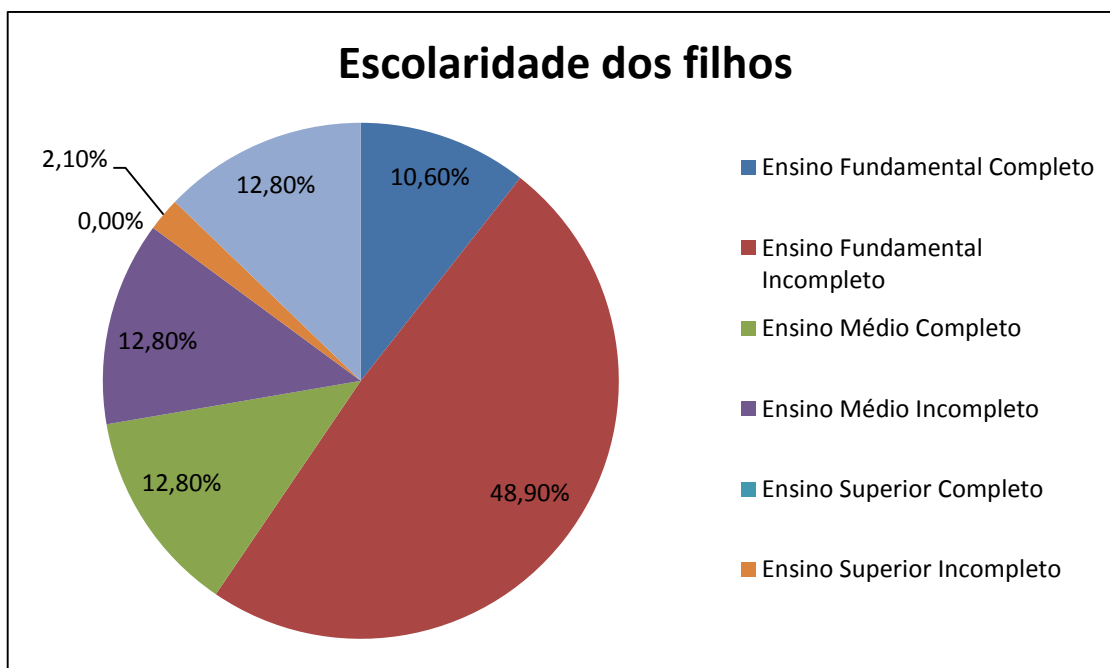


Gráfico 1. Escolaridade dos filhos de moradores responsáveis pela família.
 Fonte. Elaborado pela autora a partir dos dados de ANJOS (2009).

Referente à renda média mensal dos moradores da comunidade quilombola da Família Fidélis, 70% destas famílias recebem de 0 a 2 salários mínimos, renda que pode ser considerada muito baixa, principalmente se comparada à renda da população do bairro Cidade Baixa e do bairro Azenha que são, respectivamente, 11,2 salários mínimos e 10,73 salários mínimos⁵⁰. A ocupação predominante entre os moradores, homens e mulheres, pode ser visualizada nos gráficos 2 e 3, que demonstram uma maior porcentagem de autônomos entre a população masculina e, entre as mulheres, a maioria trabalha como empregada doméstica, seguida de funcionárias de empresas privadas, aposentadas/pensionistas e funcionárias públicas.

⁵⁰ Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=131. Acessado em: 14/11/2013.

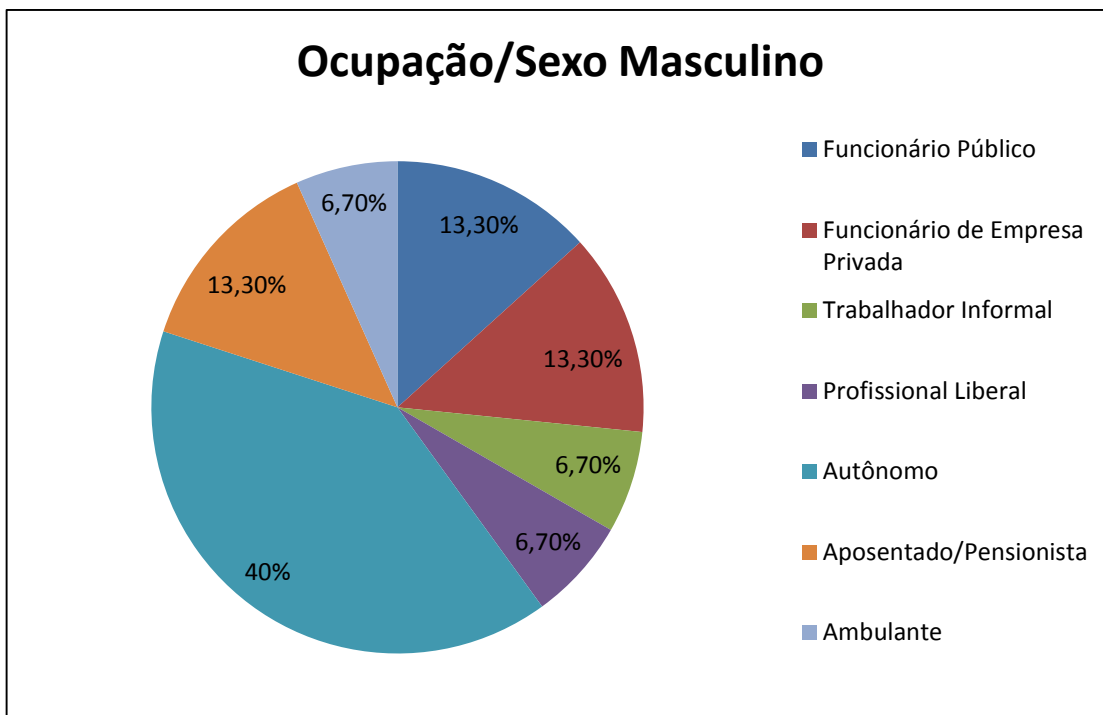


Gráfico 2. Ocupação do responsável pela família do sexo masculino.
 Fonte. Elaborado pela autora a partir dos dados de ANJOS (2009).

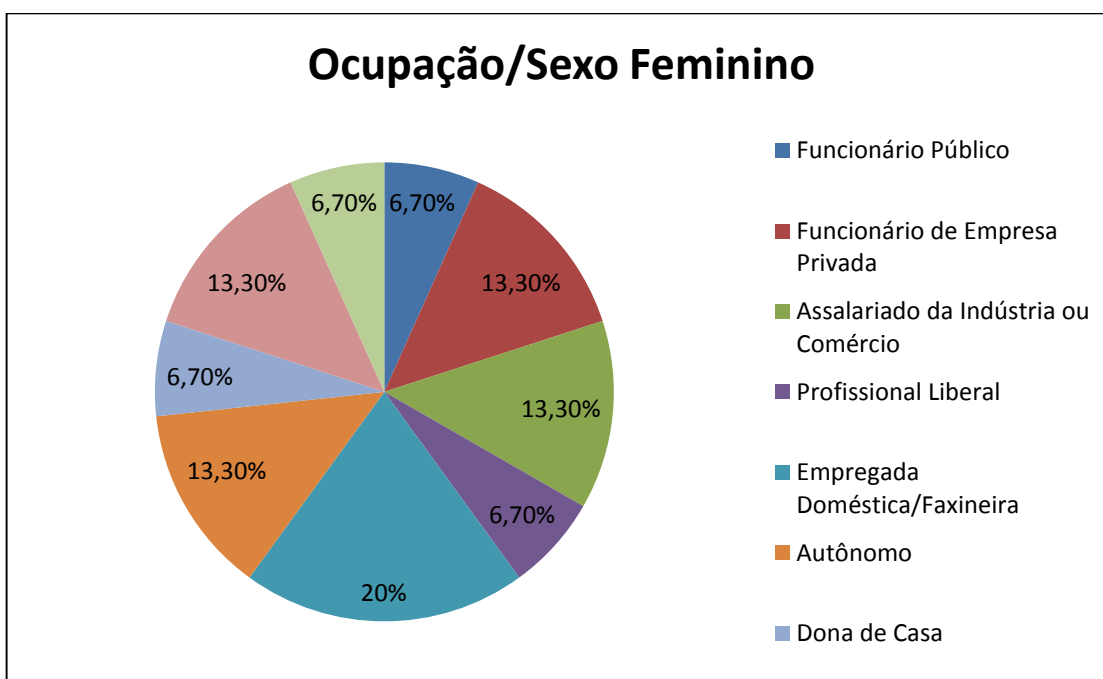


Gráfico 3. Ocupação do responsável pela família do sexo feminino.
 Fonte. Elaborado pela autora a partir dos dados de ANJOS (2009).

Dentro deste contexto devemos lembrar que, falar em cidade nos remete a sua morfologia, suas formas físicas, suas construções, já o urbano se refere ao seu conteúdo, revelando uma dimensão não palpável, que faz referência à prática socioespacial, ao cotidiano,

às relações sociais que acontecem nas cidades, e são ambas, cidade e urbano, indissociáveis e difíceis de serem apreendidas teoricamente. Através do que foi visto até o momento sobre o histórico e características do desenvolvimento de Santana do Livramento e Porto Alegre, assim como a formação de territórios negros, não somente no Brasil e Rio Grande do Sul, mas mais especificamente nas áreas de Madureira e Rincão dos Negros, e nos bairros Cidade Baixa e Azenha, até chegarmos a própria comunidade quilombola da Família Fidélis foi possível trabalhar com conceitos importantes para o entendimento dos territórios quilombolas urbanos e suas territorialidades. Importantes, pois são estes que nos darão auxílio para entender a trajetória desta comunidade de Santana do Livramento à Porto Alegre e como está trajetória molda sua identidade.

5 QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX: SUAS MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

5.1 Trajetórias - Santana do Livramento à Porto Alegre

Diante do que foi exposto nos capítulos anteriores, mas agora aliado às entrevistas realizadas com os moradores do Quilombo da Família Fidélis, iremos avaliar de que forma a trajetória desta comunidade, desde Santana do Livramento até sua fixação em Porto Alegre, se reflete no seu modo de vida atual e suas lutas na manutenção do território que vivem atualmente, procurando reconhecer a influência desta trajetória na formação identitária da comunidade.

Sobre este tema, de acordo com Haesbaert (1999), determinadas identidades são construídas a partir da relação concreta/simbólica e material/imaterial dos grupos sociais com seu território, e são estas consideradas identidades territoriais por serem construídas através do processo de territorialização, entendido aqui como relações de domínio e apropriação do espaço. Temos então um território entendido a partir da mediação espacial das relações de poder nas mais diversas escalas e dimensões, definindo-se por um jogo ambivalente e contraditório entre desigualdades sociais e diferenças culturais, se realizando de forma concreta e simbólica (CRUZ, 2007).

Primeiramente, referindo-se à dimensão mais concreta deste território, podemos relacioná-la com a própria trajetória dos moradores deste quilombo, que se inicia em Santana do Livramento até sua chegada e fixação no bairro Azenha, na cidade de Porto Alegre. Conforme já mencionado os primeiros moradores da comunidade, Sérgio Fidélis, Hamilton Corrêa Lemos e Milton Teixeira Santana, saem de Santana do Livramento, na década de 1980, devido às poucas de oportunidades de trabalho. Sobre este tema, de acordo com os Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE, a população de Santana do Livramento passou de 90.849 habitantes para 82.464, respectivamente⁵¹. Estas mesmas dificuldades quanto à obtenção de emprego também são relatadas por moradores mais recentes da comunidade, como Otilmo Dias Afonso, Luís Roberto Machado e Paulo Roberto Ilha, estes estão em Porto Alegre há menos de 5 anos e, não tendo lugar para ficar quando chegaram a capital, foram convidados

⁵¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://ibge.gov.br/>. Acessado em: 20/10/2015.

a permanecer no quilombo, pois já conheciam moradores como Sérgio e Hamilton de Livramento. Segundo a Prefeitura Municipal de Santana do Livramento (2015):

A análise econômica baseada em dados estatísticos sugere baixo crescimento econômico para o município de Sant'Ana do Livramento. Em período recente, estudos realizados pelo COREDE-FO, em parceria com a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA indicam que o desemprego é o fenômeno que caracteriza a economia santanense. A queda do produto interno bruto municipal corrobora o baixo crescimento econômico, em especial por ser observada nos três setores da economia: primário, secundário e terciário. (...) Neste sentido, os setores primário e industrial apresentam queda no valor adicionado bruto, caracterizando um declínio na participação regional e estadual. Como é de conhecimento, setores econômicos que não agregam valor ao produto apresentam maior propensão ao baixo crescimento econômico. O setor de serviços também possui baixo crescimento, embora apresente oscilações maiores no período analisado. Sabe-se, de outro modo, que em termos relativos o setor terciário é importante na economia local, em especial quando as variações cambiais lhes são favoráveis. (...) Quanto ao setor industrial, como já mencionado, o que os dados demonstram é uma baixa participação na composição do produto. Alguns dados ilustram esta análise: (a) inexpressiva produção industrial extrativa; (b) queda do emprego gerado na indústria; (c) decrescente participação relativa do valor adicionado da indústria no total regional. O setor de serviços industriais e de utilidade pública aparece como geradores de emprego, amenizando os dados negativos anteriores. Como consequência dos dados anteriores, os números do emprego formal não são favoráveis para o município; apresentam queda em termos absolutos e relativos quando se analisam os dados estaduais. (...) O conjunto de indicadores econômicos permite analisar a evolução econômica contemporânea de Sant'Ana do Livramento. Em linhas gerais, se observa um declínio das atividades produtivas do setor primário, em especial na lavoura permanente e na produção animal. Esta tendência é também corroborada pela queda de participação deste setor no produto interno regional. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, 2015, p. 32 e 33)⁵².

Neste contexto, de acordo com Carlos (2006), o processo de reprodução da cidade desemboca no capitalismo, reproduzindo a cidade enquanto mercadoria, onde o acesso à terra urbana está subjugado ao mercado, ao universo da troca. O espaço urbano vai sendo incorporado ao universo da reprodução, funcionalizando a cidade, desta forma, o acesso à moradia e tudo que ela implica passa pela compra e venda dos lugares onde a vida se realiza, produzindo uma lógica aonde as necessidades do mercado irão se impor sobre as necessidades humanas. Produzindo-se então a segregação, uma cidade de acessos desiguais aos lugares de realização da vida em uma sociedade de classes, onde os homens estão situados dentro dela e no espaço de maneira diferenciada e desigual.

Quando tratamos sobre este espaço diferenciado e desigual em Santana do Livramento é também muito importante lembrar os territórios negros citados no capítulo três, Madureira

⁵² Prefeitura Municipal de Santana do Livramento – RS. Secretaria Municipal de Saúde. Plano Municipal de Saúde. Disponível em: www.sdolivramento.com.br/new/painel/noticia/arquivos/472.doc. Acessado em: 15/04/2015.

e Rincão dos Negros, zonas rurais do município e que concentravam uma grande parte da população negra da cidade. Na figura 49 podemos visualizar o mapa com o percurso realizado durante o trabalho de campo na área rural de Santana de Livramento/RS, destacado em amarelo. Destacado em marrom temos a área de Madureira e, destacado em cinza, observamos o antigo Rincão dos Negros. O percurso foi iniciado na área central do município, seguindo pela BR – 158 e BR – 293, na direção da cidade de Pelotas, entrando então em uma estrada de terra que leva as áreas do antigo Rincão e Madureira.

A visita aos locais que fazem parte da trajetória dos moradores do Quilombo da Família Fidélis revelou territórios dotados de significado para estes sujeitos e, por esta razão, primordial para que possamos compreender a construção da identidade destes sujeitos. Dentro deste contexto, segundo Henriques (2003), o território será definido através da relação que sustenta com sua história, sendo expressa pela presença dos espíritos de seus antepassados e pela acumulação de marcadores. Sobre a concepção destes marcadores territoriais Silva (2010) cita que estes podem ser entendidos a partir dos símbolos que ocorrem enquanto espaço de ação, definindo territorialidades vinculadas à visão de mundo e experiências socioespaciais, e possibilitando a formação das identidades culturais e de pertencimento identitário. Desta forma estes marcadores territoriais podem ser compreendidos como as experiências, as vivências, os sentidos, os sentimentos, as percepções, a espiritualidade, os significados, as formas e também as representações simbólicas, sendo os elementos identificadores do território dos moradores do Quilombo da Família Fidélis.

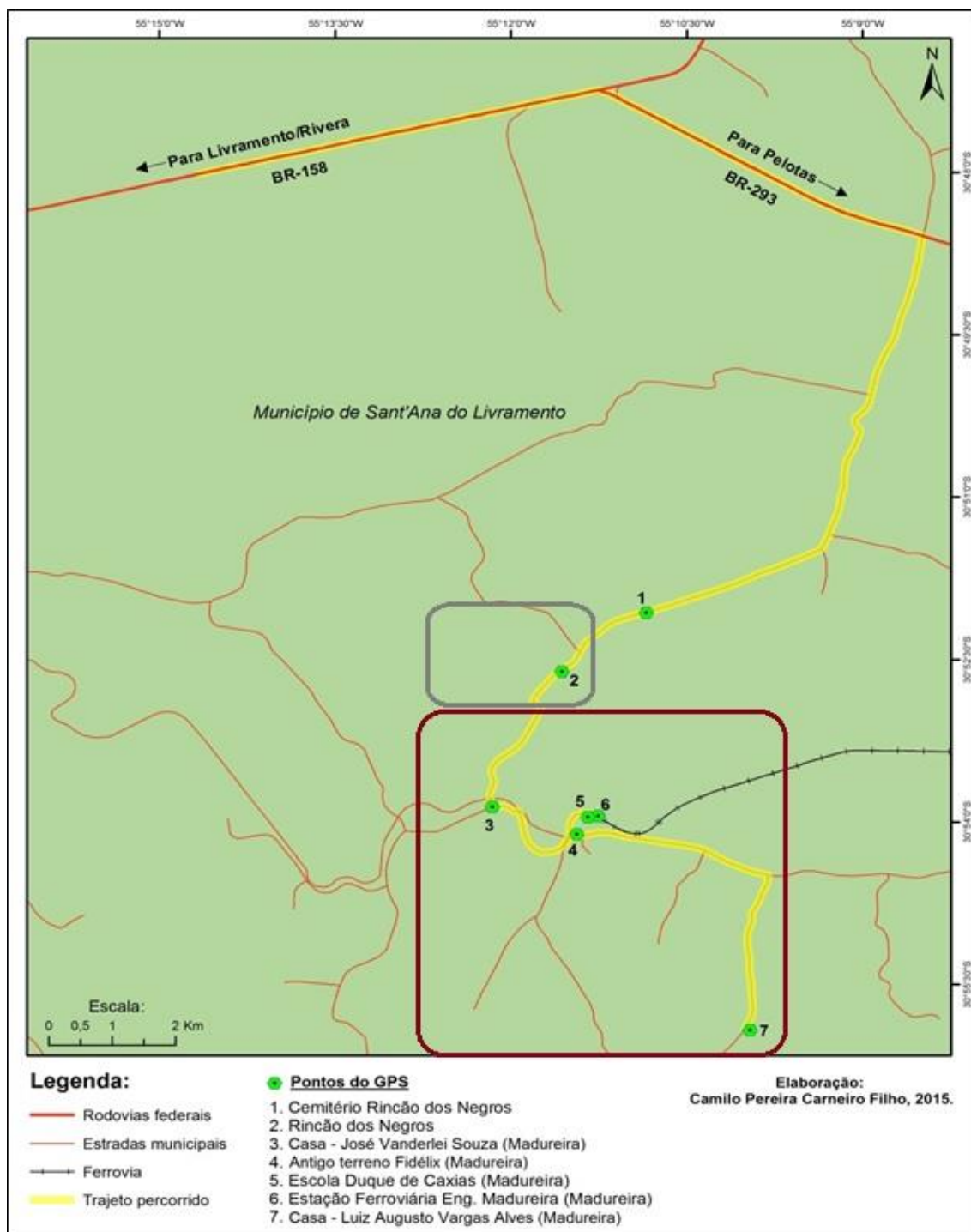


Figura 49. Mapa com o percurso realizado no trabalho de campo em Santana de Livramento/RS.
 Fonte: CARNEIRO FILHO, C. P. (2015).

Madureira surge a partir de um vilarejo que se formou ao redor da Estação Ferroviária Engenheiro Madureira, já Rincão dos Negros fazia limite com Madureira, recebendo esta denominação porque, segundo Jakes Fidélis, “só tinha negros”, sendo formada por indivíduos que trabalhavam nas proximidades, constituindo-se então uma vila. Duas entrevistas foram

importantes para trazer um pouco da história dos espaços citados no parágrafo anterior, Jakes Fidélis e João Pedro dos Santos, pai e tio de Sérgio Fidélis, respectivamente.

Quando Sérgio Fidélis relata a história de sua família, contada principalmente por seu pai Jakes Fidélis, esta história remonta a estes territórios negros que existiam em Santana do Livramento e sobre as populações que viviam nestes espaços rurais da cidade, à cerca de 20 quilômetros do centro, que concentravam muitos dos moradores negros. De acordo com o relato de Jakes, primeiro a família Fidélis morava no Rincão dos Negros, espaço em que sua avó, Felicidade Marques, escrava que, após conseguir sua liberdade, adquiriu nove quadras de campos na área e criava lá sua família, plantando feijão e outras pequenas culturas, juntamente com outras famílias. A família de Jakes viveu gerações na área do Rincão dos Negros, e foram sendo expropriados nas primeiras décadas do século XX, devido ao pagamento de dívidas adquiridas na troca por alimentos e outros produtos que não conseguiam cultivar nas áridas terras de Santana do Livramento (ANJOS, 2009).

Alguns anos mais tarde, após a perda do terreno foram morar em Madureira, assim como outras famílias, que vieram na construção da Estação Ferroviária Afonso Madureira, iniciada na década de 40, nova oportunidade de emprego e acabam por se estabelecer no local por diversos anos e onde Jakes trabalhou durante o período de sua instalação da ferrovia. Esta ferrovia foi outro ponto visitado durante o trabalho de campo realizado na área rural de Madureira, em Santana do Livramento/RS, e onde podemos observar o que resta da antiga estação. Sendo possível verificar no local somente a base da estação e uma caixa d'água, ambas já envoltas pela vegetação (Figura 50).



Figura 50. Área da antiga Estação Ferroviária de Madureira, Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

Após o fim da construção, Jakes se torna caminhoneiro, transportando madeira para municípios vizinhos e, posteriormente, se estabelece, junto com a esposa, no centro urbano de Livramento, em uma rua que, atualmente, recebe o nome da mãe de Sérgio (Figuras 51 e 52). Outros indivíduos seguem o mesmo destino ou se migram para outras cidades do Rio Grande do Sul.



Figura 51. Casa da família Fidélis, na Rua Santa Sofia dos Santos Fidélis, área central de Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).



Figura 52. Placa em homenagem à família Fidélis, na área central de Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

A próxima entrevista realizada não foi em Madureira, mas no bairro Tabatinga, na zona urbana de Santana de Livramento, com João Pedro dos Santos, 97 anos e tio de Sérgio Fidélis. Seus pais são originários de Coxilha Negra e compraram uma chácara no município em 1914. Seu pai trabalhava em estâncias como peão e tropeiro, sua mãe era doméstica, já Pedro exerceu diversas profissões como, por exemplo, serviços gerais em fazendas, entregador, serviços em armazéns e, na década de 1940, trabalhou no Frigorífico Armour, empresa que chegou a empregar, segundo Anjos (2009), mais de 7.000 funcionários. Novamente sobre a Estação Ferroviária de Madureira, conta que levou 20 anos para ser finalizada, de 1925 à 1940, e ligava Santana do Livramento à Dom Pedrito e Bagé. João Pedro começou a trabalhar nesta estação em 1945, fazendo parte da Turma 11, que se ocupavam da conservação da linha. Destas turmas faziam parte pessoas que trabalhavam na ferrovia e moravam no entorno da mesma, ocorrendo a formação de uma vila no local. Ele trabalhou na estação por 28 anos e depois se aposentou (Figura 53).



Figura 53. Da direita para a esquerda: João Pedro dos Santos, Sérgio Fidélis, Hamilton Corrêa e Bernabé Santiago, bairro Tabatinga – Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

Segundo seu relato, apesar de viver na área central do município, costumava visitar os parentes que moravam na zona rural, lembrando-se do Rincão dos Negros, uma vila formada por negros que trabalhavam nas proximidades. Informa que lá conheceu o bisavô de Sérgio,

José Fidélix, que era domador de cavalos, também moravam lá seu tio Domingos e a avó de Sérgio, que trabalhava como quitandeira e cozinheira de estância. Pedro conta também que sua avó paterna, Tiodora, era escrava que teve dois filhos, um deles com seu senhor. Atualmente o antigo Rincão é um assentamento rural com moradores de Santa Catarina, Paraná e outras regiões do Rio Grande do Sul.

Na área que pertencia ao Rincão dos Negros existe outro local que está na memória dos antigos moradores, um cemitério localizado nas proximidades do antigo Rincão, e onde eram sepultados os residentes deste espaço, também onde estão enterrados os pais e algumas tias de Jakes Fidélix (Figuras 54 e 55).



Figura 54. Cemitério localizado nas proximidades da área conhecida como Rincão dos Negros – Santana do Livramento/RS.

Fonte. Foto da autora (2014).



Figura 55. Sepulturas no cemitério do antigo Rincão dos Negros – Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

Hoje o local está abandonado ao lado da estrada, suas lápides e túmulos foram depredados pelo tempo, onde somente um dos túmulos ainda possui identificação (Figuras 56 e 57).



Figuras 56 e 57. Sepultura com identificação no cemitério do antigo Rincão dos Negros – Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

Na figura 58 podemos visualizar uma das sepulturas sem identificação do antigo cemitério e que ainda possui ossadas em seu interior.



Figura 58. Sepultura sem identificação no antigo cemitério do Rincão dos Negros – Santana do Livramento/RS.
Fonte. Foto da autora (2014).

Em duas outras entrevistas realizadas em Madureira buscou-se verificar um breve histórico destes moradores e o que sabem sobre a história daquela região. Um dos residentes desta área, José Vanderlei Souza informa morar naquele local há 31 anos e sua família sempre viveu no município trabalhando com a pecuária, ocupação que ainda realiza. Quando questionado sobre a história do lugar, da população negra que habitava este espaço diz pouco saber, ouviu algumas histórias contadas por outras pessoas, sabe que existe um quilombo em Ibicuí da Armada, outra área rural da cidade e não tem conhecimento algum sobre o Rincão dos Negros.

A entrevista seguinte foi com Luiz Augusto Vargas Alves, de 47 anos, único familiar dos Fidélis que ainda reside em Madureira e Sérgio comenta que não via ele há mais de 30 anos. Augusto sempre viveu em Santana do Livramento e trabalha como capataz/caseiro em uma estância da região, mesma profissão de seu pai de criação, já sua mãe, também de criação, trabalhava como doméstica. Assim como José, pouco sabe sobre o passado referente à população negra da região e de sua família, diz que algum parente pode ter mencionado alguma história, mas não saberia precisar o quê. Também não conhece e não sabe onde ficava o Rincão dos Negros, mas sabe que existe o Quilombo do Ibicuí da Armada, pois conhece alguém que

mora lá. Comenta saber de familiares que se mudaram para Porto Alegre, mas nunca teve vontade de morar em outro lugar, pois nasceu e cresceu em Madureira e está acostumado com a vida no campo.

Ambos moradores citados anteriormente, juntamente com João Pedro dos Santos, não fazem parte das entrevistas realizadas para a construção do Relatório sócio, histórico e antropológico da comunidade quilombola da Família Fidélis - Relatório final, de 2009, constituindo-se em uma nova e importante contribuição para o trabalho realizado. Percebe-se, dentro deste contexto, que estas entrevistas evidenciam a necessidade de se trabalhar, especificamente em Santana do Livramento, com o resgate do histórico da população negra que existia tanto em Madureira quanto no antigo Rincão dos Negros junto aos moradores atuais da área, pois é importante que a trajetória e memória desta população não se percam.

Retomando as narrativas dos moradores do Quilombo da Família Fidélis, eles relatam que uma referência de espaço da comunidade negra santanense foi o Clube Farroupilha ou Sociedade Recreativa Farroupilha (Figura 59), fundado devido à falta de espaços para os negros em outros clubes da cidade, pois sempre eram impedidos de entrar. De acordo com Anjos (2009), o clube foi fundado em 20 de Setembro de 1935, surgindo a partir de uma reunião de amigos que formavam um cordão carnavalesco no verão daquele mesmo ano e tinha como objetivo infundir entre seus componentes ideias de amizade e fraternidade entre os componentes e amor, propondo-se a ser uma entidade apolítica, congregar amigos e representar a etnia negra (Figura 60).



Figura 59 e 60. A primeira mostra o Clube Farroupilha, no centro de Santana do Livramento/RS, na segunda temos a diretoria do Clube Farroupilha na década de 40.
Fonte. Foto da autora (2014) e Anjos (2009), respectivamente.

Tratava-se este clube de entidade recreativa e bailante, onde os cordões carnavalescos e as escolas de samba começavam e terminavam seu desfile, também era um espaço de visibilidade e reafirmação negra, onde se promoviam concursos e cerimônias de premiações. Torna-se desta maneira um território negro no meio urbano e segregado da cidade de Santana do Livramento, convergindo para negros vindos do Uruguai constituindo redes de sociabilidades e parentesco além da fronteira (ANJOS, 2009).

Quando relembram, não somente da área de Madureira e do Rincão dos Negros, mas também deste clube, contam sobre a discriminação e exclusão que sofriam no município. Além de morarem em áreas mais afastadas do centro devido a sua valorização, quando queriam se divertir eram impedidos de entrar nos demais clubes que existiam, como o Clube Campestre e Clube Comercial, espaços dos fazendeiros, pessoas com dinheiro e tradição em Santana do Livramento.

No final dos anos 90 acontece a desarticulação do clube, já que diversos membros migraram da cidade para outros municípios, também porque começa a ocorrer a aceitação de negros em outros clubes e, atualmente, o espaço tenta se reerguer através da locação do local para eventos da comunidade, como festas de aniversário.

Outro espaço lembrado nas entrevistas como lugar de construção de laços de solidariedade e amizade, principalmente da população negra do município, foi o Frigorífico Armour, empresa onde trabalharam a mãe de Hamilton Corrêa e João Pedro dos Santos, assim como outros moradores e seus parentes. Este frigorífico possuía um clube social, campo de golf, quadra de tênis, campo de futebol, a casa dos funcionários solteiros com aproximadamente duzentos cômodos, assim como as casas dos funcionários de alto escalão, também estas dispostas em quadras e cedidas aos funcionários conforme sua hierarquia (Figuras 61 e 62).



Figuras 61 e 62. Partes das instalações do Frigorífico Armour na foto à esquerda e área de moradia dos funcionários à direita – Santana do Livramento/RS.

Fonte. Foto da autora (2014).

A instalação deste frigorífico na cidade significou oportunidade de trabalho para os moradores negros e de baixa renda, mas diferentemente dos outros funcionários do complexo, as pessoas que eram contratadas somente nos períodos de safra e quando a demanda por carne aumentava, podiam usufruir somente do campo de futebol, gerando um espaço de aceitação e socialização destes funcionários nas dependências da empresa. Sobre suas moradias, eles as construíam nas proximidades do frigorífico, em um local cedido pela empresa no bairro Progresso, estas eram denominadas casas de latas, pois eram forradas com refugo das latas da fábrica que operava dentro das dependências do frigorífico (Figuras 63 e 64).



Figuras 63 e 64. Casas de lata no bairro Progresso, próximo ao Frigorífico Armour – Santana do Livramento/RS.

Fonte. Lycengraulis - Ambiente, História, Pescadores & Pesca. Disponível em:

<http://lycengraulis.blogspot.com.br/2010/08/casas-de-lata-santana-do-livramento-rs.html>. Acessado em: 15/04/2015.

Quanto a estas casas de lata construídas por estes moradores de baixa renda, segundo Anjos:

Esses refugos eram vendidos aos operários, que se utilizavam dessa prática de forrar as casas de madeira com lata para se protegerem das baixas temperaturas do inverno da fronteira. Assim o sol esquentava a casa durante o dia e a forração de lata contribuía para a conservação de temperatura durante a noite. Ainda hoje é possível observar tal prática nos locais limítrofes as dependências do Armour. (ANJOS, 2009, p. 139).

Em 1989 a empresa a Swift Armour S.A, dona do frigorífico, é vendida para o Grupo Bordon, mas sem apresentar resultados positivos entra em concordata em 1994 e, neste mesmo ano termina por ser fechada (ALBORNOZ, 2000). Com seu fechamento frigorífico a economia santanense entra em crise e desestimulada o estabelecimento de outras indústrias e comércios na cidade, gerando falta de perspectiva à sociedade local que vê na saída do município em direção a capital ou outras cidades do Estado a solução para empregar este excesso de mão-de-obra se criou.

Percebemos até este momento que tanto no espaço urbano como no espaço rural as riquezas são apropriadas pela elite econômica, que transforma o próprio solo urbano em uma mercadoria altamente lucrativa, fazendo com que as classes sociais de baixa renda sofram um violento processo de exclusão. De acordo com Matias (2007) as atividades exercidas nas relações sociais determinam a construção de territórios consolidados sobre a desigualdade.

O que notamos quando tratamos destes espaços excludentes/segregadores, onde as populações negras e de baixa renda habitam ou habitavam, são movimentos de desterritorialização e reterritorialização destes indivíduos, ou devido ao deslocamento forçado ocorrido com a valorização da zona central de Santana do Livramento, ou devido à necessidade da busca de trabalho, no caso de Madureira e Rincão dos Negros, como já vimos anteriormente. Sobre este tema, Haesbaert afirma:

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Para Chelotti (2010) estamos diante do que se denominaram processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), isto porque a criação de territórios seria representada pela territorialização, sua destruição (mesmo que temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização. Os moradores da comunidade Quilombola da Família Fidélix estão inseridos neste processo, os mesmos compartilham trajetórias de constantes desterritorializações e reterritorializações, desde muitas gerações, como o caso comentado por Jakes Fidélix, pois ele morava no Rincão dos Negros, no terreno que pertencia a sua avó e após a perda deste (desterritorialização) foram morar em Madureira, já que este vilarejo oferecia trabalho durante a construção da ferrovia (reterritorialização).

Sobre este assunto Deleuze e Guattari (1972) informam que não existe uma desterritorialização desconecta de uma posterior reterritorialização, afirmando que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se existe um movimento de desterritorialização teremos então um movimento de reterritorialização. Os autores comentam ainda que:

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual 'se' abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, 'valer pelo' território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

Este mesmo processo de desterritorialização e reterritorialização vai ocorrer também com a saída destes sujeitos, negros e com baixo poder aquisitivo, de Santana do Livramento e sua vinda a Porto Alegre. Conforme mencionado anteriormente sobre a falta de trabalho na cidade, durante as entrevistas os moradores manifestaram a impossibilidade de ascensão social e de sustento em Livramento, informando que existe o funcionalismo público e comércio, além do setor de hotelaria e turismo, mas este último é, segundo eles, mal desenvolvido. Uma alternativa na cidade seria a Brigada Militar e a próxima alternativa, já que não existem mais possibilidades, é ir embora.

Como consequência deste esgotamento das possibilidades de sustento no território original estes indivíduos partem para uma nova migração e chegam ao território da antiga

Ilhota, em Porto Alegre, onde se agregam novos santanenses que vieram na última década buscando por melhores condições de vida, mas desta vez na capital do Estado. Em outra cidade os moradores da futura comunidade quilombola reconstróem e fortalecem suas relações e laços de pertencimento, reconstruindo suas vidas a partir de uma trajetória social em comum, originário de Santana do Livramento e estabelecido agora em Porto Alegre onde, neste momento, constrói-se também uma nova experiência comunitária que perpassa por uma identidade étnica (ANJOS, 2009).

5.2 Emergência da territorialidade quilombola: reterritorialização e resistência

Conforme verificamos anteriormente, além do processo de desterritorialização vivenciada por alguns destes moradores e por sua família na própria cidade de Santana do Livramento, houve a necessidade de iniciar uma nova trajetória, agora em direção à capital do Estado do Rio Grande do Sul, buscado uma melhoria de qualidade de vida, o que não encontravam na sua cidade de origem. Examinaremos esta nova trajetória a partir dos relatos de alguns moradores da comunidade, a partir do momento em que chegam à Porto Alegre e como a luta travada em Santana do Livramento pelo direito de habitar um território também aconteceu em Porto Alegre. Segundo Silva:

Os nossos territórios, (sejam a nossa casa, o bairro, a cidade que habitamos) estão sujeitos a alterações e mudanças. E essas mudanças podem ocorrer por diversos fatores, como por exemplo, as catástrofes ambientais, doenças, etc. Quando esta mudança no vínculo que nos une ao território acontece estamos perante um processo de desterritorialização. Assim, o processo de desterritorialização pode ser entendido como uma quebra de vínculos, uma perda do território, havendo assim, uma perda do controle das territorialidades pessoais ou coletivas, uma perda de acesso aos territórios simbólicos, aos recursos, etc. (SILVA, 2012, p. 38).

Esta perda do território verificada pelos moradores da comunidade foi verificada a partir de seus relatos sobre Santana do Livramento e será observada novamente através de seus relatos da saída desta mesma cidade até sua chegada à Porto Alegre, onde estes sujeitos necessitam se adaptar a novas circunstâncias, ao novo território que encontram na cidade. De acordo com Haesbaert (2001; p. 144), “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando outros”. Esta desterritorialização, pensando nesta comunidade, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, será um processo de exclusão socioespacial. Na sociedade atual o

processo de ‘exclusão’, ou seja, da precarização socioespacial, promovido pelo sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável por esta desterritorialização (HAESBAERT, 2006: p. 67). Teremos então esta precarização socioespacial na cidade de origem, mas, como veremos a seguir, eles também se deparam com esta mesma precarização em Porto Alegre.

Quanto à chegada dos primeiros moradores, Sérgio Fidélis conta que, assim como outros, ele chega a Porto Alegre em busca de emprego, já que em Santana do Livramento as oportunidades eram poucas. Atualmente Sérgio trabalha na Brigada Militar, onde ingressou em 1983, é sargento e exerce serviços administrativos na Policlínica odontológica. É Sérgio quem costuma guiar estudantes e pesquisadores pelas adjacências da comunidade, relatando sua trajetória de vida e também a trajetória da comunidade, adentrando nos espaços fundamentais destas histórias. Junto com Sérgio chega Maria Helena da Silva, sua companheira desde 1979, originária da cidade de Ijuí. Chegou ao local também na década de 1980 e auxiliou na fundação da comunidade, enquanto sua mãe, também de Ijuí, mora no espaço há quatro anos, chegando após o falecimento de seu esposo. Outro morador, Hamilton Corrêa de 71 anos, conta que, ao chegar à Porto Alegre, morou antes na Avenida Getúlio Vargas e também na Rua Barão do Gravataí, fixando-se na região, como Sérgio e Milton, e por ali circulou até encontrar a possibilidade de residir em um local onde pudesse restabelecer suas redes de relações.

Os moradores que vivem no local desde sua fundação, como Sérgio, Hamilton, Pedro, que vivem na comunidade há mais de 25 anos, assim como Valmir, irmão de Sérgio e morador há 20 anos, comentam que o espaço, quando chegaram, era vazio, que não havia nada além de mato, que foi sendo capinado pelos moradores. Este lugar da comunidade, segundo as memórias destes primeiros moradores, se refere a antiga Ilhota, espaço de várias enchentes e local de nascimento do cantor Lupicínio Rodrigues. Alguns destes fundadores acompanharam a remoção dos moradores da Ilhota e das demais vilas adjacentes no fim dos anos 70.

O terreno que habitam atualmente, conforme mencionado, fazia parte do que era conhecida como Ilhota. Frydberg, ao falar sobre a Ilhota, conta que:

Na periferia da cidade, chamada de cidade baixa, havia o conhecido bairro da Ilhota, assim chamado, pois formava uma ilha delimitada pelas águas do Arroio Dilúvio e do Guaíba. Em época de muita chuva, esta parte da cidade, que só fazia contato com o Centro através de pontes ou barcos, se unia a ela pelas ruas inundadas pela água da

chuva. Desde a chegada dos açorianos, a Cidade Baixa era uma área formada por sítios e chácaras, caracterizada como área rural. Tinha como principal função abastecer o Centro, área urbana, com produtos alimentícios. Situava-se fora dos limites da muralha que cercava a cidade. Nas últimas décadas do século XIX, teve início na região um processo de parcelamento do solo através do loteamento das chácaras existentes no bairro, como o Areal da Baronesa em 1879. A Cidade Baixa torna-se um local de residência de uma população de baixa renda e de ex-escravos, principalmente a Ilhota e o Areal da Baronesa. Estes lugares são considerados perigosos, onde se dão emboscadas e onde se escondem homens fora da lei. Foi no ano de 1914 que o arquiteto-engenheiro Moreira Maciel apresenta o "Plano Geral de Melhoramentos" para Porto Alegre. O Plano Maciel, como ficou conhecido, era inspirado nas ideias higienizadoras e de embelezamento da cidade de planos como o de Pereira Passos para o Rio de Janeiro, ambos baseados no de Haussmann para Paris. Queriam criar uma nova cidade limpa e bonita e esquecer do seu lado pobre e sujo. (FRYDBERG, 2007, p. 63).

Foi esta 'higienização' na região central de Porto Alegre que possibilitou a fixação dos primeiros moradores da comunidade neste espaço, já que construíram suas casas nos terrenos que ficaram vazios devido a remoção da antiga Ilhota. Estes não se fixaram primeiramente na área atual, moraram em outros espaços da cidade, fato mencionado por Hamilton Corrêa, mas circulavam por espaços em comum. Contam que ao se mudarem acabam se reencontrando e reconstruindo seus elos, circulando por espaços de sociabilidade comuns, como o bar Associação Santanense na Rua General Lima e Silva no bairro Cidade Baixa, onde se juntavam muitos santanenses, mas não exclusivamente. Neste bar os primeiros moradores se encontravam para conversar, falar sobre futebol e debater sobre moradia. Destas conversas surge a ideia de, nos fundos do terreno deste bar, que foi posteriormente fechado, ocupar as terras abandonadas que ali existiam.

Acionaram-se então suas redes de parentesco e amizade para formar um grupo que, juntos, teriam mais poder de resistência para erguer um lugar para criação de seus filhos, sempre buscando novos parceiros para essa luta, através do convite para que outras famílias passem a viver na área. Logo o número de pessoas foi aumentando e aderindo a causa através de um mesmo ideal: ter um espaço de moradia, ainda que em situação irregular. Mesmo pessoas de outras regiões foram convidadas a morar nesta área, pessoas como Maria Helena, conforme mencionado anteriormente, Décio José Heck, que mora no quilombo há 20 anos e é originário da região das Missões. Conheceu Sérgio e Hamilton quando auxiliava na construção da creche que fica ao lado do quilombo e acabou sendo convidado a permanecer no lugar. Outros moradores como Otilmo Dias Afonso, Luís Roberto Machado e Paulo Roberto Ilha são também originários de Santana do Livramento e moram juntos em uma das casas da comunidade, os três vieram, assim como os demais, em busca de emprego e, não tendo lugar para ficar quando

chegaram a capital, foram convidados a permanecer no quilombo, pois já conheciam moradores como Sérgio e Hamilton de Livramento.

Sobre o processo de produção do ‘espaço irregular’, entre seus fatores determinantes está o próprio padrão de desenvolvimento econômico destas cidades. Este tipo de ocupação foi a solução encontrada para a resolução de seus problemas quanto a busca de um local para morar e viver dignamente. Informa Anjos que:

A ocupação irregular é uma prática antiga e já são soluções recorrentes de habitação. Bem como a autoconstrução que muitas vezes se apresenta como única alternativa possível de habitar a cidade. Os espaços informais são carregados de outros símbolos que não apenas os de ordem física e econômica, mas também os de ordem social, de convivência e de vizinhança, aspectos estes que fazem parte das necessidades humanas e que são superiores aos fatores relacionados à precariedade dos espaços. Isso está identificado no território da Ilhota que apresenta ações para desocupação e, até hoje, não conseguiu a efetiva desocupação da área. Aí está apresentada a força de um grupo que ocupa um determinado território, não apenas pelas condições de falta de acesso a formalidade, mas principalmente pelos laços que levam a comunidade Família Fidélis a se concretizar como grupo social imbuído de tradições culturais não diferentes daqueles que originaram a ocupação daquele território. (ANJOS, 2009, p. 166).

Ao invés de ocuparem áreas menos valorizadas das cidades, o que acontece mais frequentemente com populações de baixa renda, os primeiros moradores ocupam uma área pública, aqueles espaços vazios da antiga Ilhota e que ainda não haviam sido ocupados por condomínios, casas ou comércios, e fonte de grande especulação imobiliária. Para que pudessem resistir a lógica vigente, da terra enquanto mercadoria, acionam suas redes de parentesco e amizades para formar um coletivo, que juntos teriam maior poder de resistência ante esta desigualdade de acesso à propriedade. Carlos traz que:

A segregação revela como fundamento a propriedade como fonte de riqueza; revela uma sociedade que funciona sob a lógica de uma estrutura de classes com acessos diferenciados à riqueza produzida, bem como a estratégia de classes na ocupação da cidade. Uma sociedade apoiada num conjunto de relações sociais que tem na propriedade privada da terra uma base sólida, base de uma orientação social e política que freia firmemente as possibilidades de transformação social profunda da sociedade. (CARLOS, 2006, p. 54).

Como forma de resistência contra esta lógica de classes e acessos diferenciados na ocupação da cidade a solução encontrada, em um primeiro momento, pelos moradores da comunidade foi, além do acionamento de suas redes de parentesco e amizade para efetivar a ocupação deste espaço, fortalecer uma rede de vizinhança e tecer um sentimento de unidade.

Possibilitando, desta forma, a efetivação de se tornarem um conjunto, recriar seus laços e estreitá-los em um novo contexto na cidade de Porto Alegre. Foi assim que resistiram as diversas tentativas de despejo, que serão comentadas mais adiante, por parte do Poder Público, que via no território ocupado pela comunidade uma área com grande potencial financeiro, assim como o restante dos bairros Azenha e Cidade Baixa. Desta população egressa do interior, mesmo aqueles que não são originários de Santana do Livramento, terminam por agregar-se aos demais moradores, fortalecendo os laços de parentesco, amizade e compadrio e dando mais poder de resistência ao coletivo, onde esta rede de vizinhança forjada por eles foi fundamental para a fundação desta comunidade.

Graças a este sentimento coletivo na busca da regularização fundiária de seu território que se ampliam os espaços de atuação política da comunidade, primeiro a partir da fundação da associação de moradores, que pleiteavam benefícios para o local onde moram, por esta razão atuavam politicamente no Orçamento Participativo, através de medidas, em nível municipal, que atendessem às suas demandas sociais. Mas logo percebem que, enquanto grupo, não estavam tendo força suficiente frente aos constantes assédios para que saísse deste espaço, por esta razão uma nova estratégia na luta pela manutenção do território se fez presente, neste caso o reconhecimento deste grupo como uma comunidade remanescente de quilombos.

5.3 Identidades territoriais quilombolas

Entendemos que estes primeiros moradores possuíam trajetórias comuns, eram amigos desde a infância em Santana do Livramento e dividiam interesses em comum, como o futebol, por exemplo, praticado em um campo à frente do quilombo e que hoje abriga um condomínio. Foi a partir da construção destas primeiras moradias que acabam se fixando nestas terras desocupadas, vazias pela ‘desfavelização’ da Ilhota e fundam a comunidade, encontrando neste local uma terra passível de ser transformada no território deste grupo. Haesbaert comenta:

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se à terra”, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

Através da reterritorialização dos laços que unem estes moradores, calcados nestas experiências em comum, seja do local de origem ou mesmo das lutas que travaram ao longo dos anos na busca de melhores condições de vida, assim como para permanecer neste território, que acaba por construir este sentimento comunitário e a sua própria identidade territorial enquanto quilombolas.

Haesbaert (2007) comenta, sobre a abordagem geográfica da identidade territorial, que estas serão sempre configuradas tanto pela relação com nosso passado, à memória e imaginação, ou seja, à sua dimensão histórica, quanto nossa relação com o presente, ao entorno espacial que é vivenciado pelos sujeitos, isto é, sua dimensão geográfica ou, neste caso, sua dimensão territorial. Importante citar os dizeres deste autor, pois se tratando do Quilombo da Família Fidélis e seus moradores, a construção de sua identidade está relacionada tanto com o passado, as memórias trazidas de Santana do Livramento, assim como a história da própria Ilhota, existindo também a relação com o presente, após sua chegada a Porto Alegre até o processo de auto-reconhecimento como uma comunidade quilombola.

Ainda de acordo com este autor (2007), não existe uma maneira de se identificar algo sem que sua diferenciação em relação ao outro seja construída, ao ponto de diferenciar-se e identificar-se se tornam indissociáveis, demonstrando o caráter relacional desta construção identitária, produzida na relação com aquele que será estabelecido como o seu 'outro'. No caso dos moradores deste quilombo percebiam-se diferentes aos outros devido à segregação socioespacial ao qual foram submetidos em Santana do Livramento e em Porto Alegre, uma diferenciação relacionada ao próprio processo histórico de exclusão social enfrentada pela população afrodescendente nos territórios que habitam e/ou habitavam. Haesbaert define:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenamento do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (...). Assim, associar o controle físico ou a dominação 'objetiva' do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade cultural. (HAESBART, 2001, p. 121).

Dentro deste contexto, segundo Souza (2008, p. 84), a ocupação de um território será vista como um gerador de raízes e identidade, onde um grupo não pode mais ser compreendido

sem o seu território, "no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, 'paisagem')". Este senso de identidade a partir do território está atrelado à territorialidade, que é entendido por Raffestin (1993) como multidimensional e inerente à vida em sociedade, e por esta razão irá possuir um valor particular. Para Haesbaert (2004), territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcionem efetivo poder sobre a reprodução enquanto grupos sociais.

Trazendo este contexto novamente para a comunidade quilombola da Família Fidélis esta territorialidade é produzida a partir de uma situação excludente diante do meio social, vivida em Santana do Livramento e igualmente em Porto Alegre. São indivíduos que compartilham trajetórias comuns, pois mudam-se para Porto Alegre devido a escassez de possibilidades de trabalho em sua cidade de origem, mas, ao invés de desagregarem-se, reencontram-se e refazem seus elos. A partir do bar Associação Santanense e das partidas de futebol reestabelecem uma rede de relações de companheirismo existente em Santana de Livramento e agora reterritorializada na capital do Estado. Circulando pela mesma região, que compreende a Cidade Baixa, o antigo Areal da Baronesa e a antiga Ilhota, áreas de forte presença negra na capital do Estado, e, após o fechamento do bar, enxergam nas terras abandonadas ao fundo do terreno a possibilidade efetiva de possuir também um espaço de habitação em comum, conforme mencionado anteriormente.

Esta interface se refere à história dos bairros Cidade Baixa e Azenha e aos referidos Areal da Baronesa e Ilhota, já mencionados, áreas importantes para que possamos compreender a própria comunidade e sua luta pela titulação como comunidade remanescente de quilombo. Isto porque, além das raízes negras que trouxeram de Santana do Livramento, alguns ainda trazem na memória o que foi a Ilhota e o Areal e identificam-se com esta história, pois estes moraram, anteriormente, nos seus arredores, em diferentes espaços da Cidade Baixa e Azenha, atravessando diversas formas de sobrevivência ao longo de seus primeiros anos na capital. A reterritorialização desses indivíduos imprimiu elementos socioculturais associados aos seus antigos lugares, construindo então neste território as suas moradias e fortalecem seus laços de compadrio e de vizinhança, onde o processo de reterritorialização é realizado com manutenções, mas também com adaptações ao novo meio (ANJOS, 2009). Segundo Park:

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares de sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro da vizinhança, a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente... (PARK, 1970, p. 30).

Quando falamos do passado estamos nos referindo à constante luta pela sobrevivência dos antigos moradores da região da Ilhota e o do Areal da Baronesa e a sua posterior desterritorialização, sua remoção para áreas mais afastadas do centro da cidade, além de pouca ou nenhuma assistência que recebiam do poder público. Este passado está intimamente ligado aos moradores atuais do quilombo, ligados através de sua própria desterritorialização, migrando de Santana do Livramento para Porto Alegre, em busca de trabalho, ligado também através de luta que travaram ao longo dos anos pela permanência no espaço em que vivem. Referente aos processos migratórios Dezan diz que:

A história da humanidade registra, desde o seu aparecimento na face da Terra até hoje, repetidos movimentos de migração e de fixação de populações em várias regiões do globo. Os seres humanos sempre se movimentaram, por instinto, com o desejo de conhecer e explorar o desconhecido ou impulsionados por problemas políticos, econômicos, sociais, religiosos, guerras, ou através da combinação de dois ou mais desses fatores. No decorrer dos séculos aconteceram muitos movimentos migratórios de proporções diferentes, sendo alguns de grandes dimensões, os quais influíram significativamente na evolução histórica do gênero humano.” (DEZAN, 2007, p. 18).

Nesse trecho percebemos diversos motivos para fenômenos migratórios, mas vamos nos ater aos fluxos que possuem um sentido de saída de zonas opacas em direção à zonas luminosas⁵³, buscando melhores condições de vida através de novas oportunidades de emprego, caso dos moradores do quilombo estudado, devido a um maior número de oportunidades de trabalho nos crescentes centros urbanos, neste caso Porto Alegre.

Neste contexto, após o início da construção de moradias na área pleiteada atualmente e a permanência desta comunidade no espaço, vários foram os conflitos com o poder público, os moradores informam que sempre recebiam algum tipo de notificação da prefeitura devido à ocupação, até então, irregular (Anexos C e D). Conflitos também contra a especulação imobiliária, pois se tratando da região central de Porto Alegre a urgência na valorização deste

⁵³ De acordo com Santos (1996), considerando a composição quantitativa e qualitativa dos espaços, com aportes de ciência, tecnologia e informações, as zonas luminosas seriam áreas de densidade adaptadas às exigências das ações características da globalização, enquanto as zonas opacas áreas praticamente vazias, não dotadas das virtualidades necessárias ao atual momento.

espaço é enorme, desde o início do século XX, conforme observamos no capítulo 3, decorrente do processo de urbanização da cidade. O que se via reproduzido na área da comunidade era a falta de acesso a serviços básicos que deveriam ser oferecidos a toda população, são dificuldades quanto à obtenção de luz e água, por exemplo, assim como a construção de moradias precárias, fato que se relaciona com a própria história da Ilhota e a sua posterior remoção. A história da Ilhota e os constantes assédios para remoção dos moradores deste local estão marcados na memória destes sujeitos.

Um dos episódios marcantes para a comunidade foi a mobilização contra a construção dos condomínios que estão à frente da comunidade, no espaço onde antes pertencia ao campo de futebol onde realizavam suas partidas, fato que fortaleceu a comunidade politicamente. Para Carlos:

A construção de condomínios – como signo da separação entre aqueles que se consideram iguais – é o estabelecimento da igualdade em meio a diversidade, do ponto de vista do capital, revela uma estratégia imobiliária decorrente do desenvolvimento da cotidianidade passiva e “sem conflitos” como condição da reprodução social. O condomínio, ele próprio produto da segregação, revela uma estratégia imobiliária que precisa contrapor-se à periferia enquanto lugar da miséria e da violência, que terá como significado o apartamento com a construção de barreiras físicas na cidade, de modo a criar arquitetonicamente o distanciamento com o “intruso”: aquele que tem outra condição financeira e, conseqüentemente, outro acesso à cidade e a seus produtos. (CARLOS, 2006, p. 50 e 51).

O que se verifica na Rua Oto Ernest Meier, exatamente como retrata a autora citada anteriormente, é um espaço que, apesar de não estar na periferia da cidade, mas sim na região central de Porto Alegre, apresenta em seu entorno diversos condomínios que acabam ‘escondendo’ a comunidade, segregando-a. Observa-se ali uma visível hierarquia social diferenciada medida a partir da habitação, revelando que o ato de morar é uma das expressões deste processo de segregação e uma das razões pelas quais os moradores do quilombo acabaram se mobilizando contra as construções.

Outro episódio, que foi o momento extremo, aconteceu com a desocupação realizada pela administração municipal em 2006, onde Lima comenta:

O estopim para a entrada da comunidade no pleito como remanescentes de quilombo foi aceso no ano de 2006 quando em uma ação conjunta com o poder judiciário, executivo municipal (DEMHAB) e a Brigada Militar, realizaram um acontecimento marcante para a comunidade: o despejo de seis núcleos familiares. O evento é referido

por todos como um momento dramático. O centro do drama é a perda da casa que opera uma fissura nas pessoas. (LIMA, 2012, p. 73).

Segundo relatos dos moradores sobre este episódio, a Brigada Militar cercou os arredores da comunidade, impedindo as pessoas de saírem ou entrarem, já os funcionários do DEMHAB vieram com retroescavadeiras para desmanchar as casas, além dos caminhões para transportar os pertences dos moradores despejados. Estava presente também um promotor de justiça para cumprir as ordens legais desta remoção. Este mesmo autor comenta ainda:

Às pressas os pertences foram retirados, e até mesmo pedaços das casas que pudessem ser reutilizados em uma nova construção. As famílias que não foram retiradas ajudaram na mudança forçada, e abrigando os pertences e partes dos dispositivos das casas destruídas pela retroescavadeira. (LIMA, 2012, p. 74).

Este episódio forçou as famílias a buscarem um novo local para se instalar e estes, junto com os demais moradores da comunidade, buscaram auxílio jurídico para a reintegração de posse, pagando a assessoria com suas próprias economias. No ano de 2007 reverte-se o processo de remoção e o grupo retoma a área, onde a prefeitura, sob a responsabilidade do DEMHAB, foi obrigada a construir novas casas provisórias no lugar daquelas que foram destruídas (LIMA, 2012). Sobre este momento Maria Helena conta que na época em que recebiam estas ordens para sair da área e quando alguns moradores foram despejados chegou a alugar um apartamento no centro de Porto Alegre, por medo de não ter onde morar com seus filhos.

Fatos como estes levaram a comunidade da Rua Oto Ernest Meier a buscar uma solução contra os constantes assédios da especulação imobiliária, especulação esta que eleva o preço da terra a níveis que as camadas mais pobres da população não conseguem comprar um terreno e nem mesmo alugar uma casa, por isso buscam terrenos muitas vezes desocupados, construindo suas moradias de maneira precária em favelas ou cortiços⁵⁴. No caso da comunidade da Família Fidélix, o pleito quilombola acaba por se converter em uma alternativa política visando à regularização de seu território, assim como uma melhor acessibilidade a serviços essenciais como luz, água, educação, saúde e outros. Tomando conhecimento sobre as áreas

⁵⁴ De acordo com Resende (2011), "a configuração de novas centralidades aponta para o grau de importância territorial e poder de polarização e de atratividade, de pessoas, investimentos e serviços. Relaciona-se com a especulação e a ideia de apropriação de 'lugares vantajosos' ou 'amenos'". Este mesmo autor (2011, p. 4 e 5), citando Silva Júnior, comenta que "especular é conter, guardar algo na probabilidade de realizar uma barganha vantajosa assim que surgir a necessidade de lucro, quando o valor a ser recebido pela barganha seria muito superior ao preço da valia". Desta forma, os investidores compram terrenos em áreas que possuem possibilidades de valorização, assegurando a posse para depois disporem dos mesmos mediante sua valorização.

remanescentes de quilombos e os benefícios deste reconhecimento, em 2007 o processo é aberto e se encaminha a documentação de autorreconhecimento como uma Comunidade Remanescente de Quilombos, sendo esta uma estratégia de resistência ao processo de reurbanização que ocorre nas cidades.

Dentro deste histórico devemos citar Claval (1999, p. 114), quando este afirma que a comunidade, “serve de modelo a toda uma série de unidades sociais e culturais: um pequeno grupo coeso, onde os membros estão ligados por relações de confiança mútua (...) ou se estender para englobar um grande número de pessoas ligadas por certos traços fundamentais de cultural”. Um destes traços de identificação entre os indivíduos foi o fato de se afirmarem como descendentes dos escravos provenientes de Santana do Livramento e também afirmarem uma ligação com a própria história negra da área que habitam.

Segundo Decreto 4.887 de 20 de Novembro de 2003, as Comunidades Remanescentes de Quilombos "são grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida". De acordo com o Programa Brasil Quilombola:

A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade como quilombola. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades quilombolas, bem como das comunidades tradicionais de terreiros. O passo seguinte à certificação é a abertura de processo administrativo de regularização fundiária, com o que a comunidade passa existir legalmente como proprietária da terra na qual se localiza e da qual tira sua subsistência. Esse processo é executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/MDA), em parceria com os Institutos de Terras Estaduais, e em diálogo com a Fundação Cultural Palmares e o Ministério Público Federal. (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2012, p. 33).⁵⁵

O auto-reconhecimento traz a questão da luta contra um processo de remodelação do espaço desta comunidade, o que torna possível que a memória destes seja resgatada e possibilita uma maior visibilidade junto aos moradores do entorno e também aos poderes públicos,

⁵⁵ PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Diagnóstico de Ações Realizadas. Julho de 2012. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq-agosto>. Acessado em 14/19/2014.

demonstrando seus direitos de permanência. Da mesma forma, esta luta demonstra a conexão entre a região que escolheram para morar e a história de vida que os moradores trouxeram de Santana do Livramento e destes com o seu entorno, emergindo, assim, a passagem do tempo, que acontece através das lembranças das antigas formas que existiam em sua cidade de origem e também da área que habitam atualmente.

Compreende-se então que a luta desta comunidade para garantir o seu espaço possui um significado fortemente relacionado ao sentido de coletivo e acolhimento, pois foi ali que construíram as suas identidades, aqui que mantém seus vínculos, sejam estes com o passado ou com o presente. Para Santos:

A partir do espaço geográfico, cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum. (SANTOS, 2000, p.109-110).

Quanto a esta existência neste território em comum Sérgio conta que, neste espaço, a resistência sempre existiu, não somente a enfrentada pelos moradores atuais, mas também dos negros que viveram na área onde hoje se localiza a comunidade, pois desde o primeiro momento que decidiram se fixar no local muitas foram as dificuldades. Por isto a importância do resgate da cultura negra, do carnaval, do batuque, da convivência nos clubes de maioria negra, trazer a cultura negra brasileira para o conhecimento do público, com o auxílio da trajetória dos moradores deste quilombo.

O mesmo informa que, muitas vilas de ontem são os quilombos de hoje, de maioria pobre e negra, onde, com o lançamento do Programa Brasil Quilombola, em Março de 2004, a denominação 'quilombos' foi resgatada da história do Brasil, devido a este histórico dos negros refugiados e resistindo a uma conjuntura política totalmente desfavorável a eles no período escravagista, por isto a união como forma de resistência. É desta maneira que Sérgio enxerga o pleito quilombola na sua comunidade, como uma união dos santanenses para resistir às tentativas sucessivas de despejos e a permanência no território que escolheram viver. Ele comenta ainda que, na época em que se instalaram os primeiros moradores no local, a grande maioria era negra, dando continuidade à sua cultura e, hoje, mesmo as pessoas que não moram mais ali ainda possuem uma ligação muito forte com o lugar, pois deixaram ali parentes e amigos, além da história que compartilham em sua cidade de origem. Sérgio comenta ainda que

para resistir é preciso ter coragem, suportar ver os caminhões que chegavam para despejar as pessoas e o advogado que dizia ser dono do espaço, é necessário suportar e vencer as barreiras que surgem, coragem esta que construiu um forte sentimento de pertencimento ao espaço e formando uma rede afetiva de sustentação entre os moradores. Anjos informa que:

O território, é na sua essência, um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Desta forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial. (ANJOS, 2006, p. 200 e 201).

Percebemos aqui outra abordagem de território, a que envolve aspectos simbólicos e culturais, onde predominam as dinâmicas efetivas de apropriação e que, de acordo com Haesbaert (1997) este aspecto é atribuído pelos próprios grupos sociais, sendo este uma forma de controle simbólico sobre o espaço em que vivem. Admitindo-se então um território também definido através de suas imagens e representações, uma dimensão mais simbólica que podemos denominar também de territorialidade, forjada a partir da construção afetiva com o território, este último sendo eficaz também na construção da identidade territorial. No caso do Quilombo da Família Fidélis, esta territorialidade ocorre no campo da memória que trazem de Santana do Livramento, da própria história da Ilhota e de seus moradores, mas também como uma prática discursiva e uma estratégia de sobrevivência ao ambiente urbano segregador de Porto Alegre. Silva informa que:

Nesse processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a identidade se faz presente e tem um papel importante na reterritorialização dos grupos ou povos que se desterritorializam e buscam novos territórios. A identidade quando associada ao território, no contexto político expressa-se como territorialidade, que denota o sentido político, a energia social e a vontade coletiva, as quais vão resultar em sentimento nacionalista, patriótico, regionalista, cultural, amor pela terra; enfim, diversas manifestações da força social objetiva. E o reconhecimento e compreensão desses sentimentos promovem a afirmação de muitas estratégias de desenvolvimento. (SILVA, 2012, p. 41).

Estes valores sentimentais comentados pelo autor refletem o cotidiano das pessoas e a maneira pela qual este grupo interpreta o espaço através de sua própria lógica, fato este que leva estes indivíduos, por exemplo, a nomear os lugares e impregná-los com a sua cultura. Por esta razão o chamado Quilombo da Família Fidélis representa os valores e sentimentos destes moradores quanto ao espaço que ocupam e lutam para manter, buscam neste espaço o bem-

estar e a qualidade de vida na área central da cidade, onde estão próximos de seus locais de trabalho, estudo, lazer e outros. A obtenção da titulação deste quilombo irá favorecer o grupo, pois lhes dará segurança para que possam permanecer neste território, o que significa sua sobrevivência e a efetivação de seus direitos na cidade de Porto Alegre. Cruz comenta que:

É o sentimento de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional/construtiva e estratégica/posicional. No que diz respeito à consciência de pertencimento a um lugar, a um território, essa é construída a partir das práticas e das representações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional-estratégico sobre um determinado espaço (finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (afinidades/afetividades). (CRUZ, 2007, p. 104 e 105).

Dentro deste histórico do Quilombo da Família Fidélix e sua busca por autonomia territorial, temos a publicação da Certidão de Auto-Reconhecimento da comunidade em 02/03/2007⁵⁶. Desta forma, os habitantes, por se identificarem como reminiscência da população escrava e ex-escrava existente em Madureira, Rincão dos Negros e também da Ilhota e Areal da Baronesa, alegam ser aquele um território que foi, nas origens de sua ocupação, uma Terra de Escravos. Mas para que recebam a titulação definitiva todas as fases do processo precisam ser cumpridas e, no caso desta comunidade, estão na fase de Publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, aguardando o próximo estágio deste processo. Processo este que, segundo os moradores, é muito demorado, sendo uma das dificuldades relatadas para que se chegue a efetiva titularização de seu território, pois os procedimentos são muito intrincados, burocratizados e pouco eficientes.

São cerca de 20 etapas que devem ser cumpridas, o que realmente torna este processo complexo e moroso, devido a estes diversos procedimentos para a regularização das terras quilombolas. No caso do Quilombo da Família Fidélix, após a publicação do relatório no Diário Oficial, relatório já finalizado pelos técnicos e datado de 2009, e a notificação de ocupantes ou proprietários que não sejam quilombolas, caso exista, ainda estará aberta a possibilidade da apresentação de uma contestação a este relatório técnico junto ao INCRA, que deverá apreciá-la. Somente esta etapa tem um prazo de 270 dias entre a apresentação de contestações e julgamento pelo INCRA, o que é preocupante para os moradores, pois durante estas

⁵⁶ Fonte: Fundação Palmares Cultural.

Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/1-crqs-certificadas-ate-25-10-2013.pdf>. Acessado em: 18/11/2014.

contestações não julgadas o processo de titulação deve ficar suspenso⁵⁷. Na figura 65 podemos observar as fases do processo para titulação das terras quilombolas e, destacado em vermelho, a fase em que se encontra o processo do Quilombo da Família Fidélis.

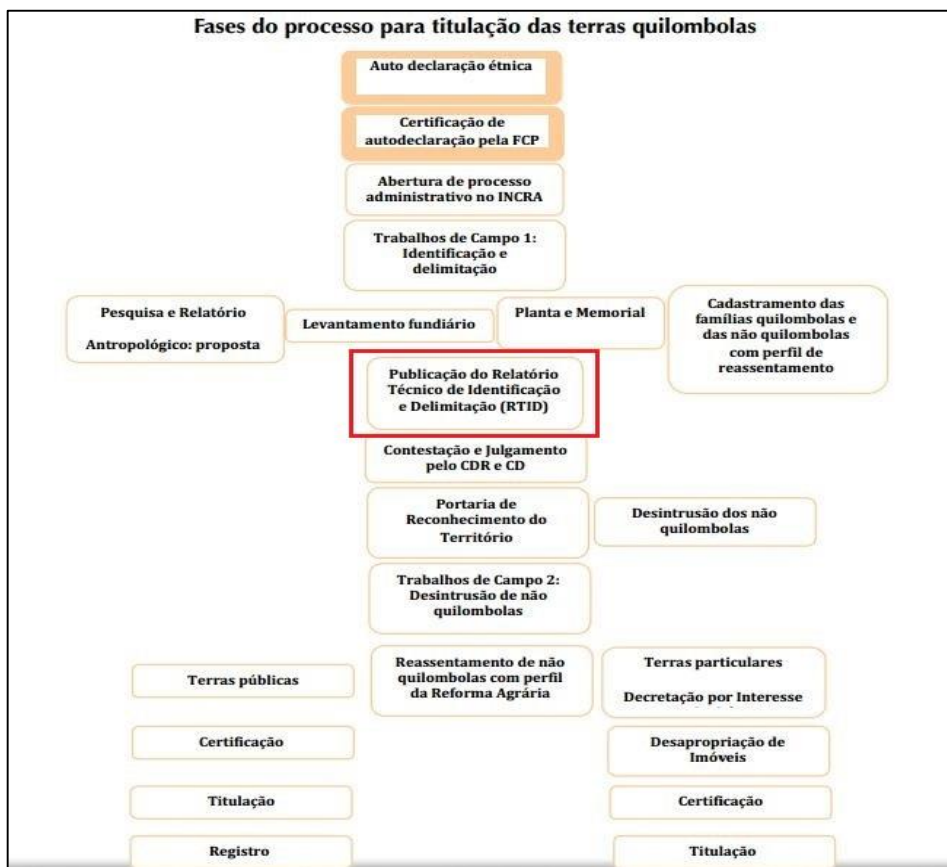


Figura 65. Fases do processo para titulação das terras quilombolas.

Fonte. PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Diagnóstico de Ações Realizadas. Julho de 2012. SEPPPIR. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq-agosto>. Acessado em 15/09/2012.

Recordando os dizeres de Haesbaert (2004) a territorialidade deve ser observada como uma característica intrínseca da existência do território, sendo aqui traduzida como uma forma de apropriação/dominação do espaço pela sociedade, utilizando a terra e se organizando no espaço a partir de um sistema de ações e objetos. Será a partir desta apropriação/dominação do seu território que a Comunidade Quilombola da Família Fidélis irá lutar contra preconceitos e estigmas, afirmando desta maneira sua identidade étnica negra. Luta esta necessária a qualquer comunidade quilombola no Brasil, que enfrentam diversos obstáculos na garantia de direito aos

⁵⁷ Comissão Pró - Índio de São Paulo. Obstáculos impostos nas normas atuais. Disponível em: http://www.cpisp.org.br/terras/html/por_que_as_titulacoes_nao_acontecem.aspx?PageID=21. Acessado em 10/07/2015.

seus territórios ancestrais, onde o grupo vê a necessidade de colocar-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial, neste caso a terra (SILVA, 2012)⁵⁸.

A constituição de uma identidade quilombola na comunidade da Família Fidélis surge em face à necessidade de luta pela manutenção de seu território material e também simbólico, devido ao próprio processo de territorialização, que pressupõe uma tensão nas relações estabelecidas. Este grupo organizou-se de forma a territorializar-se, negando o lugar marginal que lhe havia sido destinado pela sociedade, razão pela qual entraram com o processo para titulação de terra quilombola. Ainda de acordo com Silva:

Se hoje existem territórios quilombolas é por que em um momento histórico dado um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e institui um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais. Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, dando continuidade à reprodução material e simbólica deste modo de vida. (SILVA, 2012, p. 3).

Quanto a esse modo de vida, este é um fator importante relatado pelos moradores, sendo a razão pela qual desejam permanecer neste território. O espaço está localizado na região central da cidade e traz muitos benefícios, os moradores têm perto de suas residências quase tudo que necessitam, existe a facilidade de deslocamento, a pé e/ou utilizando o transporte coletivo, a diversos locais de Porto Alegre, seja para serviços ou lazer. Além disso, a localização onde se encontra a comunidade é muito segura e tranquila, qualidades quase unânimes entre os entrevistados. Trata-se de uma pequena rua cercada por condomínios, onde passam poucos carros e a circulação de pessoas, mesmo tendo o hospital Porto Alegre a sua frente, não é muito grande, é comum as casas estarem com suas portas abertas, carros destrancados e roupas penduradas do lado de fora em espaço sem grade. Não informam possuírem problemas com assaltos ou algum outro tipo de insegurança, utilizando a rua como um espaço de convivência, já que todos aqui se conhecem. Por estas características, a atmosfera do lugar lembra, às vezes, uma pequena cidade do interior inserida nas movimentadas ruas da região central de Porto Alegre.

⁵⁸ SILVA, S. R. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX - XX. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>. Acessado em: 20/04/2015.

A maior dificuldade enfrentada, segundo as entrevistas realizadas, é o crescimento no número de construções na região que acontece de maneira muito rápida e ainda existe certo temor de perder seu espaço. Isto ainda é um reflexo dos diversos conflitos com o poder público, pois este adensamento da região fez com que perdessem muitos de seus espaços, como o campo de futebol mencionado anteriormente⁵⁹. Mas, de acordo com o Anjos:

Passadas algumas décadas desde a fundação da comunidade, encontram aí abrigo seguro para manter suas tradições e seu modo de vida. Mais recentemente, a comunidade alça sua distintividade racial e suas origens comuns ao estatuto de signos primordiais na luta por seu desejo de projeção desse "nós", que os une, para o futuro. Assim, a territorialidade quilombola configura-se como juridicamente preponderante em relação a outras formas de territorialidade que possam ser identificadas em seu devir. As memórias das avós e bisavós escravas é ressaltada como elemento fundador dos principais troncos familiares da comunidade, e que marca sua condição de raridade. (ANJOS, 2009, p. 181).

Esta projeção citada acontece a partir do momento em que sua identidade étnica é realçada, assim como o próprio significado de ser quilombola para esses moradores. Quanto à identidade étnica Barth (1961) comenta que se refere ao fato de um grupo possuir membros que identificam a si mesmos e são também identificados pelos outros, ou seja, são pessoas que se identificam, seja pela sua cultura ou língua, por exemplo, compartilhando histórias e origens em comum.

Quanto ao significado de ser quilombola, segundo relato de Maria Helena, ser quilombola e/ou morar em um quilombo representa segurança, de saber que ela e sua família possuem um lugar para morar, o que lhe dá segurança também quanto ao futuro. Este mesmo significado é dividido entre os demais moradores que, segundo os mesmos, não teriam um lugar para morar caso fossem retirados do local, sem viver com a insegurança de serem retirados da área. Já para Sérgio Fidélis, quando questionado sobre o significado de ser um quilombola, o mesmo comenta que se trata de um resgate da história do negro, principalmente no Rio Grande do Sul, onde este foi usado como mão de obra, como uma moeda de comércio. Morar no quilombo lhe garante o direito de buscar a identidade dos negros escravos do Estado e também dos indivíduos desta comunidade quilombola, por esta razão se percebe como algo além de um morador, se vê também como um historiador. Este é um ponto de cultura que possibilita que

⁵⁹ O processo de autorreconhecimento como remanescente de quilombos foi solicitado em 2004, o que não garantia direito de permanência, e o documento que assegurava isto chegou em 2007, o que diminuiria o risco de serem retirados do local.

narrem sua verdadeira história, dos sofrimentos passados até os dias de hoje, das mágoas com suas poucas conquistas que, para ele, poderiam estar muito mais avançados dentro do processo político atual, burocrático e moroso.

Entretanto existe nesta comunidade famílias que não foram favoráveis à ideia do reconhecimento como remanescentes de quilombos, estes não aceitaram a auto-atribuição de uma ancestralidade negra. Cerca de quinze famílias negaram-se a assinar a carta de autorreconhecimento. Dentre os motivos citados estão: acreditar que não terão poder para tomar suas próprias decisões dentro do espaço e o fato de não serem negros, sentindo estarão invadindo um espaço que não é seu. Segundo Sérgio isto não é e nem será um problema para o quilombo, a decisão destes moradores é respeitada e buscou, junto ao INCRA, uma forma de garantir que estas famílias permaneçam na área, desde que não vendam suas propriedades e não participem de decisões que afetem a vida dos quilombolas.

Na opinião de Sérgio, muitas pessoas não entendem o que significa a denominação quilombola, não entendem que se trata do resgate desta etnia, de contar a história do quilombo e do negro no Rio Grande do Sul e no Brasil, diz não se preocupar com aqueles que não se consideram quilombolas, porque ser quilombola tem que estar na alma e precisa saber o significado de autodenominar-se quilombola. Segundo ele a discriminação dói na alma, alguns se revoltam ou se retraem, não era comum o negro se manifestar, mas alguns sim, e o momento mais singelo do grupo nesta luta busca demonstrar sua indignação frente a discriminação, resgatar a cultura negra, sem se importar com os não quilombolas. Estes não sabem o que significa ser quilombola e morar em um quilombo, culpa que diz ser também do Estado que, atualmente, conta a história dos negros brasileiros, mas dá pouca voz aos protagonistas, são os próprios negros que devem relatar sua história e não os livros que outras pessoas escrevem, dos quais não conhecem a idoneidade do escritor. A biografia da população negra, em sua opinião, está relacionada à oralidade, ao que é relatado pelos avós, pais e parentes mais velhos.

Sobre a titulação do quilombo, Sérgio espera que esta origine respeito e admiração daqueles que enxergam o quilombo de fora, trazer projetos de qualidade para a comunidade, também espera melhorias no acesso a políticas sociais e afirmativas, guiando-os através dos meandros do Estado, assim como afirmar seu espaço dentro de uma sociedade que diz ainda ser escravagista e discriminatória. A morosidade do processo quilombola é uma de suas maiores

frustações, a titulação passou e ainda deve passar por diversas etapas, onde cada uma destas depende do presidente do INCRA e vários outros sujeitos e, para ele, sente que ainda estão nas mãos dos brancos.

Cruz (2007) aponta para uma emergência dos movimentos sociais que lutam pela afirmação de suas territorialidades e identidades territoriais como forma de resistência de populações tradicionais. São estes movimentos sociais de resistência, pois lutam tanto para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam estas populações quanto por uma forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, a partir de modos de sentir, agir e pensar diferenciados. Trata-se, neste caso, da luta contra preconceitos e estigmas como uma maneira de afirmação de sua identidade através de seus modos de vida, por isso se organizam na busca de visibilidade e protagonismo, lutando pelo exercício de seus direitos às suas territorialidades e identidades enquanto quilombolas. Esta afirmação de uma identidade territorial os direciona ao passado, buscando força em suas memórias e tradições, apontando para um futuro a partir de projetos alternativos de produção e organização enquanto comunidade, assim como através de afirmação e participação política.

A etnicidade das comunidades quilombolas foi construída de maneira coletiva, a partir do reconhecimento destas como marcadamente negras e a dimensão performativa da identidade mostra-se aqui fundamental, pois estas comunidades, durante o processo de luta por direitos, acabam afirmando suas formas de autopercepção. A autoidentificação é atualmente reconhecida enquanto política social e cultural, assim como no meio acadêmico, como um elemento fundamental da identidade étnica. Estes indivíduos apresentam ao centro dos debates o modo como determinados grupos sociais se percebem e/ou se representam, também como são percebidos e representados pelos outros e, desta forma, buscam a revalorização destes enquanto comunidade quilombola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou avaliar de que forma a trajetória dos moradores do Quilombo da Família Fidélis, desde Santana do Livramento até sua fixação em Porto Alegre, se refletem no seu modo de vida atual e suas lutas pelo reconhecimento, trabalhando os conceitos de território, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, assim como a segregação socioespacial, para reconhecer a sua influência na trajetória de formação identitária da comunidade. Por esta razão é chegado o momento de construir algumas considerações sobre a pesquisa realizada, através das reflexões que vêm a seguir.

O interesse pelo estudo desta comunidade surgiu, primeiramente, porque o processo de urbanização nas cidades tem acontecido de forma tão rápida que as pessoas deixaram de pensar sobre a história do lugar, o que se nota é somente a função que uma determinada localidade possui, esta pode ser, por exemplo, uma cidade voltada hoje à mineração. Mas esta foi sempre sua função? Por que este tipo de atividade se iniciou ali e por que a alteração desta função no presente? Como era a cidade em que vivo, como se formou, quem vivia ali, de onde e porque vieram? São várias as indagações possíveis.

Relembrando o desenvolvimento da industrialização e a influência que teve no processo de formação das redes urbanas, percebemos que nesta época, com o advento do capitalismo, aparece uma hierarquia entre as cidades, fazendo com que se apresentem as primeiras diferenças e por consequência as desigualdades. Países que vivenciaram esta revolução em seu princípio, puderam se adequar ao intenso processo de desenvolvimento das cidades, tendo um grau de importância e uma gama de serviços que as outras regiões não têm, outros que não possuem tais características passaram a ser dependentes dos primeiros. Neste contexto surgem os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Partindo destas diferenças históricas pudemos analisar a formação de uma cidade, a ocupação de seus bairros e a divisão que se realiza dentro dela, relacionando sempre com o tipo de interação que as pessoas desenvolvem nestes locais e a maneira com que a população forma a sua sociedade e suas particularidades.

Devemos ressaltar que, no Brasil, observou-se uma urbanização aglomerada e concentrada, onde algumas cidades atingiram um estágio de metropolização onde se verificou um aumento intenso da população. Esta urbanização intensificou a pobreza, pois, apesar desta sempre ter existido nas cidades, devido ao modelo socioeconômico, fez dos habitantes com menos estruturas ainda mais pobres economicamente. Fatores como a especulação imobiliária, os vazios urbanos, a carência de serviços, acabaram por intensificar a problemática urbana, gerando a segregação urbana decorrente da forma de produção do espaço e do uso do território.

A segregação e as condições de acessibilidade a serviços e equipamentos urbanos passam a ser diferenciadas, dependentes da classe social e da capacidade de consumo de cada ator. Este processo ocorre em qualquer urbanização capitalista e as relações entre os diferentes grupos sociais têm um reflexo sobre este processo de urbanização. A problemática urbana não se reduz somente a cidade, já esta se traduz também ao homem, à sua vida, às suas lutas e ao seu mundo, isto porque, a cidade é heterogênea, abrigando pessoas diferentes, havendo assim muitas singularidades.

Dentro de um ambiente urbano, fragmentado e caótico, se inserem comunidades socialmente segregadas, que são vestígios de antigas e atuais formas de dominação e controle da sociedade, onde a cidade emerge como um cenário onde seus traços modernos, configurações recentes decorrentes da dinâmica urbana, convivem lado a lado com suas antigas feições. São estes processos de transformação inseparáveis de tensões, conflitos e desigualdades que emergem durante a sua constituição, onde os personagens desempenham seus diversos papéis.

Percebe-se que a segregação social se materializa no território através de uma segregação socioespacial nas cidades, pois o uso do espaço urbano se dá em conflitos, a sociedade deseja condições melhores de vida e o capital a valorização do espaço. E será neste sentido que o desenvolvimento desta pesquisa possibilitou a construção do presente trabalho, pois o Quilombo da Família Fidélis se insere neste processo de construção e reconstrução urbana que se verificou, neste caso, nas cidades de Santana do Livramento e Porto Alegre a partir, principalmente, no início do século XX.

Dentro deste ambiente segregador está inserida esta comunidade quilombola, uma segregação vivenciada não somente em Porto Alegre, mas também na cidade de origem dos primeiros moradores, Santana do Livramento. A análise de suas trajetórias e memórias revelou como ambas auxiliaram no processo de construção de sua identidade enquanto quilombolas. Buscaram-se suas histórias e a de seus familiares nos seus espaços de origem e como estas memórias influenciaram na luta pelo reconhecimento enquanto descendentes de escravos.

Estes moradores, conforme mencionado durante o trabalho, já sofriam com a segregação socioespacial na própria cidade de Santana do Livramento, segregação esta sofrida não somente pelos moradores atuais do quilombo, mas por seus antepassados, pois eram estes negros e escravos, e é sabido que esta parcela da população sofre um processo histórico de exclusão socioespacial. Estes antepassados, mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, que encerraria a exploração da força de trabalho dos negros, ainda enfrentaram muitos desafios e problemas a partir daquele momento.

Perante a lei o ex-escravo tornou-se igual aos demais cidadãos, mas isso não lhe garantiu ser aceito pela sociedade brasileira, por isso estes recém-libertos passaram por momentos difíceis mesmo com o fim da escravidão, já que muitos deles foram abandonados a sua própria sorte, pois não tinham acesso a terra e não receberam nenhum tipo de indenização pelos anos de trabalhos forçados.

Eram geralmente analfabetos e vítimas de preconceito, por esta razão muitos ex-escravos permaneceram nas fazendas em que trabalhavam, vendendo seu trabalho em troca, única e exclusivamente, da sobrevivência. À população negra que migrará para as cidades somente restaram os subempregos, a economia informal e/ou artesanato, e aqueles que não moravam nas ruas passaram a morar cortiços. O preconceito e a discriminação e a ideia de que o negro só servia para o trabalho pesado, deixaram sequelas desde o período da abolição da escravatura até os dias atuais.

Os familiares de muitos dos moradores desta comunidade sofreram estes tipos de preconceitos e discriminações, vivendo em espaços segregados e sendo relegados a viver em constantes desterritorializações, saída de seus territórios em busca de trabalho e melhoria na qualidade de vida de suas famílias. Fato este que ainda está ainda presente na memória destes

indivíduos do quilombo, pois esta memória foi reterritorializados na cidade de Porto Alegre. Haesbaert (2006) lembra que a desterritorialização nunca será total ou desvinculada da reterritorialização, pois é aplicada aos fenômenos de instabilidade ou fragilização territorial, especialmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados, que estão impossibilitados de construir ou exercer um controle efetivo de seus territórios, seja este controle político-econômico ou mesmo simbólico-cultural.

Chegando à capital do Estado estes primeiros moradores também se depararam com a segregação e muitos deles conheciam o histórico da população negra da própria região que escolheram se fixar, territórios negros que no início do século XX eram conhecidos como Ilhota e Areal da Baronesa, espaços também segregados e que concentravam grandes parcelas das populações negras da região central de Porto Alegre. Fato este que, assim como o histórico trazido de Santana do Livramento, imediatamente relacionaram com as trajetórias de seus próprios antepassados, assim como as suas próprias trajetórias, pois o preconceito e a segregação socioespacial dos negros no Brasil ainda está presente no período atual.

A territorialização dos primeiros moradores do quilombo foi precária, pois em Porto Alegre, além de lutar contra a discriminação, precisaram também resistir aos assédios para que se retirassem da Rua Oto Ernest Meier, já que está é uma região valorizada da cidade e muitos interesses estavam em jogo naquele espaço. Conforme visto durante o trabalho foram várias as tentativas de retirar estes moradores do local que, mesmo unidos enquanto comunidade, lutando de forma coletiva pelo direito de permanecer ali, não encontravam forças suficientes para resistir ao poder público e outros interessados.

Neste momento entram em jogo suas raízes africanas, as memórias e trajetórias de seus antepassados negros, assim como a memória da população negra da própria região que escolheram para morar. Foi motivada por esta ancestralidade que decidem recorrer ao auto-reconhecimento enquanto remanescentes de antigos quilombos, como uma maneira de garantir o direito de permanência no que deveria ser o território desta comunidade. Será através desta luta que esses grupos sociais irão exprimir sua capacidade de enfrentar os conflitos, levando-os da esfera pública para a sociedade política, neste caso as leis, decretos e/ou instituições.

Os quilombos originais foram construídos como uma maneira do povo negro combater as condições de vida impostas pelo sistema escravista e, atualmente, constituem um legado material e imaterial de resistência dos quilombolas para que possam desenvolver e reproduzir os seus modos de vida característicos num determinado lugar. No caso da comunidade da Família Fidélix, temos a reprodução de modos de vida da população negra de Santana do Livramento, da Ilhota e do Areal da Baronesa, e as lutas que travaram ao longo de sua existência.

Hoje o auto-reconhecimento enquanto remanescentes de quilombolas é uma tentativa de diminuição de sua invisibilidade perante a sociedade, aumentando seu sentimento de pertencimento e solidariedade dentro do grupo, a partir do reconhecimento de suas raízes e lutas pelo direito de igualdade dentro da cidade, assim como forma de resistir a qualquer tentativa de segregação socioespacial a que são expostos. Será através dos direitos conquistados pelo movimento negro que emerge a identidade política do quilombola e a afirmação de sua ancestralidade. Este sentimento de solidariedade se estende também aos demais remanescentes de quilombo existentes, tanto em Porto Alegre quanto em Santana do Livramento, construindo-se uma rede entre estas comunidades onde compartilham suas lutas e sonhos, construindo também um espaço de ação política.

Espera-se que tal estudo contribua para a reflexão e discussão de políticas públicas para a defesa dos interesses e auxílio à parcela da população negra brasileira que se encontra em situação de vulnerabilidade social, demonstrando que estes são os protagonistas de sua própria história. Foi através de seus esforços que enfrentaram os obstáculos cotidianos, interpostos a sua sobrevivência e as suas formas de sociabilidade e laços sociais, heterogêneos e diversificados, evidenciando um histórico de resistência e organização enquanto comunidade. A política dos remanescentes de quilombos é somente mais um ato na luta destas comunidades, que visam o direito de permanência em territórios de intensas disputas imobiliárias.

Por esta razão, esperamos que a apresentação do processo de desterritorialização e reterritorialização destes sujeitos e seus antepassados, assim como da população negra presente em Santana do Livramento e Porto Alegre, apresente importância na interpretação da atuação dos movimentos quilombolas e no entendimento da construção, concreta e simbólica, de seus territórios. Território que se apresenta como um espaço organizado a partir da história destes

atores sociais e funcionando como um sistema de referência para o grupo, pois este apresenta relevância enquanto base da sua identidade enquanto quilombola, pois este território reflete o seu reconhecimento enquanto grupo social e cultural distinto, o que garante a sua sobrevivência.

Percebemos a territorialidade expressa pelos moradores do Quilombo da Família Fidélis, que incorporaram novos elementos socioculturais no espaço central de Porto Alegre, pois a partir do pleito quilombola passaram de uma condição histórica de marginalidade e subordinação para uma condição de protagonistas, através desta luta por visibilidade que possibilitasse a materialização, neste novo território, de sua cultura, suas crenças e todas suas esperanças. Em Porto Alegre este grupo se reconstruiu e Santana do Livramento permanece fortemente na memória, nas lembranças, na saudade e nas pessoas que ficaram.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, J. A. A. **Concepções de Espaço Geográfico e Território. Sociedade e Território.** Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3490>. Acessado em: 16/02/2015.

ACHUTTI, G. S. **Vinícola Almadén LTDA/Santana do Livramento, RS**

- **Relatório de estágio curricular obrigatório supervisionado.** UFRGS, Faculdade de Agronomia. Porto alegre, 2011.

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/agronomia/materiais/GustavosilvaAchutti.pdf>. Acessado em: 11/04/2014.

AGUIAR, J. S.; MEDEIROS, R. M. V. **Reforma agrária em Santana do Livramento/RS: uma abordagem através dos sistemas agrários.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 226-258, Ago. 2010.

Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11969/8251>. Acessado em: 21/06/2014.

ALBORNOZ, V. P. L. **Armour: Uma aposta no pampa.** Santana do Livramento: Editora Sâmara, 2000.

ALFONSIN, J. T. **Índios e negros, exemplos de um direito popular de desobediência hoje refletidos nas invasões de terra.** Porto Alegre: Revista ajuris, v. 15, n. 43, p. 155, julho de 1988.

ALVES, F. R. J. **A dimensão espacial do poder: diálogos entre Foucault e a Geografia.** Revista Geografia em questão, v. 6, nº 1, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/issue/view/498/showToc>. Acessado em: 30/03/2015.

AMARAL, S.P. **A escravidão no Brasil.** Salvador, 2010.

Disponível em: http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/livro2_HistoriadoNegro-Simples04.08.10.pdf. Acessado em 21/09/2012.

ANJOS, J. C. G. de; RAMOS, I. C. A.; CAMISOLÃO, C. B. (Coord.). **Relatório sócio, histórico e antropológico da comunidade quilombola da Família Fidélis - Relatório final** (Decreto nº. 4.887/2003 e INCRA nº. 20/2005). FAURGS/INCRA, Porto Alegre, 2009.

ANJOS, R. S. A. dos. **Cartografia étnica: a África, o Brasil e os Territórios dos Quilombos.** In: SILVA, J. B. da.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Panorama da geografia brasileira II.** São Paulo: Annablume, 2006.

ARRUTI, J. M. A. **A emergência dos "remanescentes": notas para um diálogo entre indígenas e quilombolas.** Mana, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: Museu Nacional PPGAS/UFRJ, 1997.

ARRUTI, J. M. A. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola.** Bauru/São Paulo: Edusc, 2006.

AZEVEDO, R. N. de. **Quilombos em territorialização: construção de sentidos de Morro Alto.** Porto Alegre, 2013. Diss. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

BARCELLOS, D.M. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre.** Porto Alegre, 1998. Diss.(Mestrado em História) - UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

BARTH, F. (org.). **Etnichs groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference.** Boston: Little Brown and Company, 1961.

BASTIDE, R. **The other quilombos.** In: PRICE, R. (Org.). *Marron societies: rebel slave communities in the American.* Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1979.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BIAZZO, P. P. **Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária.** 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, 2008. P. 132-150. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf. Acessado em: 17/06/2014.

BITTENCOURT JUNIOR, I. C. **Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos.** In: POSSAMAI (Org.). *Leituras da Cidade.* Porto Alegre: Evangraf, 2010.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identités. Geographies et cultures.** Paris: L.'Harmattan, n. 20, 1996.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRITO, F. B de.; PESSOA, R. B. **Da origem da geografia crítica a geografia crítica escolar.** ENPEG. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. 30 de Ago a 2 de Set de 2009. Porto Alegre.
Disponível em: [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20\(44\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20(44).pdf). Acessado em: 17/06/2015.

BUTTNER, A. **Aprendendo o Dinamismo do Mundo Vivido.** In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia.* São Paulo: DIFEL, 1982.

CARLOS, A. F. **A Cidade.** São Paulo; Contexto, 1992.

CARLOS, A. F. A. **A segregação como fundamento da crise urbana.** In: SILVA, J. B. da.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). *Panorama da geografia brasileira II.* São Paulo: Annablume, 2006.

CARNEIRO, J.F. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CARRIL, L. **Terras de negros: herança de quilombos**. São Paulo: Scipione, 1997.

CASTELLS, M. **The Power of identity - the Information Age: Economy, Society and Culture**. Oxford: Blackwell, 1997.

CASTRO, I. L.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.); **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVEDON, S. **Exposição de motivos. Projeto de Lei: PROC. Nº 2134/09 PPL Nº 090/09**. Porto Alegre, 2009.

Disponível em:
http://200.169.19.94/processo_eletronico/021342009PLL/021342009PLL_PROJETO_55585450_787.pdf. Acessado em: 06/08/2012.

CERTEAU, M. **The Practice of Everyday Life**. Berkely/LA e Londres, 1984.

CHELOTTI, M. C. **Reterritorialização e identidade territorial**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/12.pdf>. Acessado em: 15/04/2015.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3a ed., São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **Região e organização espacial**. 3a ed., São Paulo: Editora Ática, 1986.

COSTA, A. M. F. **Quilombos urbanos, segregação espacial e resistência em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, 2008. Diss. (Graduação em Geografia) - UFRGS, Instituto de Geociências. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16006/000679141.pdf?sequence=1>
Acesso em: 14 jul. 2013.

COSTA, E. B. da (Ed.). **História Ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: Já Editores, 1997.

CRUZ, V. do C. **Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia**. In: ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R (orgs.). **Identidades e Territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

DEDAVID, D. A. **Comunicação e consumo: Mercados da Cidade Baixa - Um estudo de caso sobre as relações comunicacionais**. Porto Alegre, 2011. Diss. (Graduação em Comunicação Social) - UFRGS, Fac. de Biblioteconomia e Comunicação.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972] **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997.

DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação). **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Etapa II - Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2009.

Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/diagnostico_porto_alegre.pdf. Acessado em: 22/08/2012.

DENEZ, C. C. **Os Conceitos de macro e microterritorialidades: Uma análise dos processos relacionais no Assentamento 8 de Abril - Jardim Alegre/PR**. Revista de geografia agrária, v. 7, n. 14, p. 1-22, Ago., 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14255>. Acessado em: 30/03/2015.

DEZAN, M. D. de S. **Impactos da Imigração Japonesa Sobre a Diversidade Cultural na Organização do Espaço Geográfico Piracicabano - SP**. Rio Claro, 2007. Diss. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007. Disponível em:

http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95659/dezan_mds_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em: 30/03/2015.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Río de la Plata**. Disponível em: <http://global.britannica.com/EBchecked/topic/463804/Rio-de-la-Plata>. Acessado em: 09/04/2011.

FARINATTI, L. A. E. **Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha Rio-Grandense (Século XIX)**. In: QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (Orgs.). A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/ebook02/E-BOOK.pdf>. Acessado em: 06/04/2014.

FERNANDES, D. M. **Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul**. In: NOAL FILHO, V.A.; FRANCO, S.C. Os Viajantes olham Porto Alegre: 1750-1890. Santa Maria: Anatterra, 2004.

FERNANDES, V. D. **O pecuarista familiar na Campanha Rio-Grandense (Santana do Livramento/RS)**. Porto Alegre, 2012. Diss. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRANCO, S. da C. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. **Porto Alegre: Guia histórico**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2006.

FREITAS, D. T. L. **Encontros com Porto Alegre: a freguesia, a vila e a cidade (1772-1835)**. In: X Encontro Estadual de História, X, 2010, Santa Maria. Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História. Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/>>. Acesso em: 20/06/2014.

FRYDBERG, M.B. Lupi, **Se Acaso Você Chegasse: Um Estudo Antropológico das Narrativas sobre Lupicínio Rodrigues**. Porto Alegre, 2007. Diss. (Mestrado em Antropologia social) – UFRGS.

GARCIA, A. M.; MILDER, S. E. S. **Particularidades históricas e culturais dos Charrua e dos Minuano do Pampa Sul-americano**. ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB. Ano IV, n. 8, 2012. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion8/eh0808.pdf>. Acessado em: 07/04/2014.

GERMANO, I.G. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40**. Porto Alegre, 1999. Diss. (Mestrado em História) - UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

GOMES, L. C. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 - 1802**. Porto Alegre, 2010. Diss. (Mestrado em História) - UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72751/000884514.pdf?sequence=1>. Acessado em: 20/07/2014.

HAESBAERT, R. RS: **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

_____. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E. da; COSTA, P. C. da; CORRÊA, R. L. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Concepções de Território para Entender a Desterritorialização**. In: SANTOS, M. (Org.) *Território Territórios*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, p. 17 a 38, 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

_____. **Concepções do território para entender a desterritorialização.** In: Santos M. [et al]. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e “exclusão territorial.** In: SILVA, J. B. da.; CRUZ, L. L.; ELIAS, D. (Org.) Panorama da geografia brasileira I. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades).** In: FREDERICO G. de & HAESBAERT, R da C. Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. São Paulo: Access, 2007.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.** São Paulo: USP, 2005. 19 p. Disponível em: <http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/h20054111314desteritorializacion.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013.

HEIDRICH, A. L. **Tendências e mudanças recentes na organização do espaço em face dos processos de reestruturação econômica global e reforma do Estado.** In: Boletim Gaúcho de Geografia. No. 24, p. 9-18, 1998.

_____. **Territorialidades de inclusão e exclusão social.** In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.) Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-44, 2006.

_____. **A abordagem territorial e a noção de representação. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos.** Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4525. Acesso em: 14 jul. 2013.

HENRIQUES, I. C. **Território e Identidade: O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c. 1872-c. 1926).** 2003. 27 f. Sumário Pormenorizado da Lição de Síntese (Professor Agregado) - Curso de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003. Disponível em: <http://www.africafederation.net/DESMANTELAMENTO_AFRICANO.pdf>. Acesso em: 28/06/2013.

IANNI, O. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INCRA/RS (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santo Ângelo - Santana do Livramento/RS.** Porto Alegre, Junho de 2006.

Disponível em:

http://www.coptec.org.br/mapa/Santana%20do%20Livramento/PA%20SANTO%20ANGEL/O/RELAT%20D3RIO%20AMBIENTAL/Relatorio_Sto_Angelo.pdf. Acessado em: 11/04/2014.

KERSTING, E.H.O. **Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1890 - 1920)**. Porto Alegre, 1998. Diss. (Mestrado em História) – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

LEFEBVRE, H. **La vida social em la ciudad**. In: De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península, 1971.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEMOS, B. de O. **A região transfronteiriça Santana do Livramento-Rivera: cenários contemporâneos de integração/cooperação**. Porto Alegre, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - UFRGS, Instituto de Geociências. Disponível em: http://www.relinter.rs.gov.br/upload/1342204824_LEMOS.pdf. Acessado em: 05/04/2014.

LIMA, A. P. de. **Como funciona o pleito quilombola: etnografia da comunidade Família Fidélis (Porto Alegre/RS) em sua emergência como Remanescentes de Quilombo**. Porto Alegre, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) - UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56149>. Acessado em: 15/04/2015.

LIMONAD, E.; RANDOLPH, R. **Cidade e lugar - sua representação e apropriação ideológica**. R. B. Estudos urbanos e regionais, nº 5/Maio, 2002. Disponível em: http://www.anpur.org.br/site/revistas/ANPUR_v5.pdf. Acessado em: 22/07/2014.

LISBOA, S. S. **A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares**. Revista Ponto de Vista, v. 4, n. 4, p. 23-35. Viçosa-MG: COLUNI-UFV, 2007.

Disponível em:

<http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume04/importanciaConceitosGeografia.pdf>.

Acessado em: 12/01/2014.

LUFT, M. V. **"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)**. Porto Alegre, 2013. Diss. (Mestrado em História) - UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76239/000892661.pdf?sequence=1>. Acessado em: 05/04/2014.

MACEDO, F. R. de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968.

MACEDO, F. R. de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

MAESTRI, M. **Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul**. In: Liberdades por um fio. Histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas**. In: Liberdades por um fio. Histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAESTRI FILHO, M. **O escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre & Caxias do Sul: ESTSLB & EDUCS, 1984.

MARQUES, C. E.; GOMES, L. **A Constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos - Limites e potencialidades.** Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), São Paulo, Vol. 28 n° 81 fevereiro/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>. Acessado em: 15/04/2015.

MARTINS, S. F. **Considerações a respeito da produção do espaço em Henri Lefebvre.** In: Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios. Rio Grande: Editora da FURG, 2011.

MATIAS, V. R. S. **Exclusão Social e Pobreza no Espaço Urbano – O Papel do Estado na Sociedade Capitalista Brasileira: Contribuições Para Um Debate.** In: Caminhos da Geografia - revista on-line. Disponível em: <www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html>. Acessado em: 15/04/2015.

MAUCH, C. **Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890.** In: MAUCH, Claudia et al. Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório 2012 - Territórios quilombolas.** Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/balanco_quilombola_incra_2012.pdf. Acessado em: 20/06/2014.

MELLO, B. C. E. **A cidade de Porto Alegre entre 1820 e 1890. As transformações físicas da capital a partir das impressões dos viajantes estrangeiros.** Porto Alegre, 2012. Diss. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - UFRGS, programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26719/000758195.pdf?sequence=1>. Acessado em: 20/07/2014.

MENEGAT, R. (Coord.). **Atlas Ambiental de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

MENEGOTTO, R. **Cidade Baixa: Pela manutenção dos cenários de um bairro tradicional de Porto Alegre.** Porto Alegre, 2001. Diss. (Mestrado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas.

MOMBEIG, P. **Metodologia do ensino geográfico.** Revista Geografia, AGB, São Paulo, v. 1, n. 2, 1936.

MONSMA, K. **Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e de resistência.** 5° ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Maio de 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/monsma%20karl.pdf>. Acessado em: 20/06/2014.

MONTEBLANCO, F. L. **O espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS.** Porto Alegre, 2013. Diss. (Mestrado em Geografia) - UFRGS, Instituto de Geociências.

Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/86169/000909971.pdf?sequence=1>.

Acessado em: 05/04/2014.

MUNANGA, K. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: O negro: identidade e cidadania. Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995.

NASCIMENTO, M. E. S. S. **Quilombo: da ilegalidade à cidadania**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 91-99, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/20312/12516>. Acessado em: 17/06/2014.

NETO, B. S. **Desenvolvimento rural, questão agrária e sustentabilidade da campanha gaúcha**. In: QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (Orgs.). A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/ebook02/E-BOOK.pdf>. Acessado em: 06/04/2014.

OLIVEIRA, C. W. **Arquitetura residencial como código de segregação: estudo de caso de Porto Alegre colonial (1773-1808)**. Porto Alegre, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - UFRGS, Departamento de História.

Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28755/000772939.pdf?sequence=1>

Acessado em: 05/04/2014.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. **Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. Revista Brasileira de História, v. 19, nº 37, São Paulo, 1999.

NOGUERÓL, L. P. F. et al. **Elementos da Escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o “seguro” contra a fuga na fronteira com o Uruguai**. Programa de Pós-Graduação em Economia - Textos para discussão, n. 2. Porto Alegre, 2007.

Disponível em: http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2007_02.pdf. Acessado em: 21/06/2104.

PARK, R. E. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: SIMMEL, G. et. al. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p.29-72.

PERICO, R. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PICCOLO, H. **Porto Alegre - meados do século XIX: A Cidade Negra**. In: Anais da X Reunião SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Porto Alegre. UFGRS, 1991, p.42.

PIRES, P.J. F. et al. **Evolução do Sistema Agrário do Distrito de Boca do Monte - Santa Maria - RS - Uma Abordagem Histórica**. III Reunião da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Florianópolis, 1998.

Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/37.pdf>. Acessado em: 10/04/2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. **Aculturação Negra no Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia da Editora Nacional, 1942.

REYES, P., BORBA, G. **Design Estratégico Aplicado ao Território - Strategic Design Oriented to Territory** – 4º Congresso Internacional de Pesquisa em Design, Rio de Janeiro, 2008.

Disponível em:

http://www.desenhandoofuturo.com.br/anexos/anais/design_e_sociedade/identidade_territorial_um_processo_de_construcao.pdf. Acessado em: 15/04/2015.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano**. Revista VeraCidade, Salvador, Ano 3, n.3, pp .1-21, maio 2008.

RODRIGUES, I. S.; SOARES, J. J. **Influência do materialismo histórico e dialético na geografia: debates acadêmicos e suas perspectivas para a educação básica**. ENPEG. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. 30 de Agosto a 2 de Setembro de 2009. Porto Alegre.

Disponível em: [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20\(18\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20(18).pdf). Acessado em: 15/04/2015.

RUBERT, R. A. **Comunidades Negras Rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar**. Porto Alegre: RS-Rural; Brasília: IICA, 2005.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Disponível em: <http://migre.me/bdFOX>. Acessado em: 22/08/2012.

SAHR, C. L. L. et al. **Geograficidades quilombolas: estudo etnográfico da comunidade de São João, Adrianópolis - Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

SANHUDO, A.V. **Porto Alegre: Crônicas da minha cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1979.

SANTOS, A. L. M.; DAVID, C. de. **O Espaço Rural na Região da Campanha Gaúcha: Territorialidades e Desenvolvimento. O Caso do Assentamento Conquista do Caiboaté, São Gabriel- RS**. Revista do Departamento de Geografia – USP, v. 22, p. 57-81, São Paulo, 2011.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47220>. Acessado em: 09/04/2014.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada, o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1990.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. Ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In; RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.121-147.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território.** Geo UERJ, ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.

Disponível em:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>. Acessado em: 23/07/2014.

SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHÄFFER, N. O. **Urbanização na fronteira (expansão de Santana do Livramento).** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, 1993.

SILVA, A. de A. **Territorialidades e identidade do coletivo kawahib da terra indígena uru-eu-wau-wau em Rondônia: "orevaki are" (reencontro) dos "marcadores territoriais".** Curitiba, 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - UFPR, Setor de Ciências da Terra. Disponível em: <http://www.rioterra.org.br/wp-content/uploads/2011/07/adnilsonkawahibufpr2010.pdf>. Acessado em: 10/07/2015.

SILVA, D. S. da. **A luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélix (Porto Alegre/RS) pela regularização fundiária.** Porto Alegre, 2013. Diss. (Mestrado em Administração) - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Administração.

Disponível

em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72826/000891171.pdf?sequence=1>.

Acessado em: 21/06/2014.

SILVA, J. C. A. **Reorganização espacial e a iniciativa privada. Estudo de caso - Barra Shopping Sul.** Porto Alegre, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas.

SILVA, M. B. **Comunidades remanescentes de quilombos: limites e possibilidades.** III Congresso Internacional do Curso de História da UFG/Jataí: III Congresso Internacional do Curso de História da UFG/Jataí: História e Diversidade Cultural. 23 a 26 de Dez. de 2008. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20\(59\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20(59).pdf). Acessado em: 22/10/2012.

SILVA, M. K.; ZANATA JUNIOR, R. **Desigualdade e associativismo. Proximidade espacial e distância social na conformação da sociedade civil.** R.B. Estudos urbanos e regionais, v. 10, n. 2, 2008.

SILVA, M. V. da. **Reterritorialização e identidade do povo Omágua-Kambeba na aldeia Tururucari-uka.** Manaus, 2012. Diss. (Mestrado em Geografia) - UFAM, Instituto de Ciências Humanas e Letras.

Disponível em:

<http://www.ppgg.ufam.edu.br/attachments/article/33/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Marci%20Vieira%20da%20Silva.pdf>. Acessado em: 15/04/2015.

SILVA, S. S. B. **Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios.** Lisboa, 2010. Diss. (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/379>. Acessado em: 22/08/2012.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n°32, pp. 89- 109, 2012. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/306>. Acessado em: 15/04/2015.

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, P. R. R. **A morfologia urbana e o período crítico.** In: Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios. Rio Grande: Editora da FURG, 2011. p. 85 - 100.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade - a forma social negro-brasileira.** Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

SOMMER, M.F. **Territorialidade negra: a herança africana em Porto Alegre: uma abordagem sócio-espacial.** Porto Alegre: Michelle Farias Sommer, 2011.

SOSTER, A.R.M. **Porto Alegre: a cidade se reconfigura com as transformações dos bairros.** Porto Alegre, 2001. Diss. (Mestrado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas.

SOUZA, C. F.; Muller, D.M. **Porto Alegre e sua evolução urbana.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

SOUZA, C. R. de. FERNANDES, M. B. RUBERT, R. A. **Comunidades Negras Rurais do RS: o trânsito rumo à auto-identificação como quilombola.**

Disponível em: http://www.koinonia.org.br/oq_antigo/uploads/noticias/2972_opjunho.pdf. Acessado em: 20/06/2014.

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização.** 9ª ed., São Paulo, 1998.

TARGA, L.R.P. **As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das plantations do Brasil,** In: TARGA, L.R.P.(Org): Gaúchos e Paulistas – dez escritos de história regional comparada, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 1995.

TERRA, E. **As ruas de Porto Alegre.** Porto Alegre: AGE, 2001.

TORRES, L. H. **A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra.** Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 22, n. 1, FURG, Rio Grande, 2008. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/859/339>. Acessado em: 20/06/2014.

WEIMER, G. **O trabalho escravo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Sagra, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

YOUNG, R. **Desejo Colonial: Hibridismo em teoria, cultura e raça.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/104071050/Paulo-Afonso-Zarth-Historia-Agraria-Do-Planalto-Gaicho-1850-1920l-1#page=9>. Acessado em: 06/10/2015.

8 ANEXOS

ANEXO A - Questionário para as entrevistas com os moradores.

QUESTIONÁRIO - DADOS GERAIS

Local de nascimento e moradia:

Onde o (a) senhor(a) nasceu? Localidade:

Se em SL: em qual parte do município? (Possibilidade de indicar no mapa):

Onde a sua família morava? (estância, cidade, chácara própria, etc):

Quanto tempo mora em SL/POA?

Se em outro município perguntar quando veio para SL:

Como foi que o(a) senhor(a) veio parar em SL/POA?

O (a) senhor (a) já morou em outras localidades? (dentro do município ou em outro município):

Profissão:

No que trabalha?

Qual a ocupação do seu pai quando o (a) senhor (a) era criança?:

Qual a ocupação da sua mãe quando o (a) senhor (a) era criança?:

Seus pais eram deste município?:

Se vieram de outro lugar, de onde vieram e quando?:

Seus avós eram deste município?:

O senhor sabe quando sua família chegou neste município? (Se os avós eram de SL):

E a profissão de seus avós?:

O que formava a renda da sua família (se só o pai trabalhava, quais outras fontes de renda?):

Moradia e propriedade da família:

A família tinha alguma propriedade? Qual tipo? Chácara ou estância.

Qual tamanho aproximado do bem?

Informações da moradia:

1) Tipo de morada:

Material terminada

Material não terminada

Outra. Qual? _____

Madeira

Mista

2) Acesso a luz elétrica:

Rede

Outra. Qual? _____

Não tem

Gerador

3) Acesso à água potável:

Poço artesiano/cavado

Rede

Outros

Bica/sanga

4) Banheiro:

Banheiro na casa

Não tem

Latrina/externo

Dados socioeconômicos:

5) Estrutura familiar:

Quantos membros da família moram na propriedade? ____

Relação

Idade

Escolaridade

Parentesco

6) Renda:

Quais as fontes de rendas?

Atividades agrícolas da propriedade

Aposentadorias/pensões/aluguel/outros

Trabalho remunerado desenvolvido fora da propriedade. Qual? Por quem?

7) O que plantavam?

8) Onde plantavam?

Produção da propriedade:

9) Quais as atividades que são realizadas na propriedade?

10) Produtos para consumo próprio ou para comércio?

11) Quem trabalha nestas atividades (família)?

12) Troca de produção/serviços com os vizinhos?

13) Tamanho da propriedade:

- Qual a história do lugar?
- Porque este lugar é importante?
- O que significa ser quilombola?

ANEXO B - Termo de consentimento.

TERMO DE CONSENTIMENTO

NOME: _____

Meu nome é Taís de Medeiros Silva, sou estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Realizo mestrado em Geografia. Estou realizando uma pesquisa referente a Comunidade Quilombola da Família Fidélix, situada em Porto Alegre e de onde são originários os primeiros moradores deste quilombo urbano. Esta pesquisa serve para a elaboração do meu trabalho final: dissertação.

Na minha pesquisa eu gostaria de conhecer um pouco da história de vida dos moradores de Madureira e do antigo Rincão dos Negros e suas famílias. Além das entrevistas realizadas com os moradores gostaria de obter algumas informações complementares referentes ao tema e a população afrodescendente do município. Solicito a sua participação e contribuição para a elaboração do meu trabalho, respondendo a um pequeno questionário elaborado para este fim. Você não é obrigado (a) a participar ou responder a todas as perguntas, podendo desistir de respondê-las a qualquer momento.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na elaboração da minha dissertação e possíveis apresentações em encontros de pesquisadores, bem como possíveis publicações em revistas de cunho acadêmico.

Para que eu possa utilizar os dados obtidos, necessito que você concorde em participar e autorizar o uso das informações que recebi a partir deste questionário. Posso ou não publicar o seu nome, no entanto não posso deixar de publicar a entidade e cargo da pessoa que me forneceu as informações.

- autorizo a publicação do meu nome.
 não autorizo a publicação do meu nome.

Entrevistado: Depois de eu ter sido esclarecido sobre a pesquisa, de como será feita, de que eu posso desistir a qualquer momento, não necessito responder o que eu não quiser e como os resultados serão utilizados, eu concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura _____ Santana do Livramento,
_____/_____/2014.

Meu endereço de contato:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Geografia - POSGEA
Av. Bento Gonçalves, 9500
CEP 91501-900
Porto Alegre - RS - Brasil Telefone: (51) 3308-6347
E-mail: posgeografia@ufrgs.br
Site: <http://www.ufrgs.br/ppggea/pos/>



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

N O T I F I C A Ç Ã O

NOTIFICANTE: Município de Porto Alegre
NOTIFICADO(A) SÉRGIO IVAN DOS SANTOS FIDELIS

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, por seu procurador firmatário, vem NOTIFICAR Vossa Senhoria para desocupar o terreno de propriedade da Municipalidade situado na rua Otto Ernest Meyer, nº 123, casa 02, fundos do nº 1509 da Rua Gen. Lima e Silva, indevidamente ocupado.

O prazo para a desocupação do referido imóvel é de 30 (trinta) dias, sob pena de serem tomadas, de imediato as providências cabíveis.

A presente notificação tem, igualmente, a finalidade de dar por rescindida, após fluído o mesmo prazo de 30 (trinta) dias, qualquer autorização de caráter precário ou verbal que, eventualmente, tenha sido concedida para ocupação do referido espaço público.

Porto Alegre, 29 de abril de 1993

ANEXO D - Notificação recebida por Sérgio Fidélis em 2003 para a desocupação da área.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NOTIFICAÇÃO

Referente ao processo nº M. 0/2-180-00-1
Endereço: Rua: Celso Ernesto Meyer, 123

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Divisão de Controle da Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV, **notifica** V. S^a para que desocupe a área pública abaixo descrita no prazo improrrogável de 15 quinze dias, a contar da presente data. O não atendimento desta notificação implicará na adoção das medidas judiciais cabíveis.

Porto Alegre, 08 de Maio de 2003.

Área a ser desocupada: (endereço e descrição do imóvel):

- Casa de Alvenaria, Lugo de Yadeira, Convergata, com Área: 30m², Habitada.

Notificado (s): João Carlos da Silva.

Assinatura: _____ Órgão expedidor: _____

Identidade nº: _____ Órgão expedidor: _____

Assinatura: _____ Órgão expedidor: _____

Identidade nº: _____ Órgão expedidor: _____

Nome da empresa (para o caso de pessoa jurídica): _____

Testemunhas do recebimento:

Sérgio Fidélis dos Santos Fidélis.

Assinatura e matrícula do funcionário:

[Assinatura] 52331 RM
51.858-9